

ORGANIZADORES

RODRIGO SAMUEL SJLENDER
JÉSSICA CINDY KEMPFER
CÉSAR GILMAR TROJAHN FILHO
SUSANA RAFAELA MIRANDA NEVES
VIRGINIA ICLE



XXII FÓRUM DE EXTENSÃO, PESQUISA E ENSINO

ULBRA CARAZINHO / RS | 2025



ULBRA
CARAZINHO

© Dos Autores, 2026

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta edição, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Editoração e Capa

Alex Antônio Vanin

Projeto Editorial

Acervus Editora

Imagem da 1ª e 4ª Capa

Adaptação das artes de divulgação do XXII Fórum de Extensão, Pesquisa e Ensino ULBRA Carazinho/RS, ocorrido em 2025.

Conselho Editorial

Alexandre Saggiorato (UPF)

Athany Gutierrez (UFFS – Passo Fundo)

Cristina Moraes (UDESC)

Diego Ferreto (UNISANTOS)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Erkan Akdogan (Ankara Üniversitesi/Turquia)

Federica Bertagna (UniVR – Itália)

Felipe Cittolin Abal (UPF)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)

José Francisco Guelfi Campos (UFMG)

João Carlos Tedesco (UFFS – Chapecó)

Liz Brewster (Lancaster University/Reino Unido)

Marta Chiappe (UdelaR – Uruguai)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F745r Fórum de Extensão, Pesquisa e Ensino ULBRA (22. : 2025 : Carazinho, RS)
[Resumos] do XXII Fórum de Extensão, Pesquisa e Ensino ULBRA [recurso eletrônico] / organizadores, Rodrigo Samuel Sjlender ... [et al.]. – Passo Fundo : Acervus, 2026.
2 MB ; PDF.

ISBN: 978-65-5230-072-0.
Demais organizadores: Jéssica Cindy Kempfer, César Gilmar Trojahn Filho, Susana Rafaela Miranda Neves, Virginia Icle.

1. Ensino superior - Congressos. 2. Pesquisa científica.
3. Extensão universitária - Congressos. I. Sjlender, Rodrigo Samuel, org. II. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). III. Título.

CDU: 378

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

XXII FÓRUM
DE EXTENSÃO,
PESQUISA E ENSINO
ULBRA Carazinho/RS | 2025

Rodrigo Samuel Sjlender
Jéssica Cindy Kempfer
César Gilmar Trojahn Filho
Susana Rafaela Miranda Neves
Virginia Icle
Organizadores



Comitê Técnico-científico:

Carina Lopes de Souza
Julia Escandiel Colussi
Fabrício Kussler Ferreira
Marina Blatt Mello Sanchez
Aline Vanessa de Ávila
Patricia Nicolao
Letícia Carolina da Cruz
Jéssica Zolim Andreatto
Alex Ziemann

ÍNDICE

Prefácio.....	14
----------------------	-----------

GT1

Ciências Naturais, Exatas, Meio Ambiente e Sustentabilidade

Microplásticos primários: fontes, usos e implicações ambientais.....	18
Viviane Onofre Oliveira; Dilvana Severo Granella; Tamara Lamin	

Desafios da gestão de resíduos sólidos no ramo de funilaria e pintura automotiva	20
Marli da Silveira Falcão Bittencourt; Joline Picinin Cervi	

Agronegócio e sustentabilidade: desafios da legislação ambiental	22
Gabriely Feyh Subtil; Larissa Soares Sodré; Luana Grespan; Joline Picinin Cervi	

Bioconcreto e madeira de reflorestamento: soluções inovadoras para a Arquitetura Sustentável.....	24
Leticia Rocha Ortiz; Marina Blatt Mello Sanchez	

GT2

Tecnologia, Produção, Inovação nas Ciências e Cultura Digital

Trabalho por aplicativos tem vínculo empregatício ou não?	28
Vitória Luiza Alves P. da Cruz; Ynaê Luciane da Silveira Barden; Virginia Icle	

O impacto da tecnologia nos direitos trabalhistas no brasil: desafios e (re)significação da tutela jurídica	30
Welington Alex Braganholi, Virgínia Icle	

Dificuldades práticas na comprovação da posse contínua e incontestada em ações de usucapião.....	32
Gabriely Feyh Subtil; Larissa Soares Sodré; Luana Grespan; Joline Cervi	

A CPI das <i>Bets</i> e os impactos no regime de obrigações contratuais....	34
Gabriely Feyh Subtil; Larissa Soares Sodré; Luana Grespan; Carina Lopes de Souza	
Utilização da técnica CRISPR-Cas9 no tratamento da anemia falciforme.....	36
Tainara Toigo Jung; Emanuele dos Santos Gomes; Leticia Carolina Cruz	
Pré-eclâmpsia na gestação e seus marcadores laboratoriais revisão bibliográfica.....	38
Thaís Elicher; Coautor: Julia Gabriela Prestes de Souza; Kellyn Ribeiro; Leticia Carolina da Cruz	
Alterações laboratoriais relacionadas à vitamina D em adultos de 20 a 50 anos: uma análise sobre deficiência e suas implicações clínicas	40
Thaís Elicher, Bruna Pinzon, Kellyn Ribeiro, César Gilmar Trojahn Filho	
Terapias com células-tronco na doença de Alzheimer: regeneração neural através da biotecnologia	42
Ana Vilma Koch da Silva; Dyéssi Mozara Johann De Paula; Liliane Fachiochi; Leticia Carolina da Cruz	
Entre sorrisos e silêncios: emoções de idosos institucionalizados.....	44
Tatiane Borba Pimentel; Bruna Muller Vieira	

GT3

Saúde, Qualidade de Vida, Acessibilidade e Desenvolvimento Humano

Utilização da técnica CRISPR-cas9 no tratamento do Alzheimer	48
Emanuele dos Santos Gomes; Tainara Toigo Jung; Leticia Carolina Cruz	
A responsabilidade civil do médico e da clínica médica em cirurgias plásticas estéticas: entre obrigações de meio e de resultado	50
Silvana de Oliveira; Carina Lopes de Souza	
Apendicite aguda: causas, complicações e manejo clínico-cirúrgico ..	52
Francyne G. Schaefer, Pablo L. da Silveira; Aline Vanessa de Ávila	
Sífilis: uma infecção sexualmente transmissível em ascensão	54
Fabiula dos Santos; Bruna Pinzon; Brenda Oliveira; César Gilmar Trojan Filho	
Saúde mental e meio ambiente	56
Kellyn Ribeiro, Fabiula Santos, Thaís Elicher, Tamara Lamin	
Retrocesso da saúde pública: os impactos do movimento antivacina	58
Genifer Finatto; Orientadora Susana Rafaela Miranda Neves	

Choque hipovolêmico: reconhecimento e manejo clínico	60
Tatiane Borba Pimentel; Denise Maioki	
Papanicolau: um minuto de cuidado, uma vida inteira de prevenção. .	62
Júlia Mistura Castelli; Julia de Carvalho; Tatiane Borba Pimentel; Aline Ávila	
Bisfenol A e Ftalatos: principais disruptores endócrinos e seus impactos na saúde humana.....	64
Andryelli Damiani; Eduarda Jandey; Tamara Lamin	
Pielonefrite	66
Kemily Fortes Horz; Luana Dalbosco Vasconcelos; César Gilmar Trojan Filho	
Câncer de mama na gestação: o papel essencial da enfermagem no cuidado integral.....	68
Patrick Dias Ribeiro; Susana Rafaela Miranda Neves	
Paciente idoso frente às infecções sexualmente transmissíveis.....	70
Jéssica Chapuis Saraiva; Sirlei Cardoso de Campos; Vinícius Pereira Mattos; Susana Loureiro	
Púrpura Trombocitopênica Trombótica: desafios diagnósticos no hemograma	72
Murilo Schwantes Hunger; Jorge Kleber Alves da Silva	
O papel do enfermeiro na punção intraóssea em pacientes com choque séptico	74
Milleny Barbosa de Oliveira; Júlia Loureiro Dahse; Susana Rafaela Miranda Neves	
Microplásticos secundários: impactos ambientais e riscos à saúde.....	76
Ana Vilma Koch da Silva; Dyéssi Mozara Johann De Paula; Liliane Fachiochi; Tamara Lamin	
Microangiopatias: Púrpura Trombocitopenica Trombótica e Síndrome Hemolítico-urêmica.....	78
Eduarda Henrich; Júlia Nicole Keller; Letícia Carolina da Cruz	
Máscara laríngea: avanços e limitações no manejo das vias aéreas em situações de emergência.....	80
Jessyca Mariotti Tavares, Diliane Poter Klein, Patricia Wetter; Marcos Antônio Duarte Filho	
Manobra de Heimlich: papel do enfermeiro na assistência ao engasgo	82
Letícia Pennacchia Duarte; Débora Peixoto Mafalda; Pablo Luís da Silveira; Susana Rafaela Miranda Neves	

Influência na qualidade de vida de idosos com o uso de tecnologias assistivas.....	84
Lisandra de Lima; Charlene Moraes; Henrique Dill; Susana Loureiro	
Memórias que não esquecem.....	86
Larissa Wentz Ceccagno; Suelen Priscila Costa da Silva; Alisson Almeida da Silva; Susana Ferrari Loureiro	
Enfermagem diante do choque séptico: do sintoma a ação.....	88
Julia de Carvalho. Julia Mistura Castelli. Susana Rafaela Miranda Neves	
Inserção de pessoas com deficiência intelectual e transtornos do neurodesenvolvimento no mercado de trabalho	90
Isabelle Barichello Rodrigues; Eduarda Hentges; Joline Picinin Cervi	
Gestação na Esclerose Múltipla	92
Carine Massmann, Larissa Wentz Ceccagno, Aline Vanessa de Ávila	
Atuação do enfermeiro em acidentes com cobras e escorpiões	94
Gabriela Cristiane de Oliveira de Quadros; Nayane Alana dos Reis Schmitt; Cristian Douglas Antes; Pablo Luís da Silveira; Susana Rafaela Miranda Neves	
Fibrose cística: o beijo salgado.....	96
Bruna Pinzon; Brenda Oliveira; Fabíula dos Santos, César Gilmar Trojan Filho	
O efeito do uso prolongado de benzodiazepínicos por idosos.....	98
Julia Loureiro Dahse; Letícia Pennacchia Duarte; Milleny Barbosa Oliveira; Susana Ferrari Loureiro	
A natureza da obrigação assumida pelo médico na separação de gêmeos siameses: uma análise acerca das obrigações de meio e de resultado	100
Eduarda Hentges; Isabelle Barichello Rodrigues e Carina Lopes de Souza	
Disruptores endócrinos: risco na saúde ambiental e pública	102
Eduarda Henrich; Eduarda Pimentel; Giovana Vitória da Rocha; Orientador: Tamara Lamin	
Malária: aspectos gerais e principais alterações hematológicas – revisão.....	104
Dilvana Severo; Cesar Trojahn; Letícia Carolina da Cruz; Tamara Lamin	
Anemia ferropriva em crianças – revisão bibliográfica.....	106
Dilvana Severo; Letícia Carolina da Cruz; Tamara Lamin	
Cuidados de enfermagem ao paciente com Síndrome de Down em uso de gastrostomia.....	108
Autor: Oélika A. Torres Banaletti; Aline Vanessa de Ávila	

Assistência de enfermagem aos pacientes adultos com convulsão: uma revisão integrativa.....	110
Cristian Douglas Antes; Neusa Mabel dos Santos Correa; Pablo Luis da Silveira; Nayane Alana dos Reis Schmitt; Gabriela Cristiane de Oliveira de Quadros; Susana Rafaela Miranda Neves	
Crise de dor vaso-oclusiva na anemia falciforme	112
Ana Vilma Koch da Silva; Dyéssi Mozara Johann De Paula; Liliane Fachiochi; Alexandre Ehrhardt	
Contenção mecânica de pacientes psiquiátricos: desafios e práticas de cuidado humanizado no contexto da saúde mental	114
Henrique Dill Ribas; Lisandra de Lima; Co-autor: Charlene Moraes; Susana Loureiro	
Choque anafilático: um subtipo do choque distributivo.....	116
Genifer Finatto; Nicole Luíza Junges; Orientadora Susana Rafaela Miranda Neves	
Choque cardiogênico: especificidades e cuidados de enfermagem ...	118
Bruna Muller Vieira. Co-autora; Luciane Kempfer. Susana Rafaela Miranda Neves	
Anemia ferropriva: marcadores laboratoriais	120
Brenda Costa de Oliveira; Bruna Pinzon; Fabiula dos Santos Orientador Alexandre Ehrhardt	
Uso do ciclo PDCA na redução de não conformidades em amostras recebidas em laboratórios de análises clínicas.....	122
Andryelli Damiani; Eduarda Jandrey; Jorge K. Alves Da Silva	
Análise microbiológica da <i>Listeria monocytogenes</i> : métodos de isolamento, identificação e diagnóstico	124
Andryelli Damiani; Eduarda Jandrey; Leticia Carolina Da Cruz	
Sistema Nervoso Autônomo: fisiologia, funções e relevância clínica ...	126
Adriana Oliveira da Rocha; Liliane Lopes; Joceane Alina Palmeira; Jorge Kleber Alves da Silva	
A responsabilidade civil do Estado por omissão na fiscalização e combate à violência obstétrica no Sistema Único de Saúde	128
Maria Eduarda Schuika; Júlia Colussi	
A responsabilidade civil médica nos casos de erro de diagnóstico ...	130
Gabriele Dos Santos Ribeiro; Júlia Colussi	
A importância da educação em saúde para a prevenção da gravidez na adolescência	132
Genifer Finatto; Mirele Padilha da Silva; Nicole Luíza Junges; Orientadora Aline Vanessa de Avila	

A Autonomia do Idoso no Contexto Familiar Contemporâneo.....	134
Gabriela Aparecida de Oliveira Dias, Nayane Alana dos Reis Schmitt, Gabriela Cristiane de Oliveira de Quadros, Cristian Douglas Antes; Susana Ferrari Loureiro	
<i>Trichomonas vaginalis</i> : diagnóstico e tratamento	136
Bárbara de Souza Nunes; Cesar Gilmar Trojahn Filho	

GT4

Educação, Linguagem, Cultura e Direitos Humanos

O tráfico humano de pessoas: a exploração sexual e o combate ao tráfico	140
Victória Marilene Kempfer de Mattos; Julia Colussi	
Direito funerário e a responsabilidade civil sobre o serviço prestado ..	142
Eduardo Gunnar Machado dos Santos; Carina Lopes de Souza	
Prints de Whatsapp como prova: desafios e requisitos de validade no processo civil	144
Ramiro Krug Oliveira; Wellington Alex Braganholi; Kétissia Santos Muniz; Carina Lopes de Souza	
Os desafios do Direito Internacional diante do avanço tecnológico: o uso de inteligência artificial em conflitos armados.....	146
Camila Caroline Amann; Carina Lopes	
O sistema da persuasão racional no Código de Processo Civil de 2015: desafios e perspectivas na valoração das provas	148
Bruna Cristina de Freitas Kamiski; Franciele Cadore Moreira; Marilene Vogelmann Meira; Carina Lopes de Souza	
Mulheres pretas e o racismo no mercado de trabalho.....	150
Grazielli Karine Dos Santos; Luciléia Izabel Ferreira Jacques; Joline Picini Cervi	
A essencialidade do direito internacional na estruturação de normas de trânsito no cenário global	152
Micheli Anhaia Schuster; Carina Lopes de Souza	
Contrato de trabalho e suas modalidades.....	154
Michael Langaro; Virgínia Icle	
Uberização do trabalho e os desafios jurídicos no Brasil.....	156
Matheus Schneider Aldebrand; Andreia de Arruda Machado; Maiara Balista; Virginia Icle	

O reconhecimento jurídico das uniões estáveis homoafetivas e suas repercussões legais	158
Maiara Balista; Andreia de Arruda Machado; Carina Lopes de Souza	
Litiscônsórcio no Direito Processual Civil: eficácia e limites na garantia do acesso à Justiça	160
Kimberlly Pasqualotto	
Fome Zero e Agricultura Sustentável: índice de desenvolvimento sustentável no município de Carazinho/RS	162
Kariele Gomes da Silva; Daniela Helena Fath; Railon Junior Rodrigues; Joline Picinin Cervi	
Imigração e Direito Internacional: entre a soberania dos Estados e a proteção dos Direitos Humanos no Brasil	164
Autor: Felix Rafael Thomas; Coautor: Marcelo Busch; Carina Lopes de Souza	
Quando a escola é deixada para trás.....	166
Bruno de Almeida Rodrigues; Helen Livia Pozza; Gustavo Konrath Kurz; Joline Cervi	
Guarda compartilhada no Brasil: avanços, limites e desafios práticos	168
Laraine Lemos Costa; Kimberlly Pasqualotto; Carina Lopes de Souza	
Grupo econômico e sua responsabilidade solidária na defesa dos direitos do trabalhador	170
Camila Caroline Amann; Virginia Icle	
Fraudes na Saúde Pública: uma análise jurídica à luz da transparência e do controle social.....	172
Felix Rafael Thomas; Aline da Rocha Falcão; Fatima Alves Cezar; Julia Escandiel Colussi	
Fundada suspeita e busca pessoal no Brasil: critérios legais e limites da atuação policial	174
Felix Rafael Thomas; Julia Escandiel Colussi	
Evasão escolar no Brasil: impactos sociais e a responsabilidade estatal.....	176
Bruno de Almeida Rodrigues; Helen Livia Pozza; Gustavo Konrath Kurz; Joline Cervi	
Efeitos da flexibilização da terceirização após a reforma trabalhista	178
Andria Vanessa Nunes dos Santos; Bruna Cristina de Freitas Kaminski; Valéria Puhl; Virgínia Icle	

Direito à educação.....	180
Guilherme Neuls Co-autor; Bianca Della Vecchia; João Kempfer; Joline Cervi	
Direito à dignidade: o migrante no mercado de trabalho brasileiro ...	182
Evandro Franco; Lucas Lorenzo Grainer Kuhn; Paulo Ricardo Barroso; Joline Picinin Cervi	
Desigualdade social e os impactos ambientais sobre comunidades vulneráveis.....	184
Elis Regina Pires; Leonardo Luiz Oliveira; William Douglas Lauer; Joline Picinin Cervi	
Obrigações de meio e responsabilidade do advogado: um estudo sobre a perda de prazo processual e suas consequências jurídicas	186
Daniela Helena Fath; Elana Brizolla de Oliveira; e Carina Lopes de Souza	
Empresas transacionais: sujeitos invisíveis à luz do Direito Internacional.....	188
Bruna Cristina de Freitas Kaminski; Valéria Puhl; Carina Lopes de Souza	
As novas faces da violência contra a mulher: um olhar jurídico	190
Elisabete de Oliveira; Júlia Colussi	
Os meios probatórios atípicos no Direito Processual Civil: o uso de mensagens de Whatsapp como prova	192
Andreia de Arruda Machado; Carina Lopes de Souza	
A responsabilidade civil nas obrigações de meio: limites, critérios e desafios.....	194
Gabriely Barros Kuchnir; Elis Regina Pires; Kaline Pinheiro de Oliveira; Carina Lopes de Souza	
A proteção jurídica da família anaparental e suas repercussões no direito de família.....	196
Camila Caroline Amann; Carina Lopes	
A possibilidade de revista aos bens do empregado por parte do empregador e seus limites	198
Felipe Martins; José Voss; Darlan Gonçalves; Virginia Icle	
A natureza jurídica das dívidas decorrentes de apostas digitais e sua exigibilidade no âmbito do Direito Civil.....	200
Andréa Löser; Carina Lopes de Souza	

A função social da posse e sua proteção nas ações possessórias: uma análise jurisprudencial	202
Darlan Gonçalves; Felix Rafael Thomas; Carina Lopes de Souza	
Violência social na infância e adolescência: o Estado na garantia dos direitos fundamentais e a proteção do vínculo familiar.....	204
Camyle Corrêa; Júlia Escandiel Colussi	

GT5

Gestão e Políticas Públicas

Teoria da coculpabilidade às avessas e a relatividade da aplicação da pena aos crimes de colarinho branco	208
Felipe Martins Schettert; Júlia Colussi	
Os limites constitucionais da (im)penhorabilidade salarial	210
Gisele dos Santos; Júlia Colussi	
Limites e restrições ao Direito de Propriedade	212
Kaline Pinheiro de Oliveira; Elana Oliveira; Joline Picinin Cervi	
Magnicídio: um assassinato especial e suas nuances.....	214
Felipe Martins; Paulo Saraiva; Carina Lopes de Souza	
Contaminação de amostras em laboratórios de análises clínicas: identificação de causas.....	216
Eduarda Henrich; Júlia Nicole Keller; Jorge Kleber Alves da Silva	
Crise ambiental: consumo e produção responsável.....	218
Elana Brizolla de Oliveira; Kaline Pinheiro de Oliveira; Gabriely Barros Kuchnir; Joline Picinin Cervi	
A usucapião extrajudicial com instrumento de efetivação do direito à moradia	220
Loidemar Antonio Oliveira; Joline Picinin Cervi	

PREFÁCIO

A presente obra reúne os trabalhos científicos apresentados no XXII Fórum de Extensão, Pesquisa e Ensino da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Campus Carazinho/RS, configurando-se como um importante espaço de socialização do conhecimento, de fortalecimento da produção acadêmica e de integração entre ensino, pesquisa e extensão. Este livro expressa o compromisso institucional com a formação crítica, ética e socialmente responsável, evidenciando a relevância da ciência como instrumento de transformação da realidade.

Vivemos um período historicamente marcado por profundas transformações tecnológicas, ambientais, jurídicas, sanitárias e sociais. A intensificação dos impactos ambientais, a cultura digital, a reconfiguração do mundo do trabalho, os avanços da biotecnologia, os desafios da saúde pública, as novas demandas educacionais e as complexas dinâmicas sociais impõem à universidade o papel fundamental de interpretar criticamente esses fenômenos e propor soluções sustentáveis, inovadoras e comprometidas com o desenvolvimento humano e social.

Os Grupos de Trabalho que integram esta coletânea trazem a diversidade temática e metodológica que caracteriza o evento. Do meio ambiente à tecnologia, da inovação científica ao

Direito, da saúde à educação, dos direitos humanos à gestão e às políticas públicas, os estudos aqui reunidos evidenciam a força da pesquisa interdisciplinar e a centralidade da extensão universitária como ponte entre a universidade e a sociedade, fortalecendo a indissociabilidade entre teoria e prática.

Este livro também materializa o empenho de acadêmicos, docentes, pesquisadores e profissionais que, por meio de suas investigações, reafirmam a universidade como espaço de produção de conhecimento, de formação cidadã e de compromisso com a realidade regional e nacional. Cada trabalho representa não apenas um resultado acadêmico, mas um exercício de responsabilidade científica, social e ética, orientado pela promoção da justiça, da sustentabilidade, da inovação e da dignidade da pessoa humana.

Que esta obra do XXII Fórum de Extensão, Pesquisa e Ensino – ULBRA Carazinho/RS possa inspirar novas pesquisas, fortalecer redes de cooperação, ampliar o diálogo entre saberes e contribuir para o avanço científico e para o desenvolvimento social. Que suas páginas estimulem o pensamento crítico, a reflexão ética e a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva, sustentável e comprometida com o bem comum.

Carazinho, novembro de 2025.

Rodrigo Samuel Sjlander
Diretor

GT1

Ciências Naturais, Exatas, Meio Ambiente e Sustentabilidade

As transformações ambientais em curso, marcadas pela intensificação da poluição, pelo uso predatório dos recursos naturais e pela expansão desordenada das atividades produtivas, colocam em evidência a urgência de repensar nossas formas de produzir, consumir e normatizar o uso do meio ambiente. O GT1 reúne trabalhos que se debruçam justamente sobre esse entrelaçamento entre ciência, direito, políticas públicas e práticas profissionais, evidenciando que a sustentabilidade não é um conceito abstrato, mas um campo concreto de disputas, responsabilidades e escolhas técnicas e políticas.

Os estudos sobre microplásticos primários evidenciam a dimensão invisível da poluição contemporânea: partículas microscópicas, associadas a cosméticos, fibras sintéticas e processos industriais, que atravessam estações de tratamento, alcançam rios e oceanos e se acumulam em organismos vivos, trazendo riscos ecotoxicológicos e desafiando a legislação ambiental vigente. Ao comparar o cenário brasileiro com experiências internacionais, os autores demonstram a distância entre o avanço científico e a capacidade normativa do Estado, apontando lacunas regulatórias e a necessidade de políticas preventivas e de inovação tecnológica.

Na mesma direção, o debate sobre a gestão de resíduos sólidos no setor de funilaria e pintura automotiva problematiza os limites da fiscalização e da responsabilidade ambiental em atividades econômicas cotidianas, mas altamente impactantes. A partir do Direito Ambiental e da Política Nacional de Resíduos Sólidos, evidencia-se que o cumprimento das normas depende de instrumentos eficazes de controle, mas também de educação ambiental, responsabilidade compartilhada e participação ativa de empresários, trabalhadores, poder público e sociedade civil.

O agronegócio, por sua vez, aparece como campo estratégico e paradoxal: ao mesmo tempo pilar do PIB brasileiro e vetor de pressões sobre florestas, recursos hídricos e territórios rurais. Os trabalhos discutem os desafios para a efetividade do Código Florestal, do Cadastro Ambiental Rural e de outros instrumentos de governança, mostrando como a fragilidade da fiscalização, o suporte técnico insuficiente e os conflitos entre interesses econômicos e ambientais dificultam a consolidação de uma lógica verdadeiramente sustentável no campo.

Finalizando este capítulo, as pesquisas sobre bioconcreto e madeira de reflorestamento apontam caminhos concretos de inovação na arquitetura e na construção civil, em que materiais sustentáveis reduzem impactos ambientais, ampliam a durabilidade das edificações e contribuem para uma paisagem urbana mais resiliente e socialmente comprometida. Ao articular impactos, normas e soluções tecnológicas, o conjunto de trabalhos reunidos neste GT reforça que a proteção ambiental exige uma abordagem interdisciplinar, capaz de integrar ciência, direito, engenharia, arquitetura e participação social, na construção de modelos de desenvolvimento que aliem prosperidade econômica, responsabilidade socioambiental e justiça intergeracional.

Microplásticos primários: fontes, usos e implicações ambientais

Viviane Onofre Oliveira; Dilvana Severo Granella; Tamara Lamin

RESUMO: A poluição por plásticos em escala microscópica tem se tornado uma preocupação crescente para o meio ambiente e a saúde pública. Os microplásticos, partículas poliméricas menores que cinco milímetros, são persistentes e capazes de transportar contaminantes químicos, representando risco aos ecossistemas e à saúde humana. Destacam-se os microplásticos primários, produzidos intencionalmente para uso em cosméticos, produtos de higiene, abrasivos industriais e como pallets, além das fibras sintéticas liberadas na lavagem de tecidos de poliéster, acrílico e poliamida, que alcançam os corpos hídricos por meio dos efluentes domésticos. Este trabalho teve como objetivo identificar e analisar as principais fontes de microplásticos primários, avaliar seus impactos ambientais e discutir a legislação brasileira em comparação a políticas internacionais. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica qualitativa realizada nas bases de dados Scielo e Google Scholar, utilizando os descritores “microplásticos primários”, “poluição ambiental”, “legislação ambiental” e “cosméticos”, combinados por operadores booleanos. Foram incluídos artigos, relatórios técnicos e documentos legais publicados entre 2009 e 2024, em português e inglês, que abordassem fontes

de emissão, impactos ecotoxicológicos e medidas de mitigação; estudos fora desse recorte temporal ou sem relação direta com microplásticos primários foram excluídos. Os resultados mostraram que a ausência de mecanismos de filtragem eficientes em estações de tratamento de esgoto facilita a entrada dessas partículas em rios e oceanos, onde se acumulam em sedimentos e organismos, podendo causar obstrução alimentar, estresse celular e atuar como vetores de substâncias tóxicas persistentes. Observou-se que países da União Europeia já implementaram restrições ao uso intencional de microplásticos em produtos de consumo, enquanto o Brasil ainda não dispõe de regulamentação específica, limitando ações preventivas e o monitoramento ambiental. Essa lacuna normativa evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à redução da produção e liberação desses materiais, bem como à promoção de alternativas sustentáveis e ao fortalecimento da pesquisa nacional sobre o tema. Conclui-se que a poluição por microplásticos primários é um desafio global e multidisciplinar que demanda a integração entre regulamentação ambiental, inovação tecnológica e conscientização social, com vistas à mitigação dos impactos desse poluente emergente e à proteção dos ecossistemas e da saúde humana.

PALAVRAS-CHAVE: Microplásticos. Poluição ambiental. Cosméticos. Abrasivos industriais. Fibras sintéticas.

Desafios da gestão de resíduos sólidos no ramo de funilaria e pintura automotiva

Marli da Silveira Falcão Bittencourt; Joline Picinin Cervi

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a gestão de resíduos sólidos no setor de funilaria e pintura automotiva, destacando os desafios enfrentados. Diante da crescente preocupação com os impactos ambientais causados por excesso de resíduos, questiona-se: os mecanismos atuais de fiscalização ambiental no setor de funilaria e pintura automotiva são suficientes para prevenir danos ao meio ambiente e à saúde pública? O objetivo da pesquisa é analisar a geração, o armazenamento e o descarte dos resíduos sólidos nesse ramo, bem como avaliar a eficácia dos instrumentos de gestão e fiscalização existentes. A metodologia adotada baseia-se no método hipotético-dedutivo, com fundamento em pesquisa bibliográfica, documental e em leis específicas. O estudo enfatiza a importância da gestão sustentável dos resíduos sólidos em todas as suas etapas, reforçando a necessidade de ações integradas entre poder público, setor privado e sociedade civil. Destaca-se, ainda, a importância da responsabilidade compartilhada, da educação ambiental e da atuação eficaz dos órgãos competentes como pilares de um desenvolvimento ambientalmente equilibrado, conforme preveem a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Além disso, a preserva-

ção do meio ambiente exige uma postura preventiva, pautada no respeito às normas que regem o Direito Ambiental. No entanto, observa-se que a consciência ecológica, muitas vezes, só se manifesta diante de ameaças concretas à qualidade de vida, e não de forma antecipada. Nesse sentido, é essencial um olhar mais atento sobre a expansão tecnológica e os padrões de consumo, fatores que têm contribuído significativamente para a degradação dos recursos naturais (Pires; Tozato, 2010, p. 12). Conclui-se que, embora existam regulamentações, a eficácia da gestão de resíduos sólidos na funilaria e pintura automotiva ainda depende de uma fiscalização mais efetiva, de políticas públicas mais eficientes, da conscientização dos empresários e trabalhadores, bem como da implementação de práticas sustentáveis. Assim, torna-se urgente conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, em benefício dos presentes e futuras gerações.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Ambiental; Fiscalização Ambiental; Funilaria; Pintura Automotiva; Resíduos Sólidos.

Agronegócio e sustentabilidade: desafios da legislação ambiental

Gabriely Feyh Subtil; Larissa Soares Sodré; Luana Grespan; Joline Picinin Cervi

RESUMO: O presente estudo analisa a relação entre o agronegócio e a sustentabilidade no Brasil, com foco nos desafios enfrentados para a efetivação das normas ambientais vigentes. O agronegócio é um dos principais pilares da economia nacional, representando parcela expressiva do Produto Interno Bruto (PIB) e exercendo forte influência nas dinâmicas territoriais e ambientais do país. No entanto, sua expansão tem sido frequentemente associada a impactos socioambientais significativos, como o desmatamento, a ocupação irregular do solo e a exploração intensiva de recursos naturais. Diante desse cenário, surge a seguinte problemática: como o agronegócio pode equilibrar crescimento econômico e preservação ambiental, mesmo com os desafios para cumprir a legislação? O objetivo deste estudo é identificar as principais dificuldades da implementação das normas ambientais no setor agropecuário, analisando tanto os mecanismos jurídicos existentes quanto os fatores que dificultam sua efetividade. A metodologia adotada é qualitativa, com abordagem dedutiva, fundamentada na análise de leis, doutrinas e relatórios técnicos de órgãos ambientais. No desenvolvimento da pesquisa, foram examinados instrumentos como o Código Florestal e o Cadastro Ambiental

Rural (CAR), além de aspectos relacionados à fiscalização, ao apoio técnico aos produtores e à atuação dos órgãos públicos. Os resultados indicam que a fragilidade normativa, a fiscalização ineficaz e o suporte técnico insuficiente aos produtores rurais são obstáculos centrais à promoção da sustentabilidade no agronegócio. Além desses fatores, os conflitos entre interesses econômicos e ambientais, aliados à baixa participação da população nas decisões relacionadas à gestão ambiental, agravam ainda mais o cenário. Conclui-se que, a sustentabilidade no agronegócio exige mais do que a existência de normas legais. É necessário fortalecer a governança ambiental por meio de uma gestão integrada, com transparência, fiscalização eficaz, políticas públicas consistentes e a participação ativa de todos os setores envolvidos. Essa articulação é fundamental para equilibrar o desenvolvimento econômico com a responsabilidade socioambiental, reforçando a função social e ambiental da propriedade rural.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio; Meio ambiente; Preservação; Socioambientais.

Bioconcreto e madeira de reflorestamento: soluções inovadoras para a Arquitetura Sustentável

Leticia Rocha Ortiz; Marina Blatt Mello Sanchez

RESUMO: A busca por soluções sustentáveis na arquitetura moderna, bem como, na construção civil tem impulsionado a adoção de materiais inovadores que promovem benefícios ambientais, sociais e econômicos. A utilização do bioconcreto e da madeira reflorestada destacam-se como alternativas eficazes, capazes de reduzir impactos ambientais de edificações, oferecendo vantagens técnicas e estéticas ao local. O presente trabalho tem por objetivo analisar os conceitos relacionados ao bioconcreto e à madeira reflorestada, destacando seus benefícios na aplicação. A proposta abrange não apenas os avanços ambientais, sociais e econômicos associados a esses materiais, mas também sua integração na prática projetual, por meio da incorporação dessas soluções na concepção arquitetônica de um Centro Social e Restaurante Comunitário, voltado ao atendimento inclusivo da comunidade local de forma ambientalmente responsável. A análise baseou-se na revisão bibliográfica em artigos científicos sobre o uso do bioconcreto e da madeira reflorestada, visando compreender como esses materiais sustentáveis podem promover construções mais duráveis, eficientes e alinhadas ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido,

este trabalho aborda as vantagens do bioconcreto na redução de manutenções frequentes na estrutura, diminuindo custos operacionais e prolongando a vida útil das construções através da baixa necessidade de reparos e substituições de materiais. Pesquisas indicam que o bioconcreto pode prevenir até 90% das fissuras em estruturas de concreto, aumentando sua resistência em até 100% e ampliando a vida útil da estrutura. Por outro lado, a madeira proveniente de reflorestamento oferece benefícios como leveza, resistência e apelo estético, além de proporcionar conforto térmico e acústico aos ambientes. Estudos demonstram que edifícios compostos por madeira reflorestada podem armazenar quantidades significativas de carbono, contribuindo para a redução das emissões da indústria da construção. Materiais como o bioconcreto e a madeira reflorestada em projetos arquitetônicos representam uma abordagem inovadora que alia sustentabilidade e eficiência. Esses materiais não apenas atendem às necessidades funcionais das edificações, mas também promovem uma relação harmoniosa com o meio ambiente, contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável. A adoção dessas tecnologias pode tornar a paisagem urbana mais resiliente e ecológica, como por exemplo, na aplicação projetual de um Centro Social e Restaurante Comunitário, que atende populações vulneráveis e incorpora tecnologias construtivas sustentáveis, alinhando aspectos ambientais e sociais em um mesmo local. Portanto, a aplicação do bioconcreto e da madeira reflorestada, são estratégias arquitetônicas eficazes que contribuem na redução de impactos ambientais, além de promover espaços acolhedores, seguros e integrados à comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Sustentável, Materiais, Socioambiental.

GT2

Tecnologia, Produção, Inovação nas Ciências e Cultura Digital

A Quarta Revolução Industrial, marcada pela digitalização, pela inteligência artificial, pela biotecnologia e pela economia de plataformas, tem reconfigurado profundamente as formas de trabalhar, produzir conhecimento, cuidar da saúde e organizar a vida em sociedade. Os trabalhos reunidos no GT2 dialogam com essas transformações em diferentes frentes, evidenciando a necessidade de repensar conceitos clássicos à luz de uma realidade dinâmica, complexa e em contínua mutação.

No campo jurídico, os estudos abordam os impactos da “uberização” nas relações de trabalho, a subordinação algorítmica e os desafios à caracterização do vínculo empregatício na economia digital, tema atualmente debatido no Supremo Tribunal Federal. Soma-se a esse cenário a análise das plataformas de apostas digitais e da CPI das Bets, que problematizam os limites da autonomia privada, da proteção do consumidor-apostador e da responsabilidade contratual. As dificuldades probatórias na usucapião também evidenciam a necessidade de um Direito mais sensível às realidades sociais e às novas formas de produção de provas.

Na área das ciências biomédicas e da biotecnologia, destacam-se os avanços relacionados à edição gênica com CRISPR-Cas9 no tratamento da anemia falciforme, às terapias com células-tronco na Doença de Alzheimer, aos marcadores laboratoriais

da pré-eclâmpsia e às alterações decorrentes da deficiência de vitamina D. Esses estudos demonstram o potencial transformador da ciência na prevenção, no diagnóstico e na terapêutica, ao mesmo tempo em que suscitam importantes debates éticos, regulatórios, econômicos e de acesso às tecnologias em saúde.

Complementando esse panorama, o estudo sobre as emoções de idosos institucionalizados insere a dimensão humana e afetiva no centro das discussões sobre envelhecimento e cuidado. Em conjunto, os trabalhos do GT2 mostram que tecnologia e inovação não podem ser compreendidas de forma dissociada dos direitos fundamentais, das condições concretas de trabalho, das experiências subjetivas e dos limites éticos, convidando à construção de respostas mais justas, sensíveis e humanizadas para os desafios da cultura digital contemporânea.

Trabalho por aplicativos tem vínculo empregatício ou não?

Vitória Luiza Alves P. da Cruz; Ynaê Luciane da Silveira Barden; Virginia Icle

RESUMO: O trabalho por meio de aplicativos digitais, como Uber e iFood, levanta novos desafios para o Direito do Trabalho. A questão central é se motoristas e entregadores devem ser considerados empregados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou se são trabalhadores autônomos na economia digital. Analisar a natureza jurídica da relação de trabalho entre plataformas digitais e prestadores de serviço, bem como os impactos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria. Pesquisa bibliográfica e documental, com base em legislações, doutrinas e decisões judiciais recentes, incluindo os julgamentos em andamento no STF. O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar nesta quarta-feira (1º) duas ações que discutem a natureza da relação de trabalho entre plataformas digitais de transporte de pessoas e de mercadorias e motoristas e entregadores. Na Reclamação (RCL) 64018, relatada pelo ministro Alexandre de Moraes, a Rappi contestou decisão do TRT da 3ª Região (MG) que reconheceu vínculo de emprego a um motofretista, sob fundamento de subordinação jurídica e algorítmica. No Recurso Extraordinário (RE 1446336), relatado pelo ministro Edson Fachin, a Uber questiona decisão do TST que reconheceu vínculo

de emprego de uma motorista, entendendo a empresa como de transporte e não apenas como plataforma digital. A questão é tratada no Tema 1291 da repercussão geral, cujo julgamento pelo STF terá efeito vinculante e servirá de parâmetro para casos semelhantes em todas as instâncias da Justiça. A ausência de regulamentação específica gera insegurança jurídica e deixa milhões de trabalhadores sem acesso a direitos fundamentais, como férias, FGTS e previdência. Esse julgamento é considerado histórico, pois envolve não apenas a definição jurídica sobre a existência ou não de vínculo empregatício, mas também o equilíbrio entre inovação tecnológica, liberdade econômica e proteção social do trabalhador. A solução adotada influenciará milhões de profissionais e poderá inspirar novas formas de regulamentação no Brasil, adaptando a legislação trabalhista à realidade da economia de plataformas.

PALAVRAS-CHAVE: Aplicativos, Direito do Trabalho, economia digital, subordinação algorítmica, vínculo empregatício.

O impacto da tecnologia nos direitos trabalhistas no brasil: desafios e (re) significação da tutela jurídica

Wellington Alex Braganholi, Virgínia Icle

RESUMO: A Quarta Revolução Industrial, impulsionada pela Inteligência Artificial, pela automação e pela economia de plataforma (Gig Economy), reconfigurou as relações laborais, criando desafios inéditos para o Direito do Trabalho brasileiro. O modelo de emprego tradicional, estruturado na subordinação jurídica e nos pilares da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mostra-se insuficiente para tutelar as novas modalidades de prestação de serviços, exigindo uma urgente ressignificação dos direitos fundamentais dos trabalhadores. A Uberização e a Crise da Subordinação Clássica. O principal ponto de tensão reside na “uberização” do trabalho. Empresas de aplicativos utilizam a tecnologia para intermediar serviços (transporte, entrega), alegando que os trabalhadores são autônomos. No entanto, o controle exercido por meio de algoritmos (que definem preços, rotas, avaliações e, por vezes, desligamentos) estabelece uma forma sutil, mas eficaz, de subordinação algorítmica. Esse modelo dilui os direitos essenciais, como férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e, principalmente, a proteção social (aposentadoria, seguro-desemprego). A Justiça do Trabalho, por sua vez,

tem se dividido: enquanto parte da jurisprudência reconhece o vínculo de emprego em casos de controle intenso, outra parte adota a visão da autonomia, expondo milhões de trabalhadores à precarização. Trabalho Remoto, Monitoramento e a Intimidade do Ser Humano, um efeito considerável surge no trabalho remoto (regulado pelo artigo 75-A e seguintes da CLT). Apesar de proporcionar mais maleabilidade, o uso de ferramentas para fiscalizar aumenta a autoridade do chefe, gerando dúvidas importantes a respeito do direito de se desligar do trabalho e da fronteira entre o expediente e a vida pessoal. A constante supervisão e avaliação da produção em tempo real, possibilitadas pela tecnologia, representam um risco aos direitos individuais do trabalhador, afetando sua privacidade e vida pessoal. Nesse cenário, o Direito do Trabalho deve assegurar que a utilização de informações e sistemas automatizados não resulte em práticas discriminatórias ou exploração desmedida. A necessidade de Tutela e Regulação para enfrentar esses desafios, o legislador e o Judiciário devem ir além da dicotomia tradicional. É fundamental criar um marco regulatório que assegure um patamar mínimo de proteção social aos trabalhadores de plataforma, bem como mecanismos de transparência sobre as decisões algorítmicas. A teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais serve como base para estender as proteções constitucionais a essas relações atípicas. O futuro do Direito do Trabalho passa pela capacidade de adaptar suas normas, priorizando a dignidade da pessoa humana frente a inovação tecnológica (DELGADO, 2017).

PALAVRAS-CHAVE: Direito do Trabalho, Tecnologia, Gig Economy, Uberização, Subordinação Algorítmica, Direitos Fundamentais.

Dificuldades práticas na comprovação da posse contínua e incontestada em ações de usucapião

Gabriely Feyh Subtil; Larissa Soares Sodré; Luana Grespan; Joline Cervi

RESUMO: A usucapião é uma alternativa para aquisição da propriedade de um bem pelo uso contínuo e ininterrupto, desde que sejam atendidas as condições estabelecidas pela lei. No entanto, um dos grandes desafios na prática é como comprovar a veracidade da posse contínua e sem contestação ao longo do tempo? Essa pontualidade acontece em decorrência da posse informal ou posse sem registros legais, além de ser necessário apresentar provas sólidas que demonstrem claramente a intenção de ser dono do bem. Este estudo tem como objetivo entender as dificuldades enfrentadas pela sociedade ao tentar comprovar a posse contínua e incontestada nessas ações. Trazendo a análise dos principais obstáculos na apresentação de provas, as interpretações dos tribunais e como essa exigência afeta o direito de regularização das terras e à moradia. A pesquisa é de abordagem dedutiva, com análise em decisões judiciais dos Tribunais de Justiça, além do estudo de jurisprudências atuais. Foi observado que um dos maiores desafios para a comprovação da posse contínua e sem contestação estão na falta de documentos formalizados legalmente e na dificuldade de obter testemunhas que possam confirmar a consistência da posse.

As decisões judiciais analisadas mostram uma tendência na exigência de provas rigorosas, dificultando assim, o reconhecimento da usucapião em casos de pessoas em situação de vulnerabilidade social. No entanto também é possível a percepção dos avanços na jurisprudência, que têm buscado flexibilizar a avaliação de provas, enfatizando cada vez mais os indícios materiais e à função social da posse. Assim, existe um conflito entre a necessidade de garantir a segurança jurídica e a busca por garantir os direitos fundamentais, especialmente o direito à moradia. Conclui-se que a comprovação da posse contínua e sem contestação é um dos maiores desafios para quem busca a usucapião. Portanto, é de extrema importância que o Poder Judiciário mantenha uma postura equilibrada, associando a exigência de provas confiáveis com a realidade social que o Brasil possui, destacada pela informalidade na posse dos bens. Credibilizar métodos de provas alternativas e buscar fortalecer a usucapião extrajudicial, para possuir a superação dessas pontualidades, tornando o processo mais justo e eficaz para quem precisa do direito à moradia com maior urgência e facilidade. Mantendo a transparência judicial, e melhorando a realidade social do país.

PALAVRAS-CHAVE: Propriedade, Provas, Usucapião.

A CPI das *Bets* e os impactos no regime de obrigações contratuais

Gabriely Feyh Subtil; Larissa Soares Sodré; Luana Grespan; Carina Lopes de Souza

RESUMO: Este resumo tem como foco o tema da expansão das plataformas de apostas esportivas digitais (“*Bets*”) que, para o ordenamento jurídico brasileiro, trouxeram desafios significativos, especialmente no âmbito das obrigações contratuais. Com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI das *Bets*) no Congresso Nacional, evidenciou-se a falta de fiscalização da validade, eficácia e limites dos contratos celebrados em razão das plataformas, destacando-se a ausência de informações entre usuários e empresas, bem como a falta de regulamentação adequada. Assim, questiona-se: em que medida as investigações desenvolvidas pela CPI das *Bets* podem influenciar as relações jurídicas estabelecidas no âmbito do direito obrigacional e contratual brasileiro? Dessa forma, o estudo tem como objetivo analisar como as investigações desenvolvidas pela CPI das *Bets* podem influenciar as relações jurídicas de natureza obrigacional no Brasil, identificando possíveis mudanças na regulação da autonomia privada e na responsabilização de agentes. Nesta pesquisa, adotou-se o método de abordagem dedutivo, baseada em leituras doutrinárias sobre obrigações civis e direito digital, jurisprudências, bibliografias e relatórios

preliminares da CPI das Bets. Com o estudo, analisou-se a relação das evidências da CPI com os princípios e normas do Direito Civil brasileiro. Destaca-se que os debates jurídicos suscitados na CPI podem impactar diretamente o direito obrigacional e contratual brasileiro, especialmente em relação à formação, execução e responsabilidade contratual. Os resultados mostram que a CPI das *Bets* pretende reforçar a importância da proteção contratual ao consumidor-apostador, com maior transparência nas cláusulas contratuais, regras mais estruturadas em relação ao pagamento dos prêmios e a devida responsabilização das casas de apostas em casos de falhas em seus procedimentos internos quanto à prestação de serviços. Este estudo destaca que a CPI pode fomentar o desenvolvimento de novas estruturas legislativas relativas ao regime jurídico das obrigações, que visem equilibrar a relação contratual entre devedor e credor, no caso das plataformas. A CPI das *Bets* é responsável por configurar um grande avanço na discussão de contratos de apostas digitais no país, nos quais se tende a unificar a disciplina civil das obrigações à lógica de proteção do direito do consumidor. Conclui-se que a CPI poderá impactar o setor das apostas digitais, fomentando o desenvolvimento de novos modelos de regulamentação das relações obrigacionais decorrentes desses contratos, ampliando, assim, a função social dos contratos no direito brasileiro e no direito digital.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Obrigacional. *Bets*. CPI, Digital, Regulamentação.

Utilização da técnica CRISPR-Cas9 no tratamento da anemia falciforme

Tainara Toigo Jung; Emanuele dos Santos Gomes; Leticia Carolina Cruz

RESUMO: A anemia falciforme é uma doença hereditária, onde as hemácias, devido a uma alteração na hemoglobina, apresentam o formato de “foice”, chamadas de drepanócitos. A alteração ocorre no gene da cadeia beta da globina, onde ocorre uma substituição do ácido glutâmico pela valina, o que dá origem a hemoglobina S. Devido a alteração, as células o seu formato, o que provoca um problema na circulação, uma vez que as células passam a obstruir os vasos sanguíneos ocasionando lesões teciduais devido a hipóxia. **Objetivo.** O presente resumo tem como objetivo geral demonstrar a eficácia da técnica CRISPR-Cas9 no tratamento da anemia falciforme. **Metodologia.** Este trabalho foi realizado através de uma revisão em fontes secundária, como livros e artigos de revisão bibliográfica, usando como base de dados os sites Scielo e google acadêmico. **Resultados.** A anemia falciforme é caracterizada por uma anemia hemolítica, com as manifestações vasoclusivas, levando a crises agudas de dores. A fisiopatologia desta anemia inicia com a polimerização da desoxiHbS, com a presença da valina ocorre um processo de desoxigenação da hemoglobina, com a redução gradual de oxigênio, que quando completa origina as células em formato de “foice”. Essa formação pode dar origem a diversos sintomas como as crises dolorosas. O diagnóstico é rea-

lizado através de diversos testes como: Hemograma, Hemoglobina Fetal, Hemoglobina A2, entre outros. No entanto, o exame confirmatório se dá através da análise na eletroforese. Nos últimos anos, avanços na biotecnologia trouxeram novas perspectivas para o tratamento, destacando-se a técnica CRISPR-Cas9. Esse sistema, inicialmente descrito como mecanismo de defesa bacteriano, revolucionou a edição gênica pela sua precisão em reconhecer e cortar sequências específicas de DNA. Na anemia falciforme, seu uso está voltado principalmente para estimular a produção de hemoglobina fetal (HbF), que possui efeito protetor por inibir a polimerização da HbS. Ensaios clínicos têm mostrado resultados promissores, com aumento de HbF e redução das manifestações clínicas. **Considerações Finais.** Embora os resultados sejam animadores, ainda existem desafios a serem superados, como os riscos de cortes indesejados em regiões não alvo do DNA, a ocorrência de eventos adversos graves relacionados ao processo de transplante de células editadas, além das incertezas sobre os efeitos em longo prazo. Também permanecem em debate questões éticas sobre a edição genética e sua acessibilidade, especialmente considerando o alto custo das terapias. Ainda assim, os avanços trouxeram uma perspectiva real de cura e significativa melhora na qualidade de vida dos pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Anemia; Anemia Hemolítica; CRISPR-Cas9.

Pré-eclâmpsia na gestação e seus marcadores laboratoriais revisão bibliográfica

Thaís Elicher; Coautor: Julia Gabriela Prestes de Souza; Kellyn Ribeiro; Leticia Carolina da Cruz

RESUMO: As síndromes hipertensivas representam uma das alterações que ocorrem com maior frequência na gravidez. Sua incidência varia de 2% a 8% das gestações, encontrando-se entre as principais causas de morte materna e com elevada taxa de morbimortalidade perinatal no mundo, oscilando entre 5% e 20%. Devido a graves complicações que a pré-eclâmpsia/eclâmpsia pode acarretar. A correta classificação e o diagnóstico das síndromes hipertensivas são de grande importância para o acompanhamento destas gestantes. **OBJETIVO:** O presente trabalho tem como objetivo investigar a importância dos marcadores laboratoriais no diagnóstico e monitoramento da pré-eclâmpsia, destacando os principais parâmetros bioquímicos e hematológicos alterados durante a gestação. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, baseada em artigos científicos e publicações acadêmicas disponíveis nas bases de dados SciELO, BVS, PubMed e Google Acadêmico, publicadas entre os anos de 2010 e 2024. Os descritores utilizados na busca foram: “pré-eclâmpsia”, “gestação”, “marcadores laboratoriais”, “síndrome hipertensiva gestacional” e “biomarcadores na gravidez”. Foram incluídos estudos que abordaram parâmetros laboratoriais altera-

dos em gestantes com diagnóstico confirmado de pré-eclâmpsia, e excluídos trabalhos duplicados ou que não apresentassem relação direta com os objetivos propostos. RESULTADOS E DISCUSSÃO: A análise dos estudos evidenciou que a pré-eclâmpsia provoca alterações significativas em diversos marcadores laboratoriais. Dentre os principais, destacam-se o aumento da proteinúria, elevação das enzimas hepáticas (TGO e TGP), redução das plaquetas, aumento da creatinina sérica e elevação do ácido úrico. Esses resultados refletem a presença de lesão endotelial e comprometimento da função renal e hepática. Em casos graves, ocorre hemólise e elevação de LDH (lactato desidrogenase), configurando a síndrome HELLP. A literatura aponta ainda que a avaliação seriada desses parâmetros é essencial para identificar precocemente a evolução da doença e ajustar o manejo clínico da gestante. O monitoramento laboratorial, aliado à observação clínica, permite uma abordagem mais segura, reduzindo a incidência de complicações maternas e neonatais. CONCLUSÃO: A realização do presente estudo evidencia que os exames laboratoriais são extremamente relevantes para diagnosticar e acompanhar a evolução e monitoramento da pré eclampsia na gestação.

PALAVRAS-CHAVE: Pré-eclâmpsia; Gestação; Marcadores laboratoriais; Síndrome hipertensiva; Saúde materna.

Alterações laboratoriais relacionadas à vitamina D em adultos de 20 a 50 anos: uma análise sobre deficiência e suas implicações clínicas

Thaís Elicher, Bruna Pinzon, Kellyn Ribeiro, César Gilmar Trojahn Filho

RESUMO: A vitamina D é um hormônio esteroide essencial para a homeostase do cálcio, a mineralização óssea e o funcionamento adequado do sistema imunológico. Sua principal fonte é a síntese cutânea estimulada pela radiação ultravioleta B (UVB), sendo a ingestão alimentar uma via secundária. A deficiência dessa vitamina é frequente em adultos, especialmente durante o inverno, devido à menor exposição solar. Essa carência pode causar alterações laboratoriais importantes e contribuir para o surgimento de doenças metabólicas, cardiovasculares e imunológicas. **OBJETIVO:** Analisar, por meio de revisão bibliográfica, as alterações laboratoriais relacionadas à deficiência de vitamina D em adultos de 20 a 50 anos, enfatizando valores de referência, fatores associados à hipovitaminose e suas implicações clínicas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva e qualitativa, baseada em artigos publicados entre 2010 e 2024 nas bases SciELO, PubMed, BVS e Google Acadêmico. Foram utilizados os descritores: “vitamina D”, “deficiência de vitamina D”, “alterações laboratoriais”, “níveis séricos de 25(OH)D” e “adultos

de 20 a 50 anos”. Foram incluídos artigos em português e inglês que apresentaram dados laboratoriais sobre a concentração sérica de 25-hidroxivitamina D [25(OH)D] em adultos saudáveis e deficientes, e excluídos estudos duplicados e revisões sistemáticas.

RESULTADO E DISCUSSÃO: A literatura aponta que a concentração sérica de 25(OH)D é influenciada por fatores como exposição solar, índice de massa corporal, idade e dieta. Cerca de 90% da vitamina D é sintetizada pela pele, o que explica a deficiência em indivíduos com pouca exposição solar, uso de protetor solar e rotina em ambientes fechados. Os níveis considerados insuficientes (20–30 ng/mL) e deficientes (<20 ng/mL) estão associados à elevação do paratormônio (PTH) e à redução de cálcio e fósforo séricos. Já a hipervitaminose D (>100 ng/mL), geralmente causada pelo uso inadequado de suplementos, pode provocar hipercalcemia e disfunção renal. Além disso, há relação entre hipovitaminose D, resistência à insulina, obesidade e dislipidemias. O acompanhamento laboratorial é, portanto, essencial para o diagnóstico e prevenção de complicações associadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A deficiência de vitamina D em adultos de 20 a 50 anos representa um problema de saúde pública. A dosagem sérica de 25(OH)D, associada a parâmetros como cálcio, fósforo e PTH, permite identificar precocemente alterações metabólicas. A suplementação e a exposição solar devem ser orientadas de forma individualizada, considerando o estilo de vida e as condições clínicas do paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Exames laboratoriais, Exposição solar, Hipovitaminose D, Saúde óssea e Vitamina D;

Terapias com células-tronco na doença de Alzheimer: regeneração neural através da biotecnologia

Ana Vilma Koch da Silva; Dyéssi Mozara Johann De Paula; Liliane Fachiochi;
Leticia Carolina da Cruz

RESUMO: Introdução: A biotecnologia tem se mostrado promissora no tratamento de doenças neurodegenerativas, como o Alzheimer, destacando-se o uso de células-tronco, capazes de se diferenciar em neurônios e substituir células danificadas, auxiliando na recuperação das funções cognitivas. Objetivo: Apresentar o potencial terapêutico das células-tronco no tratamento da Doença de Alzheimer. Metodologia: Foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica de caráter exploratório, nas bases de dados Google Scholar, SciELO e PubMed, utilizando os seguintes descritores e seus cruzamentos: alzheimer, biotecnologia, células tronco e terapia. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos publicados em língua portuguesa e inglesa publicados de 2021 a 2023, excluindo artigos duplicados e que não apresentavam relação com o tema. Resultados e Discussões: A aplicação de células-tronco em modelos de Alzheimer indicam efeitos relevantes na função cerebral. Após o transplante, essas células conseguem se diferenciar em neurônios e integrar-se ao tecido nervoso existente, estabelecendo novas conexões sinápticas e contribuindo para a reorganização das redes neurais. A formação de novos neurônios

também promove a plasticidade cerebral, processo essencial para a manutenção da memória e da aprendizagem. Além disso, foi observado que as células-tronco exercem efeito anti-inflamatório, reduzindo a ativação exacerbada da microglia e, consequentemente, o dano causado pela inflamação crônica no cérebro. Outro aspecto importante é a diminuição do acúmulo de placas de beta-amiloide, característica marcante da doença, o que contribui para a preservação da função neuronal. Os animais tratados demonstraram melhor desempenho em testes de memória e cognição, evidenciando o impacto positivo da regeneração celular sobre o comportamento. O transplante também mostrou potencial em retardar a progressão dos sintomas, sugerindo que a intervenção pode não apenas restaurar funções perdidas, mas também atuar de forma preventiva contra a degeneração contínua. Esses achados reforçam a ideia de que a aplicação de células-tronco pode ter um duplo papel: de reparo estrutural, ao substituir células nervosas danificadas, e de proteção, ao estimular processos de neurogênese e reduzir fatores que aceleram a degeneração. Embora promissores, os resultados variam conforme a origem celular, via de administração e resposta individual. Considerações Finais: As terapias com células-tronco surgem como alternativa promissora para o tratamento do Alzheimer, com potencial de regenerar neurônios e restaurar funções cognitivas. Embora os melhores resultados ocorram em modelos animais, ensaios clínicos reforçam sua relevância. Assim, a biotecnologia destaca-se como aliada na busca por tratamentos eficazes contra doenças neurodegenerativas, promovendo avanços na saúde e no bem-estar.

PALAVRAS-CHAVE: Alzheimer, biotecnologia, células tronco, terapia.

Entre sorrisos e silêncios: emoções de idosos institucionalizados

Tatiane Borba Pimentel; Bruna Muller Vieira

RESUMO: O envelhecimento populacional traz avanços na medicina e na qualidade de vida, mas também traz desafios sociais, econômicos e de saúde pública. No Brasil, o aumento de idosos, aliado a transformações familiares e à insuficiência de políticas de suporte, tem elevado a demanda por Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Esses espaços oferecem acolhimento e ao mesmo tempo uma ruptura com o ambiente familiar e comunitário, impactando emoções, sentimentos e a percepção de utilidade do idoso. Este estudo, realizado por meio de revisão bibliográfica, identifica sentimentos profundos e experiências emocionais de idosos institucionalizados. Foram consultadas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde, SciELO, LILACS e Bireme, entre setembro e dezembro de 2015. Os resultados evidenciaram duas dimensões. A primeira dimensão foi emoções positivas — alegria, acolhimento, equilíbrio emocional e segurança — ou negativas, como solidão, tristeza, medo, isolamento e perda de autonomia. Tais sentimentos negativos são frequentemente intensificados pela ausência da família, limitação de atividades significativas e fragilidade do vínculo afetivo na instituição. A segunda dimensão relaciona-se ao comportamento infantilizado associado à dependência, decorrente da superproteção de

cuidadores e da imposição rígida de normas, diminuindo a autoestima e a sensação de utilidade social do idoso. Constatou-se que as emoções dos residentes são influenciadas pelo ambiente da ILPI, pela qualidade das relações interpessoais e pelo envolvimento familiar. Estratégias que promovam autonomia, valorizem a subjetividade e estimulem sentimentos positivos são essenciais para garantir dignidade e qualidade de vida. Conclui-se que compreender as emoções de idosos institucionalizados é fundamental para subsidiar intervenções multiprofissionais que favoreçam um envelhecimento saudável, digno, humanizado e ativo.

PALAVRAS-CHAVE: Idoso; Emoções; Qualidade de Vida.

GT3

Saúde, Qualidade de Vida, Acessibilidade e Desenvolvimento Humano

O GT3 – Saúde, Qualidade de Vida, Acessibilidade e Desenvolvimento Humano reúne pesquisas que abordam a saúde sob uma perspectiva integral, articulando avanços clínicos, prevenção de doenças, humanização do cuidado, acessibilidade, tecnologias assistivas e determinantes sociais da saúde. Os trabalhos evidenciam como as transformações científicas, ambientais e sociais impactam diretamente as condições de vida das populações em diferentes ciclos da vida, da infância ao envelhecimento.

No eixo clínico-assistencial, destacam-se estudos sobre doenças infecciosas e crônicas, como sífilis, malária, fibrose cística, pielonefrite, anemia ferropriva, *Trichomonas vaginalis* e *Listeria monocytogenes*, bem como condições de alta complexidade, como choque séptico, choque cardiogênico, choque anafilático, choque hipovolêmico, crise vaso-oclusiva na anemia falciforme, convulsões e microangiopatias trombóticas. Os trabalhos reforçam a importância do diagnóstico precoce, dos marcadores laboratoriais, dos protocolos de emergência e da atuação segura e qualificada da enfermagem e das equipes multiprofissionais para a redução da morbimortalidade.

Na dimensão da saúde pública, ambiental e preventiva, os estudos abordam temas contemporâneos como microplásticos secundários, disruptores endócrinos, uso prolongado de ben-

zodiazepínicos em idosos, movimento antivacina, educação em saúde para prevenção da gravidez na adolescência, saúde mental e meio ambiente, além da influência de tecnologias assistivas na qualidade de vida de idosos. Essas pesquisas evidenciam a interdependência entre ambiente, comportamento, políticas públicas e saúde coletiva, apontando riscos emergentes e a necessidade de estratégias permanentes de prevenção, educação e regulação.

Complementarmente, o GT3 também discute acessibilidade, inclusão e direitos, com estudos sobre a autonomia do idoso no contexto familiar, a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o cuidado ao paciente com Síndrome de Down em uso de gastrostomia, a gestação em condições especiais como esclerose múltipla e câncer de mama, além das responsabilidades ética e civil na prática em saúde. Em conjunto, os trabalhos reafirmam que saúde e qualidade de vida não se limitam ao tratamento da doença, mas envolvem dignidade, inclusão, educação, humanização e garantia de direitos, fortalecendo uma visão ampliada do desenvolvimento humano.

Utilização da técnica CRISPR-cas9 no tratamento do Alzheimer

Emanuele dos Santos Gomes; Tainara Toigo Jung; Leticia Carolina Cruz

RESUMO: A doença do Alzheimer não possui cura, e sua origem pode ter diversas etiologias. Nesse contexto, a busca por novas abordagens terapêuticas que possibilitem tanto uma redução nos sintomas e progressão, quanto uma possível cura, surge tecnologia de edição genética CRISPR-Cas9, técnica de terapia genética considerada mais simples e eficaz, utilizada em diversas áreas. No entanto, apesar dos avanços nas pesquisas, a utilização ainda é considerada inadequada, uma vez que o seu mecanismo pode interromper uma série de funções no organismo. Objetivo: O presente resumo tem como objetivo geral demonstrar a eficácia da técnica CRISPR-Cas9 no tratamento do Alzheimer. Metodologia. Este trabalho foi realizado através de uma revisão em fontes secundárias, como livros e artigos de revisão bibliográfica, usando como base de dados os sites Scielo e google acadêmico. Resultados. O Alzheimer é uma doença que afeta o cérebro, causando a perda gradual da memória, da capacidade de pensar e de realizar tarefas do dia a dia, com o tempo e, além da perda de memória, pode causar confusão, mudanças de comportamento, dificuldade para falar, se orientar e até se cuidar sozinho. Não tem cura, mas a ciência está buscando formas de entender melhor a doença para

encontrar tratamentos mais eficazes. Nesse contexto, a busca por novas abordagens terapêuticas que possibilitem tanto uma redução nos sintomas e progressão, quanto uma possível cura, surge tecnologia de edição genética CRISPR-Cas9, técnica de terapia genética considerada mais simples e eficaz, utilizada em diversas áreas. No entanto, apesar dos avanços nas pesquisas, a utilização ainda é considerada inadequada, uma vez que o seu mecanismo pode interromper uma série de funções no organismo. Considerações Finais. A aplicação da tecnologia CRISPR/Cas9 tem se mostrado promissora, tanto para a criação de modelos mais precisos da doença quanto para a identificação de possíveis alvos terapêuticos, como os genes Txnip e KIBRA. Embora ainda não exista cura, os avanços científicos oferecem esperança para o desenvolvimento de tratamentos mais eficazes no futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Doença de Alzheimer; Alzheimer, CRISPR-Cas9

A responsabilidade civil do médico e da clínica médica em cirurgias plásticas estéticas: entre obrigações de meio e de resultado

Silvana de Oliveira; Carina Lopes de Souza

RESUMO: Este resumo dedica atenção ao tema da responsabilidade civil do médico e da clínica médica em cirurgias plásticas estéticas, especialmente quando o resultado inicialmente pretendido não é atingido. Nesse contexto, questiona-se: nas cirurgias plásticas estéticas, o médico e a clínica médica poderão ser responsabilizados civilmente pelo não atingimento do resultado pretendido? Assim, o objetivo do trabalho consiste em analisar se o médico e a clínica médica poderão ser responsabilizados civilmente por não alcançarem o resultado prometido ao paciente que se submeteu à cirurgia plástica estética. Para desenvolver a pesquisa, utiliza-se o método de abordagem dedutivo aliado ao método de procedimento bibliográfico. Em regra, o médico, na condição de profissional liberal, assume uma obrigação de meio perante o paciente. De acordo com Gagliano e Filho (2023), a obrigação de meio é aquela em que o devedor se obriga a empreender sua atividade, sem garantir, todavia, o resultado esperado. Nas cirurgias plásticas estéticas, no entanto, há uma obrigação de resultado – ou seja, espera-se que o médico ou a clínica médica atinjam o resultado prometido ou esperado pelo paciente (Coelho, 2020). Uma

obrigação de resultado é o compromisso legal em que o devedor se obriga a alcançar um resultado específico e determinado, que é o próprio cumprimento da obrigação. A relação entre médico e paciente está regida pelo Código Civil e, em casos de clínicas ou hospitais privados, pelo Código de Defesa do Consumidor. Além disso, a clínica pode ser responsabilizada solidariamente com o médico se houver falha na estrutura, nos equipamentos, na higiene ou na escolha de profissionais. Tartuce (2025) ressalta que o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado no sentido de que, quando o médico se compromete com o paciente a alcançar um determinado resultado, o que ocorre no caso da cirurgia plástica meramente estética, o que se tem é uma obrigação de resultado e não de meio. Em síntese, conclui-se que tanto o médico quanto a clínica podem ser responsabilizados civilmente em casos de erro, negligência, imprudência, imperícia ou descumprimento das expectativas criadas, especialmente quando não há consentimento informado adequado ou quando o resultado não corresponde ao que foi prometido.

PALAVRAS-CHAVE: Cirurgia Plástica Estética, Médico, Obrigações. Responsabilidade Civil.

Apendicite aguda: causas, complicações e manejo clínico-cirúrgico

Francyne G. Schaefer, Pablo L. da Silveira; Aline Vanessa de Ávila

RESUMO: A apendicite aguda é uma inflamação do apêndice vermiforme e representa uma das causas mais frequentes de abdome agudo cirúrgico. Sua ocorrência é comum em adolescentes e adultos jovens, podendo evoluir rapidamente para complicações graves se não tratada adequadamente. O diagnóstico precoce e a intervenção oportuna são fundamentais para reduzir a morbimortalidade. Estudos nacionais apontam que o atraso no diagnóstico está diretamente relacionado à maior taxa de complicações. A abordagem laparoscópica tem ganhado destaque por proporcionar menor tempo de internação e recuperação mais rápida. O manejo individualizado, considerando a gravidade do quadro e as condições clínicas do paciente, é essencial para bons desfechos. A apendicite geralmente ocorre por obstrução do lúmen apendicular, causada por fecalitos, aumento dos folículos linfoides, corpos estranhos ou parasitas. Essa obstrução favorece a multiplicação bacteriana, levando à inflamação e, em casos mais graves, à perfuração do apêndice. Os sintomas clássicos incluem dor abdominal inicialmente difusa, que migra para a fossa ilíaca direita, náuseas, vômitos, febre e inapetência. O diagnóstico é essencialmente clínico, auxiliado por exames laboratoriais e de imagem, como a ultrassonografia abdominal e, quando

necessário, a tomografia computadorizada. O tratamento padrão é a apendicectomia, realizada por via convencional ou laparoscópica. O uso de antibióticos pode ser indicado como medida inicial, especialmente em casos selecionados, mas não substitui a cirurgia em grande parte dos pacientes. Entre as complicações estão a perfuração, abscesso, peritonite e sepse. Este trabalho tem como objetivo esclarecer as principais causas da apendicite aguda, discutir suas possíveis complicações e agravos, além de apresentar as formas atuais de diagnóstico e tratamento, com base em literatura científica nacional. Foi realizada uma revisão bibliográfica em materiais publicados entre 2015 e 2024, por meio de buscas no Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e livros-texto da área da saúde. Foram utilizados os descritores: “apendicite aguda”, “complicações da apendicite” e “tratamento da apendicite”. Foram selecionados artigos e livros em português com relevância para o tema. A apendicite aguda é uma urgência médica que requer diagnóstico e intervenção rápidos. Conhecer suas causas, sintomas e potenciais complicações permite um atendimento mais eficaz, com menores riscos ao paciente. A capacitação dos profissionais e o acesso rápido aos serviços de saúde são determinantes para o sucesso do tratamento.

Sífilis: uma infecção sexualmente transmissível em ascensão

Fabiula dos Santos; Bruna Pinzon; Brenda Oliveira; César Gilmar Trojan Filho

RESUMO: A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível (IST) causada pela bactéria *Treponema pallidum*, uma espiroqueta com alta capacidade de disseminação. A doença pode se manifestar em diferentes estágios clínicos (primário, secundário, latente e terciário), sendo os dois primeiros com maior taxa de transmissão. Este trabalho tem como objetivo revisar os principais aspectos relacionados à sífilis, com ênfase no diagnóstico. Trata-se de uma revisão literária exploratória, realizada entre abril e julho de 2025, com buscas nas bases Google Acadêmico e SciELO. Os descritores utilizados foram Sífilis, *Treponema pallidum*, Infecções Sexualmente Transmissíveis, Diagnóstico, Tratamento. Foram selecionados artigos em português e inglês, publicados entre 2015 e 2025. Foram excluídos textos duplicados, anteriores a 2015 e em outros idiomas. Os critérios de Inclusão foram estudos completos, com confiabilidade metodológica, pertencentes às áreas da saúde. O diagnóstico da sífilis envolve testes não treponêmicos, como VDRL e RPR, utilizados para triagem e monitoramento da resposta ao tratamento, Estes testes podem apresentar resultados falso-positivos em algumas condições, como gravidez ou doenças autoimunes. Para confirmação da infecção, utilizam-se testes treponêmicos, como FTA-Abs e TPHA, que identificam anticor-

pos específicos contra *T. pallidum*. Estes permanecem positivos mesmo após o tratamento, sendo essenciais para a confirmação diagnóstica, mas não indicam atividade da doença. Atualmente, os testes rápidos, baseados em métodos imunocromatográficos, combinam sensibilidade e praticidade, fornecendo resultados em cerca de 20 a 30 minutos. São especialmente importantes em programas de rastreamento de gestantes e em populações de difícil acesso, permitindo a detecção precoce e a prevenção da transmissão vertical. O tratamento de escolha continua sendo a penicilina benzatina, com eficácia comprovada em todas as fases da doença. A prevenção baseia-se no uso de preservativos e no rastreamento de casos em populações vulneráveis. Conclui-se que a sífilis permanece como um problema de saúde pública relevante no Brasil, com elevada incidência e impacto social. Dessa forma, a ampliação das ações de prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento adequado são fundamentais para reduzir a transmissão e as complicações associadas à infecção.

PALAVRAS-CHAVE: Infecções Sexualmente Transmissíveis; Sífilis; *Treponema pallidum*.

Saúde mental e meio ambiente

Kellyn Ribeiro, Fabiula Santos, Thaís Elicher, Tamara Lamin

RESUMO: As mudanças climáticas e a degradação ambiental representam um dos maiores desafios do mundo contemporâneo, afetando a saúde física e mental das populações. Nesse cenário, surge a ecoansiedade, termo descrito pela primeira vez em 2017 pela Associação de Psicologia Americana e que mais recentemente também vem sendo referido como ansiedade climática (ALADÃO; GUANÁBENS, 2025; COSTA, 2021). **OBJETIVO:** O objetivo deste trabalho é apresentar a relação entre meio ambiente e saúde mental, destacando os efeitos das mudanças climáticas, poluição e degradação ambiental sobre o bem-estar psicológico da população. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi realizada através de uma revisão literária integrativa, no banco de dados online do Google Acadêmico utilizando como critério de refinamento da pesquisa, artigos em português e inglês, que respondiam o objetivo, com os seguintes descritores: ansiedade climática, depressão, saúde mental. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** As mudanças climáticas impactam diretamente a saúde mental, sendo a ecoansiedade a manifestação mais frequente, caracterizada por sentimentos de medo, preocupação e impotência diante da degradação ambiental. Eventos extremos, como enchentes, secas e ondas de calor, intensificam a ocorrência de transtornos psicológicos, incluindo depressão, ansiedade e estresse, afetando de forma mais

significativa crianças, adolescentes e populações em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, estratégias de educação ambiental e iniciativas de engajamento comunitário têm se mostrado eficazes, pois promovem conscientização, fortalecem a resiliência emocional e incentivam a adoção de ações de mitigação frente às crises ambientais. Paralelamente, políticas públicas voltadas à sustentabilidade e à proteção ambiental contribuem para reduzir sentimento de impotência e fortalecer a capacidade de enfrentamento da população diante das mudanças climáticas. No Brasil, essa integração entre saúde mental e meio ambiente é reforçada por legislações recentes, como a Lei no 14.926/2024, que amplia a Política Nacional de Educação Ambiental para abordar os impactos psicológicos das mudanças climáticas, e a Lei no 14.831/2024, que reconhece práticas organizacionais voltadas à promoção do bem-estar emocional (CABRAL; HERTEL; VENTURA, 2025). CONSIDERAÇÕES FINAIS: A crise climática impacta diretamente a saúde mental, com a ecoansiedade como manifestação mais evidente. Estratégias de educação ambiental, engajamento comunitário e políticas públicas são essenciais para reduzir sentimento de impotência e fortalecer a resiliência emocional. Integradas e apoiadas pela legislação brasileira, essas ações promovem o bem-estar coletivo, garantindo melhores condições de vida para as gerações presentes e futuras, ao mesmo tempo em que preservam o meio ambiente e fortalecem a qualidade de vida da população (ALADÃO; GUANĀBENS, 2025; COSTA, 2021; CABRAL; HERTEL; VENTURA, 2025).

PALAVRAS-CHAVE: Ansiedade Climática, Depressão, Saúde Mental.

Retrocesso da saúde pública: os impactos do movimento antivacina

Genifer Finatto; Orientadora Susana Rafaela Miranda Neves

RESUMO: Os primeiros indícios da vacina surgiram no século X, ainda que com métodos muito diferentes do que conhecemos hoje, a vacinação já se mostrou eficiente para a erradicação de doenças ou controle dos seus agravos. Em 1904, no Brasil, surgiu o movimento antivacina conhecido como a Revolta da Vacina, motivado pelo receio das pessoas sobre a obrigatoriedade da vacinação contra varíola, porém, a situação mudou em 1908, quando houve um violento surto da doença, e o medo sobressaiu a desconfiança. Ao longo do tempo, através de pesquisas e com o desenvolvimento de políticas públicas, o Brasil se tornou referência mundial de imunização em massa, sendo ofertado gratuitamente pelo SUS. Após a pandemia da COVID-19, motivado pelas fake news, o país enfrenta uma nova crise no que tange a adesão das vacinas, trazendo um retrocesso à saúde pública. Objetivo: Evidenciar os impactos que a recusa da vacinação traz à saúde pública. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada em artigos científicos e diretrizes da área da saúde, com foco em publicações dos últimos cinco anos. Os dados utilizados foram obtidos em sites oficiais, como domínios .GOV, além de artigos publicados no Google Acadêmico, assegurando a confiabi-

lidade das informações apresentadas. Resultados e discussões: As fake news têm se demonstrado um grande desafio para a saúde pública atual, gerando desinformação e insegurança nas pessoas quanto à eficácia das vacinas. No cenário globalizado atual, indivíduos leigos em saúde, utilizando o alcance das redes sociais, desempenham papel importante na amplificação desse efeito. Um exemplo é o sarampo, uma vez já eliminado, nos últimos anos tem gerado grande preocupação com o ressurgimento da doença. Segundo estudos, no Brasil entre os anos de 2018 e 2022, a incidência foi de 39.046 novos casos. Esse aumento deve-se à baixa cobertura vacinal, resultante da recusa da população a uma vacina cuja eficácia já é reconhecida há muito tempo. Alguns dos fatores que levam a esta desconfiança são alegações inverídicas, dizeres sobre causar autismo, infertilidade ou presença de microchips que são rotineiramente propagados. Considerações finais: Estes fatos representam um retrocesso da saúde pública, uma vez que comprometem conquistas históricas obtidas por meio de significativo esforço. O ressurgimento de doenças como o sarampo evidencia os riscos da queda na cobertura vacinal. A implementação de estratégias para fortalecimento da adesão às vacinas é de grande importância para o momento atual e deve ser feita de maneira clara e eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Vacinas, Imunização, Movimento contra vacinação.

Choque hipovolêmico: reconhecimento e manejo clínico

Tatiane Borba Pimentel; Denise Maioki

RESUMO: O choque hipovolêmico ocorre devido à perda crítica de volume sanguíneo ou de fluidos corporais, comprometendo a perfusão tecidual e podendo evoluir para falência múltipla de órgãos se não tratado de forma imediata. O estudo tem como objetivo descrever o reconhecimento clínico, o manejo imediato e a importância da atuação da enfermagem no choque hipovolêmico, destacando a relevância da abordagem sistemática e protocolos assistenciais para a redução da mortalidade. Foi realizada uma análise de artigos científicos, protocolos clínicos nacionais e internacionais e diretrizes de urgência e emergência. A seleção priorizou publicações entre 2018 e 2024, além de protocolos vigentes no Brasil. Os resultados obtidos foram que o reconhecimento precoce do choque hipovolêmico está associado à maior sobrevivência dos pacientes. Neste contexto, as principais causas incluem hemorragias externas e internas, além de perdas não hemorrágicas (queimaduras, vômitos, diarreia e pancreatite), os sinais clínicos mais frequentes são hipotensão, taquicardia, pele fria e pegajosa, oligúria, acidose metabólica e alteração do nível de consciência, manejo inicial deve priorizar a reposição volêmica rápida e monitoramento contínuo, com uso de soluções cris-

talóides, colóides e transfusão de hemocomponentes conforme a perda volêmica, o uso de vasopressores deve ser considerado apenas após a estabilização volêmica. Contudo é importante destacar o papel da enfermagem, sendo essencial no monitoramento dos sinais vitais, preparo e administração de hemocomponentes, detecção precoce de complicações e suporte emocional ao paciente e familiares, juntamente com protocolos estruturados como o ABCDE (vias aéreas, respiração, circulação, déficit neurológico e exposição) e o RUSH (Rapid Ultrasound in Shock) favorecendo condutas rápidas e seguras. Sendo assim o choque hipovolêmico configura-se como uma das emergências em saúde de maior letalidade, exigindo diagnóstico rápido, conduta imediata e manejo baseado em protocolos clínicos. A atuação de enfermagem, associada à equipe multiprofissional, é determinante para reduzir complicações, prevenir falência orgânica e melhorar os desfechos clínicos. A capacitação contínua da equipe e o uso de ferramentas diagnósticas, como a ultrassonografia à beira-leito, contribuem para maior efetividade no atendimento em urgência e emergência.

PALAVRAS-CHAVE: Choque hemorrágico, hipovolemia, cuidados críticos

Papanicolau: um minuto de cuidado, uma vida inteira de prevenção

Júlia Mistura Castelli; Julia de Carvalho; Tatiane Borba Pimentel; Aline Ávila

RESUMO: O câncer de colo uterino atualmente é a segunda causa da mortalidade feminina, são mais de quinhentos mil casos anuais no mundo em decorrência do seu diagnóstico tardio. O exame preventivo ajuda a identificar neoplasias malignas do colo do útero, e quando identificado precocemente, apresenta altas taxas de cura. Objetivo: Esse estudo tem o objetivo de mostrar a importância do exame preventivo e esclarecer a importância da realização do mesmo na detecção precoce da doença. Metodologia: Os métodos utilizados neste estudo foram fundamentados em artigos científicos do Google Acadêmico, utilizando os descritores “papanicolau”, “câncer de colo uterino”, “preventivo”, esses artigos foram escolhidos pela quantidade de informações relevantes e por ter o conteúdo detalhado sobre como o exame é eficaz para a prevenção. Resultados e discussões: A pesquisa apresentou que 80% das mulheres entrevistadas não tinham conhecimento sobre a finalidade do exame, conseqüentemente contribuindo para a elevação de números de casos de mortes por essa neoplasia. Considerações finais: Dessa forma é de suma importância ações buscando estratégias que alcancem as mulheres de maneira geral, e também destaca-se que o exame é crucial se feito corretamente,

pois é a melhor forma de prevenir a terceira neoplasia maligna mais comum entre as mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Papanicolau, Câncer de colo uterino, Prevenção.

Bisfenol A e Ftalatos: principais disruptores endócrinos e seus impactos na saúde humana

Andryelli Damiani; Eduarda Jandey; Tamara Lamin

RESUMO: O Bisfenol A (BPA) e os Ftalatos são reconhecidos como dois dos principais disruptores endócrinos presentes no ambiente, amplamente utilizados na fabricação de plásticos, resinas epóxi, embalagens alimentícias e produtos de uso cotidiano. Essas substâncias têm a capacidade de interferir no funcionamento do sistema hormonal humano, mimetizando ou bloqueando a ação de hormônios naturais, mesmo em baixas concentrações. O objetivo deste estudo é revisar e analisar os principais efeitos do BPA e dos Ftalatos sobre a saúde humana, destacando sua relação com doenças metabólicas, reprodutivas, neurológicas e endócrinas. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica narrativa, realizada entre julho e setembro de 2025, em bases de dados nacionais e internacionais (PubMed, SciELO, LILACS, Google Scholar e ScienceDirect). Foram utilizados descritores em português e inglês, como “Bisfenol A”, “Ftalatos”, “disruptores endócrinos”, “toxicidade ambiental” e “endocrine disruptors”. Os critérios de inclusão abrangeram artigos publicados entre 2015 e 2025, em português e inglês, de acesso aberto e texto completo, relacionados aos impactos fisiológicos, epidemiológicos e toxico-

lógicos dessas substâncias. Os resultados da análise indicam que a exposição ao BPA e aos Ftalatos está associada a distúrbios como infertilidade, puberdade precoce, resistência insulínica, obesidade, cânceres hormônio-dependentes e alterações no neurodesenvolvimento. Conclui-se que compreender os mecanismos de ação desses compostos e fortalecer políticas públicas de regulação são medidas essenciais para minimizar seus impactos à saúde coletiva, reforçando a necessidade de monitoramento ambiental e substituição gradual por alternativas menos nocivas.

PALAVRAS-CHAVE: Bisfenol A, Disruptores endócrinos, Ftalatos, Saúde humana, Toxicidade ambiental.

Pielonefrite

Kemily Fortes Horz; Luana Dalbosco Vasconcelos; César Gilmar Trojan Filho

RESUMO: As infecções do trato urinário em crianças são causadas principalmente pela *Escherichia coli*, vindas da flora intestinal. O tratamento rápido é crucial para prevenir sequelas como cicatrizes nos rins. A pielonefrite pode ser aguda ou crônica, podendo levar a complicações sépticas e danos permanentes. Tem como objetivo apresentar a patologia e diagnóstico da pielonefrite, constando de maneira geral suas devidas características e suas evidências. A pesquisa foi conduzida mediante consulta a bases como SciELO, PubMed e Google Acadêmico, abrangendo publicações de 2003 a 2025. Utilizaram-se termos como “pielonefrite”, “diagnóstico”, “patologia” e “infecção urinária”, priorizando artigos em português e que discutissem aspectos relevantes da fisiopatologia, diagnóstico ou tratamento da condição. A seleção excluiu materiais não pertinentes, e os dados coletados foram organizados e analisados de forma descritiva, culminando na construção dos resultados da revisão. As bactérias podem infeccionar os rins de duas formas: pela corrente sanguínea ou pelo trato urinário inferior. A infecção ascendente começa na uretra, onde as bactérias se aderem e entram na bexiga, muitas vezes durante a cateterização. Mulheres têm mais infecções urinárias devido à uretra curta. A obstrução do trato urinário e a retenção de urina aumentam o risco, especialmente em pacientes com problemas

como hipertrofia prostática. O refluxo vesicoureteral também contribui para infecções. A pielonefrite crônica causa inflamação persistente e cicatrização dos rins, enquanto a pielonefrite aguda é desencadeada por infecções. O diabetes e a obstrução do trato urinário são fatores de risco. O choque séptico é uma complicação grave que resulta em baixa pressão arterial e pode levar a danos permanentes ou morte devido a infecções. O diagnóstico combina avaliação clínica, exames laboratoriais e, quando necessário, exames de imagem. O sedimento urinário pode revelar leucócitos, hematúria, proteinúria, nitritos e cilindrúria, enquanto a urocultura confirma o diagnóstico com crescimento de 10⁵ colônias por mililitro. O hemograma geralmente mostra leucocitose e elevação da proteína C reativa. Exames de imagem não são rotineiros em casos simples, mas são indicados em situações graves, ausência de melhora com o tratamento inicial ou suspeita de complicações, sendo a ultrassonografia utilizada para detectar obstruções, a tomografia computadorizada para detalhar inflamações e abscessos e a cintilografia renal com DMSA o exame preferencial para identificar cicatrizes renais, especialmente na pielonefrite crônica em crianças. Assim, a pielonefrite é uma infecção renal grave que requer diagnóstico preciso e ação rápida para evitar sequelas. O diagnóstico envolve sintomas, exames laboratoriais e, às vezes, exames de imagem.

PALAVRAS-CHAVE: Pielonefrite, Infecção do Trato Urinário, Diagnóstico.

Câncer de mama na gestação: o papel essencial da enfermagem no cuidado integral

Patrick Dias Ribeiro; Susana Rafaela Miranda Neves

RESUMO: O câncer de mama durante a gestação é uma condição rara, porém cada vez mais frequente devido ao aumento da idade materna. Esse cenário representa um desafio para os profissionais de saúde, especialmente para a enfermagem, que atua desde a detecção precoce até o suporte integral no tratamento. As alterações fisiológicas da gravidez, como o aumento do volume mamário e a maior vascularização, podem mascarar sinais clínicos suspeitos, dificultando o diagnóstico. Este estudo tem como objetivo analisar o papel da enfermagem no acompanhamento de gestantes com câncer de mama, destacando sua importância na detecção precoce, orientação, encaminhamento e apoio emocional. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, com foco em publicações dos últimos cinco anos sobre câncer de mama gestacional e a atuação da enfermagem. A pesquisa foi realizada em setembro e outubro de 2025 nas bases Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A enfermagem exerce papel fundamental nas consultas de pré-natal, ao orientar sobre o autoexame das mamas e incentivar a busca por atendimento diante de alterações. Quando há suspeita de câncer, o enfermeiro pode agilizar o enca-

minhamento para exames diagnósticos, como ultrassonografia e biópsia, favorecendo a rapidez no diagnóstico. Também participa da orientação sobre as possibilidades terapêuticas, que variam conforme o trimestre gestacional, visando equilibrar os cuidados com a mãe e o feto. O impacto emocional do diagnóstico é significativo, provocando medo e insegurança. Nesse contexto, a humanização do cuidado e o apoio emocional oferecidos pela enfermagem fortalecem a adesão ao tratamento e melhoram a qualidade de vida da gestante. No entanto, ainda há escassez de protocolos específicos e formação adequada para o manejo do câncer de mama na gestação. A integração da enfermagem com a equipe multidisciplinar é essencial para um cuidado seguro, eficaz e humanizado. Assim, a enfermagem consolida-se como peça-chave no enfrentamento do câncer de mama durante a gestação, atuando na detecção precoce, orientação, apoio emocional e articulação com outros profissionais da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Câncer de mama, diagnóstico precoce, enfermagem, gestação, humanização da assistência

Paciente idoso frente às infecções sexualmente transmissíveis

Jéssica Chapuis Saraiva; Sirlei Cardoso de Campos; Vinícius Pereira Mattos;
Susana Loureiro

RESUMO: As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) em idosos representam um desafio crescente para a saúde pública, em razão do aumento da atividade sexual nessa faixa etária, associado à maior longevidade e à falta de conhecimento sobre prevenção. Muitos idosos não se percebem vulneráveis, dificultando o diagnóstico precoce e o tratamento adequado. Este estudo tem como objetivo compreender a atuação do enfermeiro na atenção básica na prevenção e educação dos idosos frente às ISTs. Trata-se de uma revisão bibliográfica, com pesquisa realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO e Google Acadêmico, abrangendo artigos publicados entre 2015 e 2023. Foram utilizados os descritores “idoso”, “infecções sexualmente transmissíveis” e “prevenção”. Os resultados indicam que, apesar de os idosos manterem vida sexual ativa, há desinformação sobre práticas preventivas, agravada por tabus culturais e ausência de campanhas voltadas a esse público. Emergiram duas categorias principais: conhecimento e comportamento do paciente idoso frente às ISTs e importância da atuação do enfermeiro na atenção básica. O estudo evidencia o papel essencial do enfermeiro na educação em

saúde, na orientação clara e humanizada e na criação de vínculos que favoreçam o autocuidado. Conclui-se que são indispensáveis estratégias educativas e preventivas específicas para a população idosa, além da capacitação profissional e políticas públicas voltadas à saúde sexual na terceira idade, visando à melhoria da qualidade de vida e à redução de infecções.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção básica, Enfermagem, Idoso, Infecções sexualmente transmissíveis, Prevenção.

Púrpura Trombocitopênica Trombótica: desafios diagnósticos no hemograma

Murilo Schwantes Hunger; Jorge Kleber Alves da Silva

RESUMO: A PTT (Púrpura Trombocitopênica Trombótica) é uma doença hematológica rara (5- 10 casos/ 1.000.000 de pessoas/ano) que acomete predominantemente mulheres adultas entre 30 e 40 anos, gerando anemia hemolítica microangiopática e sintomas clínicos como Trombocitopenia acentuada, petéquias, hematomas, febre, fraqueza, fadiga, cefaleia, dor renal, confusão mental, palidez e icterícia. Ocorre na maioria dos casos pela deficiência da proteína ADAMTS13 (desintegrina e metaloproteinase com motivo de trombospondina 1), responsável pela clivagem do fator de von Willebrand (FvW), que por sua vez, promove a agregação plaquetária. Portanto na ausência ou deficiência da ADAMTS13, coágulos quando formados não se desfazem, provocando trombocitopenia, e lise nas hemácias circulantes pelo local. Apesar da fisiopatologia bem definida, o diagnóstico rápido da PTT é um desafio, e o hemograma, principal ferramenta de triagem, apresenta achados inespecíficos. O objetivo deste trabalho é discutir os principais achados e as dificuldades na caracterização da PTT a partir do hemograma, destacando os desafios para o diagnóstico diferencial. Metodologia: O presente estudo baseia-se em revisão bibliográfica, realizada nos meses de setembro e outubro de 2025

pelas bases de dados on-line Google Acadêmico, BVS (Biblioteca virtual em Saúde) e SciELO, utilizando como critérios de avaliação artigos publicados de 2010 a 2025 nas línguas português e inglês com os seguintes descritores: “Purpura Trombocitopênica Trombótica”, “Hemograma” e “Diagnostico”. O hemograma na PTT revela a combinação de trombocitopenia severa e anemia hemolítica com a presença de esquizócitos. Contudo, estes achados não são específicos. A principal dificuldade reside no fato de que outras síndromes de microangiopatia trombótica, como a Síndrome Hemolítico-Urêmica (SHU) e a Coagulação Intravascular Disseminada (CIVD), apresentam um quadro laboratorial muito semelhante, tornando a diferenciação inicial complexa. Conclui-se que o hemograma é uma ferramenta fundamental na suspeita de PTT, mas devido à sobreposição de achados, não permite a confirmação isolada. A caracterização definitiva exige forte correlação clínica e exames confirmatórios, como a dosagem da atividade da ADAMTS13, para garantir o manejo adequado desta condição potencialmente fatal. Observa-se, ainda, uma brecha na literatura científica relacionada ao tema, o que reforça a importância de promover novas investigações.

PALAVRAS-CHAVE: Púrpura Trombocitopênica Trombótica; Hemograma; Diagnóstico.

O papel do enfermeiro na punção intraóssea em pacientes com choque séptico

Milleny Barbosa de Oliveira; Júlia Loureiro Dahse; Susana Rafaela Miranda Neves

RESUMO: A punção intraóssea é um método imediato, usado tanto em crianças quanto em adultos, com baixas taxas de complicações, que tem como objetivo garantir um acesso vascular rápido em casos de emergências, nas quais o acesso venoso periférico não é viável e o atraso pode agravar o estado de saúde do paciente. Pode ser utilizada desde a reposição volêmica até a administração de esquemas antibióticos, intervenções que são empregadas no manejo imediato do choque séptico, situação crítica em que, devido a uma disfunção orgânica, a resposta do corpo torna-se exacerbada e desregulada. Diante desse cenário, o enfermeiro é essencial para a rápida tomada de decisão, garantindo o manejo adequado e a execução correta da técnica. Objetivos: Este trabalho apresenta como objetivo geral realizar uma revisão bibliográfica sobre a participação do enfermeiro como um dos pilares na realização da punção intra-óssea em pacientes com diagnóstico de choque séptico. Metodologia: Este é um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizados estudos da base de dados SCIELO e BVS, dos últimos cinco anos. Resultados: Como resultado da pesquisa observou-se que o enfermeiro devidamente capacitado é responsável por avaliar, identificar a necessidade de

uma punção intra-óssea, realizar comunicação clara com a equipe, preparar o paciente de forma adequada, manter a monitorização contínua antes e após a realização do procedimento, garantir os melhores dispositivos e materiais para a realização da técnica, promovendo a segurança do paciente de acordo com protocolos institucionais, assegurando a execução correta e eficaz dessa via de acesso como forma de tratamento para o choque séptico. Não envolvendo apenas a parte técnica da conduta, mas também a regulamentação e atualização científica constante. Conclusão: Conclui-se então que a punção intraóssea se estabelece como um recurso crucial nas emergências, principalmente quando o acesso venoso periférico não é possível, como nos casos de choque séptico. Diante disso, o enfermeiro se destaca pela habilidade técnica de executar o procedimento com rapidez e precisão, mas também pela responsabilidade ética de garantir a segurança, o conforto e a dignidade do paciente em meio à emergência. Assim, a formação contínua e a capacitação do enfermeiro surgem como fatores necessários para assegurar uma assistência de excelência, e mostrando o enfermeiro como uma peça indispensável na linha de frente do cuidado e reabilitação.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento de emergência, choque séptico, enfermagem de emergência.

Microplásticos secundários: impactos ambientais e riscos à saúde

Ana Vilma Koch da Silva; Dyéssi Mozara Johann De Paula; Liliane Fachiochi;
Tamara Lamin

RESUMO: Os microplásticos secundários são definidos como pequenas partículas plásticas, geralmente menores que 5 mm, que se originam da degradação de resíduos plásticos maiores descartados no ambiente. Diferenciam-se dos microplásticos primários porque não são fabricados intencionalmente em escala micrométrica, mas surgem da fragmentação progressiva de produtos plásticos usados no cotidiano. Foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica de caráter exploratório, nas bases de dados Google Scholar, SciELO e PubMed, utilizando os seguintes descritores e seus cruzamentos: bioacumuladores, microplásticos, nanopartículas, resíduos sólidos secundário. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos publicados em língua portuguesa e inglesa publicados de 2018 a 2025, excluindo artigos duplicados e que não apresentavam relação com o tema. Resultados e Discussões: Os microplásticos secundários são formados pela fragmentação de plásticos de uso comum, como garrafas PET, sacolas, embalagens e fibras têxteis, por processos foto-oxidativos, térmicos, mecânicos e microbiológicos. Apresentam grande diversidade morfológica — fibras, fragmentos, filmes e esferas — variando de milímetros a nanômetros, e são compostos por polímeros como

polietileno, polipropileno, poliestireno e PET, frequentemente associados a aditivos químicos que aumentam sua toxicidade. Devido à alta área superficial, adsorvem poluentes persistentes como pesticidas, fármacos e metais pesados, atuando como contaminantes diretos e vetores de substâncias tóxicas e microrganismos. Em organismos aquáticos, acumulam-se no trato gastrointestinal, causando inflamação, estresse oxidativo e prejuízos reprodutivos e de crescimento. Em mamíferos, partículas nanométricas atravessam barreiras biológicas, sugerindo bioacumulação sistêmica, e já foram detectadas em sangue, pulmões e placenta humanos, indicando riscos de longo prazo, como disfunções imunológicas e metabólicas. A detecção desses contaminantes ainda enfrenta desafios técnicos, pois não há padronização nos métodos de digestão, separação e identificação. As técnicas mais utilizadas são FTIR e Raman, mas ambas apresentam limitações, especialmente para partículas muito pequenas, comprometendo a reprodutibilidade e a comparabilidade entre estudos. Considerações Finais: Conclui-se que os microplásticos secundários representam um problema ambiental emergente e de caráter global, decorrente do consumo elevado e do descarte incorreto de plásticos. Sua capacidade de persistir e se fragmentar faz com que estejam presentes em praticamente todos os compartimentos ambientais, representando riscos potenciais à saúde de organismos e seres humanos. Diante disso, torna-se fundamental avançar na padronização de métodos analíticos, na regulamentação normativa e na implementação de políticas públicas voltadas à redução do uso de plásticos descartáveis.

PALAVRAS-CHAVE: bioacumuladores, microplásticos, nanopartículas, resíduos sólidos secundários.

Microangiopatias: Púrpura Trombocitopenica Trombótica e Síndrome Hemolítico-urêmica

Eduarda Henrich; Júlia Nicole Keller; Letícia Carolina da Cruz

RESUMO: as microangiopatias trombóticas são condições clínicas graves caracterizadas por anemia hemolítica microangiopática, trombocitopenia e formação de microtrombos que ocasionam lesão tecidual. Entre suas principais formas destacam-se a síndrome hemolítico-urêmica (SHU), frequentemente associada à toxina *Shiga* da *Escherichia coli* e marcada por insuficiência renal aguda, e a púrpura trombocitopênica trombótica (PTT), relacionada à deficiência da enzima ADAMTS13, que provoca agregação plaquetária descontrolada e manifestações sistêmicas graves. O presente trabalho teve como objetivo descrever as características clínicas, laboratoriais e fisiopatológicas da SHU e da PTT, ressaltando a importância do diagnóstico precoce e do tratamento adequado para a redução da morbimortalidade. A metodologia foi feita a partir de uma revisão bibliográfica, explorativa da literatura em bases como PubMed, SciELO e UpToDate, utilizando descritores como: microangiopatias trombóticas, púrpura trombocitopenica trombótica, síndrome hemolítico-urêmica atípica, fisiopatologia das microangiopatias trombóticas. Como critérios de inclusão foram selecionadas publicações coerentes com o ob-

jetivo proposto, e como critérios de exclusão foram eliminadas publicações não condizentes com o objetivo. Os resultados evidenciam que ambas compartilham manifestações como anemia hemolítica e trombocitopenia, porém diferem quanto à etiologia: a SHU típica mostrou associação com infecções por *E. coli* em crianças, enquanto a forma atípica relaciona-se a disfunções do sistema complemento; já a PTT destaca-se pela deficiência de ADAMTS13, com maior risco de manifestações neurológicas. Observa-se que terapias específicas, como o uso de eculizumabe na SHU atípica e a plasmaférese na PTT, impactam diretamente na sobrevida e na redução de complicações. Conclui-se que as microangiopatias trombóticas configuram emergências médicas de rápida evolução, em que a diferenciação precoce entre SHU e PTT é essencial para o manejo adequado. A literatura revisada reforça que o conhecimento sobre seus mecanismos fisiopatológicos, manifestações clínicas e estratégias de tratamento contribui para decisões clínicas mais rápidas e eficazes, com impacto direto na qualidade de vida dos pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnóstico precoce; Microangiopatias trombóticas; Púrpura trombocitopênica trombótica; Síndrome hemolítico-urêmica; Tratamento.

Máscara laríngea: avanços e limitações no manejo das vias aéreas em situações de emergência

Jessyca Mariotti Tavares, Diliane Poter Klein, Patricia Wetter; Marcos Antônio Duarte Filho

RESUMO: A máscara laríngea se estabeleceu nas últimas décadas como um dos dispositivos supraglóticos mais frequentemente empregados no controle das vias aéreas em situações de emergência, especialmente em contextos pré-hospitalares e intra-hospitalares onde a intubação é desafiadora. Sua introdução foi um ponto crucial para o progresso da anestesiologia e da medicina de emergência, proporcionando uma opção eficaz quando a intubação orotraqueal não é viável ou imediata. Este estudo tem como propósito examinar os principais avanços e limitações do uso da máscara laríngea, ressaltando sua importância no atendimento de emergências. Para isso, foi realizada uma revisão narrativa da literatura em bases como PubMed, Scielo e LILACS, abrangendo artigos publicados entre 2015 e 2023, focando em estudos clínicos e revisões sistemáticas. A análise revelou que a máscara laríngea apresenta benefícios, como facilidade de colocação, menor necessidade de habilidades técnicas em comparação com a intubação, além da capacidade de assegurar ventilação correta em situações críticas. No entanto, foram identificadas limitações significativas,

como risco de aspiração, menor fechamento das vias aéreas e restrições em pacientes com trauma facial grave. Os achados sugerem que o dispositivo continua a ser um recurso importante no conjunto de ferramentas dos profissionais de saúde, mas deve ser utilizado de acordo com protocolos de segurança e dentro de uma abordagem organizada para o manejo das vias aéreas. Embora a máscara laríngea não substitua a intubação orotraqueal como padrão, ela é uma alternativa crucial, especialmente em emergências e em ambientes com recursos limitados. Assim, conclui-se que a máscara laríngea é um avanço significativo na medicina de urgência, mas sua aplicação exige treinamento contínuo e uma avaliação cuidadosa dos riscos, assegurando que sua utilização aumente a segurança e a eficácia do cuidado ao paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Máscara laríngea; Emergências; Intubação intraqueal; Urgência.

Manobra de Heimlich: papel do enfermeiro na assistência ao engasgo

Leticia Pennacchia Duarte; Débora Peixoto Mafalda; Pablo Luís da Silveira;
Susana Rafaela Miranda Neves

RESUMO: O engasgo, conhecido comumente como asfixia, consiste na obstrução parcial ou total das vias aéreas, ocasionada, em geral, por alimentos ou corpos estranhos que impedem a adequada passagem de ar. Essa condição caracteriza-se como uma emergência, visto que compromete a ventilação e pode evoluir para complicações graves. A manobra de Heimlich, descrita pelo médico Henry Heimlich em 1977, consolidou-se como método eficaz de desobstrução, realizado por compressões abdominais que induzem uma tosse artificial, promovendo a expulsão do objeto causador. O enfermeiro assume papel central nesse contexto, sendo responsável por reconhecer os sinais clínicos de obstrução parcial como: tosse ineficaz, rouquidão, afonia e dispneia e a obstrução total marcada pela asfixia, atuando de forma imediata na aplicação correta da manobra. Objetivo: O presente estudo tem como objetivo destacar a relevância da atuação do enfermeiro no atendimento ao engasgo e a aplicação da manobra de Heimlich como intervenção essencial em situações de emergência respiratória. Metodologia: Trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva, realizada na base de dados SciELO, com seleção de artigos

recentes e relevantes sobre engasgo, manobra de Heimlich e atuação do enfermeiro. Resultados e discussões: A disseminação do conhecimento sobre a manobra de Heimlich mostrou-se eficaz na redução de mortes por asfixia, principalmente em ambientes não hospitalares. Treinamentos e campanhas educativas ampliam a capacidade de resposta da sociedade frente a emergências respiratórias, reforçando a importância da educação em primeiros socorros. Considerações finais: A manobra de Heimlich é uma técnica simples, de fácil aprendizado, mas com grande potencial de salvar vidas. Investir em sua divulgação e no treinamento da população é uma estratégia essencial para prevenir complicações graves decorrentes de engasgo, promovendo uma sociedade mais preparada para lidar com emergências.

PALAVRAS-CHAVE: Asfixia, Engasgo, Enfermagem, Manobra de Heimlich.

Influência na qualidade de vida de idosos com o uso de tecnologias assistivas

Lisandra de Lima; Charlene Moraes; Henrique Dill; Susana Loureiro

RESUMO: Conforme a Lei Brasileira de Inclusão, 13.146 de julho de 2015, tecnologia assistiva é definida como produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que tenham como objetivo promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. O objetivo deste estudo é relatar a influência na qualidade de vida de pessoas idosas com o uso de tecnologias assistivas. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com busca de artigos científicos publicados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Google Acadêmico, do ano de 2011 a 2021, onde foram selecionados 10 artigos. Após os resultados foi possível denominar duas categorias: 1- Mobilidade reduzida e tecnologia assistiva. 2 – Importância e eficácia das tecnologias assistivas para idosos fragilizados no seu cotidiano. Os resultados destacam que a expectativa de vida dos idosos vem aumentando consideravelmente e medidas podem colaborar para preparar melhor o país para uma nova fase que está a caminho. Ao concluir compreendeu-se a importância de entender os limites que

cada pessoa vivencia, e também da necessidade de desenvolvimento de políticas preventivas ao longo da vida. O incentivo de hábitos de vida saudáveis pode colaborar para a redução de uma série de doenças que acometem os idosos.

PALAVRAS-CHAVE: Idosos, Qualidade de Vida, Tecnologias Assistivas.

Memórias que não esquecem

Larissa Wentz Ceccagno; Suelen Priscila Costa da Silva; Alisson Almeida da Silva; Susana Ferrari Loureiro

RESUMO: A manutenção das funções cognitivas e motoras do idoso constitui um aspecto relevante no âmbito da saúde coletiva, especialmente em instituições de Longa Permanência para idosos (ILPIs). Nesse contexto, a população idosa tende a apresentar maior vulnerabilidade à progressão do declínio funcional e cognitivo, em decorrência de fatores intrínsecos ao processo de envelhecimento e das condições próprias da institucionalização. Diante disso, destaca-se a necessidade de estratégias de intervenção multiprofissional voltadas à promoção da qualidade de vida, ao estímulo do envelhecimento ativo e saudável e à preservação da autonomia e independência, aspectos fundamentais para o bem-estar e a dignidade da pessoa idosa. O presente trabalho tem por objetivo promover a preservação das funções cognitivas e motoras dos idosos institucionalizados por meio de intervenções multiprofissionais que estimulem a autonomia, favoreçam a socialização e contribuam para o envelhecimento ativo e saudável, assegurando melhores condições de qualidade de vida. A metodologia empregada foi uma revisão integrativa de literatura, no site de buscas google acadêmico, utilizando as palavras-chave: idoso, memória, envelhecimento. A aplicação das intervenções voltadas à estimulação cognitiva e motora junto aos idosos ins-

titucionalizados demonstrou efeitos positivos na preservação da autonomia e da funcionalidade. Verificou-se melhora significativa no desempenho em atividades cotidianas, maior engajamento nas propostas coletivas e redução de sinais de isolamento social. Os achados reforçam a importância da implementação de estratégias multiprofissionais em Instituições de Longa Permanência para Idosos, com foco na preservação das capacidades cognitivas e motoras. Tais práticas demonstraram potencial para retardar o declínio funcional, favorecer a autonomia e fortalecer os vínculos sociais, elementos fundamentais para o envelhecimento ativo e saudável. Dessa forma, evidencia-se que a atenção integral à pessoa idosa institucionalizada deve ser priorizada, a fim de assegurar não apenas maior longevidade, mas também qualidade de vida e dignidade.

PALAVRAS-CHAVE: Idoso, memória, envelhecimento.

Enfermagem diante do choque séptico: do sintoma a ação

Julia de Carvalho. Julia Mistura Castelli. Susana Rafaela Miranda Neves

RESUMO: Uma emergência em saúde definida pela falência circulatória generalizada, que resulta em hipóxia, lesão e disfunções celulares. Associado a mediadores inflamatórios e liberação de toxinas. Também conhecida por sepse, caracteriza-se por uma resposta do organismo desregulada a uma infecção. Diante disso, a enfermagem atua diretamente na identificação através da observação clínica, e monitorização do paciente. Avaliando os sintomas, principalmente alterações dos sinais vitais como, febre, taquicardia e taquipneia. Ao apresentarem os sintomas, o enfermeiro deve agir o mais rápido possível, comunicando o médico e iniciando o protocolo. Assumindo assim, um dos papéis mais importantes, a enfermagem está presente na identificação, e na implementação das primeiras medidas, que são determinantes para a sobrevivência do paciente. Objetivo: Devido a inúmeros casos e mortes por sepse, tem-se como objetivo identificar a importância da enfermagem na identificação desta patologia, para auxiliar na sobrevivência do paciente, destacando a qualidade do cuidado. Metodologia: Realizado uma revisão integrativa da literatura, em diversos meses diferentes, utilizando dados e artigos de sites como o google acadêmico, BVS e Scielo. Resultados e discussões:

Foi identificado através dos artigos, que mesmo sendo de extrema importância, os profissionais possuem dificuldade de identificar e associar os sintomas ao quadro, onde pode-se citar a falta de treinamentos das equipes e descaso das instituições, onde não oferecem o suporte necessário. Considerações finais: O presente estudo destaca as limitações da enfermagem diante dos quadros de sepse, por falta de capacitação e educação permanente. Sendo assim, destaca-se a necessidade de implantação de protocolos institucionais, capacitações dos profissionais e apoio da gestão nessas implementações.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem, choque séptico, sepse.

Inserção de pessoas com deficiência intelectual e transtornos do neurodesenvolvimento no mercado de trabalho

Isabelle Barichello Rodrigues; Eduarda Hentges; Joline Picinin Cervi

RESUMO: Na sociedade contemporânea, pautas como transtornos específicos de aprendizagem ou condições neurológicas atípicas, tornaram-se evidentes, sendo marcados tanto pela luta por direitos fundamentais de pessoas com deficiência (PcD), quanto pelo avanço da medicina e do sistema legislativo federal e mundial. Entretanto, tais direitos têm sido realmente assegurados da maneira que deveriam? Assim, o objetivo deste resumo é refletir sobre os desafios que marcam a trajetória profissional de pessoas com deficiência e analisar se o direito ao trabalho e livre escolha de emprego tem sido garantidos de forma correta e acessível a todos. A metodologia utilizada foi dedutiva, analisando princípios gerais para chegar a uma conclusão única, também foram realizadas análises bibliográficas com base em livros da área jurídica. A partir da análise realizada, é evidente que o preconceito e o capacitismo estão enraizados na sociedade, criando barreiras para a inserção de trabalhadores com deficiência, de forma que é inegável que as empresas buscam um “padrão de qualidade” para o ser humano, deste modo, levando estes indivíduos a recorrer

aos ordenamentos jurídicos para garantir a sua dignidade e os seus direitos (DA ROSA, 2016). Somado a isso, vale ressaltar a importância da Lei de Cotas, trazendo oportunidade de trabalho ao público analisado, não obstante, há inúmeras divergências na aplicação desta lei, convertendo algo que era para garantir a inclusão em algo superficial, sem resultados definidos (SAMPAIO, 2025). Tendo em vista os aspectos apresentados, é incontestável a discriminação dentro do mercado de trabalho, havendo exclusões de pessoas com deficiência, violação do direito a ter uma vida profissional ativa e preconceito cultural (CLEMENTE E SHIMONO, 2015). Assim, conclui-se que o direito ao trabalho e livre escolha de emprego não são acessíveis a todo ser humano, reforçando a ineficácia do Estado na preservação da dignidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência, Direitos, Inclusão.

Gestação na Esclerose Múltipla

Carine Massmann, Larissa Wentz Ceccagno, Aline Vanessa de Ávila

RESUMO: A esclerose múltipla (EM) trata-se de uma doença neurológica desmielinizante autoimune crônica provocada por mecanismos inflamatórios e degenerativos que comprometem a bainha de mielina que reveste os neurônios das substâncias branca e cinzenta do sistema nervoso central e medula espinhal. A esclerose múltipla é caracterizada por surtos neurológicos e períodos de remissão. Este estudo descreve o caso de uma paciente jovem do sexo feminino, gestante que está com a doença em remissão, ressaltando a importância do diagnóstico precoce e acompanhamento. O objetivo do estudo de caso, tem a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre a Esclerose Múltipla (EM) e como essa doença autoimune se caracteriza durante a gestação em relato de caso, desmistificando preconceitos. A metodologia trata-se de revisão integrativa de literatura, com busca por artigos científicos nos bancos de dados online, Google Acadêmico, SciELO e BVS, nos períodos de 2020 até 2025. Utilizando os descritores: “Esclerose múltipla”; “Neurologia”; “Estudo de caso”, listados de acordo com os descritores de ciência da saúde (DeCS) e empregando a combinação associada aos booleanos “AND” e “OR”. A paciente apresenta quadro compatível com esclerose múltipla (EM) na forma remitente-recorrente, padrão mais comum da doença. A presença de neurite óptica associada a alterações mo-

toras e sensoriais é frequentemente relatada na literatura como manifestação inicial. O diagnóstico foi sustentado pela combinação de achados clínicos típicos, lesões desmielinizantes na ressonância magnética e no líquido, que são critérios atualmente utilizados para confirmação da doença. Realizando tratamento com drogas modificadoras o que impacta diretamente na redução da frequência de surtos e na progressão da incapacidade. Atualmente gestante com o quadro de EM em remissão, não está fazendo o uso de medicação mediadoras da doença. Paciente B. Q. P. do sexo feminino, 24 anos, recebeu o diagnóstico de E.M. no ano de 2018, e no ano de 2025, mais precisamente em julho, recebeu a confirmação gestacional. O estudo de caso reforça a relevância da identificação precoce dos sinais e sintomas da esclerose múltipla, do uso da ressonância magnética como exame padrão-ouro e da adoção de terapias modificadoras da doença. Além disso, destaca-se a necessidade de acompanhamento integral e multidisciplinar, visto que a EM impacta não apenas aspectos físicos, mas também psicossociais da vida do paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Esclerose múltipla, neurologia, estudo de caso.

Atuação do enfermeiro em acidentes com cobras e escorpiões

Gabriela Cristiane de Oliveira de Quadros; Nayane Alana dos Reis Schmitt; Cristian Douglas Antes; Pablo Luís da Silveira; Susana Rafaela Miranda Neves

RESUMO: No contexto brasileiro algumas espécies de animais peçonhentos são de interesse da saúde pública, devido à alta capacidade de proliferação em meios urbanos decorrente da biodiversidade e o desequilíbrio dos ecossistemas, visto que estes acabam procurando ambientes mais favoráveis para se desenvolverem como forma de abrigo. Nesse sentido, esta pesquisa foi elaborada para fornecer informações necessárias de intervenção em uma situação de emergência, já que diferentes perspectivas e conhecimentos pode ser combinados para desenvolver estratégias mais abrangentes. O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica referente a atuação do enfermeiro relacionada ao envenenamento de ofídicos e escorpiões, através de artigos científicos retirados da Scielo, Gov, Funasa, SESA/ES, a partir de 2025. A maioria dos acidentes é classificada clinicamente como leve, porém a demora no atendimento pode elevar o coeficiente de letalidade geralmente associado a condições de moradia com acesso limitado, portanto o enfermeiro desempenha um papel essencial na orientação e suporte as vítimas desde o atendimento pré-hospitalar até o cuidado hospitalar especializado a fim de reduzir complicações, pre-

venir óbitos e promover uma recuperação adequada. Ao acessar o atendimento de alta complexidade é fundamental a ligação para equipe multidisciplinar do CIATox, conforme a descrição das características do animal é possível definir o tratamento através de soros antiveneno específicos, além da notificação ao SINAN para dados epidemiológicos. Entender esses conceitos é fundamental, uma vez que nem todo animal produz toxinas, e nem todo animal que produz toxinas é um animal peçonhento. Para essa injeção ativa das toxinas, os animais peçonhentos utilizam aparelhos inoculadores que, quando presentes em quantidades biologicamente relevantes, causam lesões fisiopatológicas dose-dependentes reduzindo assim a funcionalidade ou viabilidade desse organismo.

PALAVRAS-CHAVE: Envenenamento por escorpião, Envenenamento por cobras, Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Fibrose cística: o beijo salgado

Bruna Pinzon; Brenda Oliveira; Fabíula dos Santos, César Gilmar Trojan Filho

RESUMO: É uma doença autossômica recessiva, crônica e progressiva, causada pela mutação no gene do Regulador da Condutância Transmembrana da Fibrose Cística (CFTR) localizado no cromossomo 7, que induz o organismo a produzir secreções espessas e viscosas que obstruem os pulmões, o pâncreas e o ducto biliar. É predominante na população caucasiana e pode estar presente em todos os grupos étnicos e atingem igualmente ambos os sexos. A expectativa de vida média em países com bom acesso ao tratamento é superior a 40–50 anos. Este trabalho tem como objetivo apresentar a fisiopatologia e a epidemiologia da doença, assim como formas de diagnóstico e exames relacionados a patologia. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão literária integrativa, durante o período de abril a maio de 2025, baseando-se na busca de artigos científicos no banco de dados online do Google Acadêmico e SCIELO, utilizando como critério de refinamento da pesquisa, artigos em português e inglês, publicados entre os anos de 2007 a 2021, que respondiam o objetivo, com os seguintes descritores: Fibrose Cística, Gene CFTR, Doenças Pulmonares Obstrutivas, Insuficiência Pancreática. Para diagnóstico são feitos exames conclusivos e de triagem, como teste do

Suor onde o valor é superior a 60 mEq/L, e teste genético (DNA), responsável por identificar mutações no gene CFTR. Exames de Rotina ou Monitoramento, como hemograma completo pode mostrar leucocitose e anemia, enquanto PCR e VHS são marcadores de infecção e estão aumentados em infecções pulmonares, os de ureia e creatinina monitoram a função renal e os digestivos e nutricionais, como albumina e proteínas totais podem estar reduzidas devido à má absorção de proteínas. Os exames microbiológicos, como cultura de escarro, podem identificar infecções por *Pseudomonas aeruginosa* ou *Staphylococcus aureus*. Já, a cultura de fezes pode detectar infecções gastrointestinais. Conclui-se que a causa da fibrose cística é a herança genética e o diagnóstico pode ser realizado através de testes como pezinho e suor. São necessários exames para diagnóstico e de rotina para monitorar os sintomas. Embora não haja cura, o tratamento é através do uso de suplementos enzimáticos, medicamentos e terapias respiratórias.

PALAVRAS-CHAVE: Fibrose Cística; Gene CFTR; Doenças Pulmonares Obstrutivas; Insuficiência Pancreática.

O efeito do uso prolongado de benzodiazepínicos por idosos

Julia Loureiro Dahse; Leticia Pennacchia Duarte; Milleny Barbosa Oliveira;
Susana Ferrari Loureiro

RESUMO: Os benzodiazepínicos são fármacos utilizados como hipnóticos e ansiolíticos que agem diretamente no sistema nervoso central alterando significativamente aspectos cognitivos e psicomotores no organismo, potencializando a ação do neurotransmissor GABA, o qual provoca efeito calmante e sedativo, são drogas que surgiram na década de 1950 e foram lançados no mercado em 1960, entre essa classe de medicamentos, destacam-se Clonazepam, Alprazolam e Bromazepam. O uso prolongado desses medicamentos pode trazer riscos significativos, especialmente para os idosos, incluindo dependência, tolerância, queda e comprometimento da memória. A administração medicamentosa de benzodiazepínicos deve ser restrita a curto prazo, preferencialmente não excedendo quatro semanas, com redução gradual da dose para prevenir sintomas de abstinência, como ansiedade e insônia. Objetivo: O presente estudo tem como objetivo destacar os efeitos do uso prolongado benzodiazepínicos em idosos e seu impacto à saúde. Metodologia: Este é um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizados estudos da base de dados SCIELO, dos últimos cinco anos. Resultados: A pesquisa

evidenciou o crescente uso de benzodiazepínicos entre idosos, diretamente associado à polifarmácia e ao aumento de riscos de efeitos adversos. Os efeitos mais recorrentes são: sedação, amnésia, declínio cognitivo, maior risco de quedas, causando deterioração na qualidade de vida. Inclui-se também o desenvolvimento de dependência psicológica, dificultando a implementação de condutas para redução do uso. Muitos pacientes negam os efeitos colaterais e demonstram resistência em suspender a medicação. Idosos tendem a confiar nos benzodiazepínicos pela sensação de tranquilidade e eficiência no controle do estresse na velhice, mantendo o uso prolongado sem analisar os malefícios. Conclusão: Conclui-se então que o uso prolongado de benzodiazepínicos por idosos impacta na saúde pública, visto que ele está associado a quedas, declínio cognitivo, dependência e comprometimento na qualidade de vida. Por mais que seja um medicamento que traga benefícios para ansiedade, insônia, a curto prazo o uso excessivo pode trazer danos significativos. Tornando-se então fundamentais estratégias para tornar seu uso mais consciente, buscar investir em alternativas seguras para garantir melhor qualidade de vida aos idosos.

PALAVRAS-CHAVE: Benzodiazepínicos, idosos, qualidade de vida, efeitos colaterais.

A natureza da obrigação assumida pelo médico na separação de gêmeos siameses: uma análise acerca das obrigações de meio e de resultado

Eduarda Hentges; Isabelle Barichello Rodrigues e Carina Lopes de Souza

RESUMO: Este resumo aborda a natureza da obrigação assumida pelo médico na separação de gêmeos siameses, buscando identificar se, nessa circunstância, configura-se uma obrigação de meio ou resultado. Em regra, nos procedimentos cirúrgicos, a obrigação é de meio. Isso significa que o médico deve empregar todos os esforços e técnicas disponíveis para tentar alcançar determinado resultado, sem, contudo, estar juridicamente vinculado à sua obtenção. Em contraste, nos procedimentos estéticos, a obrigação costuma ser de resultado, pois o médico compromete-se a atingir o efeito previamente prometido ao paciente. Diante disso, questiona-se: qual é natureza da obrigação do médico nas cirurgias de separação de gêmeos siameses? Assim, o objetivo deste resumo é estudar a natureza da obrigação do médico em cirurgias que envolvem a separação de gêmeos siameses. Para tanto, emprega-se o método de abordagem dedutivo, analisando-se conceitos teóricos e casos reais de responsabilidade civil na área médica. Além disso, será desenvolvida pesquisa bibliográfica em obras de Direito

Civil e da área médica. Como resultados, aponta-se que a cirurgia de separação de siameses, envolve riscos e fatores médicos incertos, podendo ser classificada como uma obrigação de meio diante da inaptidão de gerar resultados previsíveis. Isso significa que a morte de um dos irmãos não gera automaticamente responsabilidade, a menos que haja culpa comprovada (Correia Lima, 2012, p. 35-38). Já a cirurgia estética, como aponta Wider (2002, p. 117-119), cria uma obrigação de resultado, pois o paciente busca um efeito específico. Ressalta-se que a ocorrência de casos de irmãos siameses é algo extremamente raro. Os “craniópagos” unidos pela cabeça, os mais delicados, que dividem o mesmo órgão vital, envolvem cirurgias delicadas que nem sempre produzem resultados positivos. Segundo Correia Lima (2012, p. 35-38), a relação entre médico e paciente é baseada na confiança, em geral, é uma obrigação de meio. Sobre o tema, Wider (2002, p. 117-119) faz uma distinção em relação às cirurgias estéticas, nas quais a obrigação é de resultado, tornando o médico responsável caso o resultado prometido não seja alcançado. Silva (2022, p. 9-14) descreve o planejamento detalhado na separação de craniópagos, ressaltando a imprevisibilidade dos resultados e a necessidade de uma equipe de vários especialistas. Conclui-se, portanto, que a cirurgia para separar irmãos siameses é uma obrigação de meio, ao passo que as cirurgias estéticas têm natureza de obrigação de resultado. Assim, a responsabilidade do médico será de acordo com o tipo de obrigação que ele assumiu em cada caso.

PALAVRAS-CHAVE: Médico; Obrigação; Responsabilidade.

Disruptores endócrinos: risco na saúde ambiental e pública

Eduarda Henrich; Eduarda Pimentel; Giovana Vitória da Rocha; Orientador
Tamara Lamin

RESUMO: Os disruptores endócrinos (DEs) representam contaminantes emergentes de grande relevância ambiental e sanitária, por sua capacidade de interferir no funcionamento do sistema hormonal de seres humanos e animais, mesmo em baixas concentrações. Essas substâncias estão relacionadas a atividades humanas como o uso de pesticidas, plásticos, cosméticos, processos industriais e descarte inadequado de resíduos, sendo encontradas em matrizes ambientais como água, solo, sedimentos e atmosfera. O presente trabalho teve como objetivo reunir e apresentar informações disponíveis na literatura científica sobre disruptores endócrinos e sua relação com o meio ambiente. A metodologia baseou-se em uma revisão bibliográfica exploratória e descritiva, sendo utilizadas bases de dados nacionais e internacionais como SciELO, PubMed, e Google Acadêmico. Utilizando descritores como: disruptores endócrinos, efeitos dos disruptores endócrinos na saúde pública, mecanismos de ação dos disruptores endócrinos. Como critério de inclusão foram selecionadas publicações coerentes com o objetivo proposto, e como critérios de exclusão foram eliminadas publicações que não condiziam com o objetivo.

Os resultados evidenciam que os DEs podem mimetizar, bloquear ou alterar a ação de hormônios naturais, afetando a reprodução, o metabolismo, o crescimento e o desenvolvimento, além de estarem associados a infertilidade, disfunções da tireoide, obesidade, diabetes, cânceres hormônio-dependentes e doenças neurológicas e imunológicas. Destacam-se entre os principais compostos o Bisfenol A, ftalatos, dioxinas, furanos, pesticidas organoclorados, atrazina, parabenos e metais pesados, todos capazes de bioacumulação e biomagnificação na cadeia alimentar, o que intensifica os riscos para ecossistemas e saúde pública. Embora organizações internacionais como a OMS reconheçam a gravidade da exposição precoce, a regulamentação ainda é limitada, especialmente no Brasil, onde apenas alguns compostos são contemplados em normas ambientais específicas. Conclui-se que os disruptores endócrinos configuram-se como ameaça silenciosa e crescente, reforçando a necessidade de monitoramento contínuo, fortalecimento das políticas públicas, adoção de tecnologias de tratamento avançado e práticas sustentáveis, além da conscientização da sociedade, a fim de reduzir os impactos ambientais e proteger a saúde humana.

PALAVRAS-CHAVE: Bioacumulação, Contaminantes emergentes, Disruptores endócrinos, Saúde pública, Sustentabilidade.

Malária: aspectos gerais e principais alterações hematológicas – revisão

Dilvana Severo; Cesar Trojahn; Letícia Carolina da Cruz; Tamara Lamin

RESUMO: A malária é uma doença infecciosa causada por protozoários do gênero *Plasmodium*, sendo as espécies *P. falciparum*, *P. vivax*, *P. malariae* e *P. ovale* as principais responsáveis pela infecção em humanos. Sua transmissão ocorre, predominantemente, por meio da picada da fêmea do mosquito *Anopheles*, vetor presente em regiões tropicais e subtropicais. A patologia continua sendo um dos graves desafios de saúde pública mundial, principalmente em países em desenvolvimento. O objetivo foi analisar os aspectos gerais da malária e suas principais alterações hematológicas. A pesquisa foi uma revisão bibliográfica através da busca de artigos científicos nos bancos de dados online, como Google Acadêmico, Pubmed e Scielo. Usando como critério de refinamento da pesquisa artigos em português e inglês, publicados entre 2015 e 2025, utilizando os descritores: “malária” AND “malária sistêmica” AND “malária e alterações hematológicas”, encontrados 105 trabalhos e selecionados 8, com os critérios: trabalhos completos, com acesso gratuito e que tivessem objetivos semelhantes ao da presente pesquisa. A malária pode se manifestar nas formas não complicada ou complicada, sendo que a evolução para quadros graves depende da espécie infectante, da carga parasitária e da resposta imunológica do hospedeiro. No contexto hematológico, observa-se fre-

quentemente anemia normocítica normocrômica, decorrente da destruição de hemácias parasitadas e não parasitadas; trombocitopenia, considerada um achado comum e importante marcador laboratorial; leucopenia ou leucocitose, menos frequentes, porém relatadas em casos mais severos; aumento dos níveis de bilirrubina indireta, associado à hemólise; elevação de transaminases (TGO/TGP), sugerindo possível acometimento hepático. Em relação aos exames laboratoriais e diagnósticos, os principais métodos utilizados incluem gota espessa e esfregaço sanguíneo: padrão-ouro para o diagnóstico, permitindo a identificação da espécie e o grau de parasitemia; testes rápidos imunocromatográficos (TRM): úteis em triagens, especialmente em locais com estrutura laboratorial limitada; PCR (reação em cadeia da polimerase): técnica altamente sensível e específica, indicada principalmente em pesquisas e casos de diagnóstico inconclusivo; hemograma completo: ferramenta essencial para a avaliação do quadro clínico e monitoramento das alterações hematológicas e; função hepática e renal: importantes no acompanhamento de casos graves. O tratamento da malária, especialmente nas formas causadas por *P. falciparum*, pode ser dificultado pela resistência aos antimaláricos, sendo comum a adoção de terapias combinadas, como artemisinina com outros fármacos. Conclui-se, através dessa revisão, A malária permanece como uma enfermidade de alto impacto epidemiológico, exigindo estratégias eficazes de prevenção, diagnóstico e tratamento. A detecção precoce é fundamental para evitar complicações, reduzir a mortalidade e controlar a transmissão. Investimentos em educação em saúde, infraestrutura laboratorial e vigilância epidemiológica são essenciais para reduzir a carga da doença.

PALAVRAS-CHAVE: Hematologia, Malária, Plasmodium.

Anemia ferropriva em crianças – revisão bibliográfica

Dilvana Severo; Leticia Carolina da Cruz; Tamara Lamin

RESUMO: A anemia carencial é definida como a condição na qual o conteúdo de hemoglobina no sangue está abaixo dos valores de referência como resultado da carência de um ou mais nutrientes essenciais, sendo a por deficiência de ferro a mais prevalente. Quando essa deficiência de ferro impede a produção adequada de hemoglobina, pode resultar em diversos prejuízos para a saúde das crianças. O objetivo foi analisar os prejuízos causados pela anemia ferropriva em crianças. A pesquisa foi realizada baseando-se em uma revisão bibliográfica através da busca de artigos científicos nos bancos de dados online, como Google Acadêmico, Pubmed e Scielo. Usando como critério de refinamento da pesquisa artigos em português e inglês, publicados entre 2020 e 2024, utilizando os descritores: “Anemia ferropriva” AND “crianças”, selecionando trabalhos completos, com acesso gratuito e que tivessem objetivos semelhantes ao da presente pesquisa. Sendo encontrados 125 artigos e destes 10 foram escolhidos para inclusão no presente estudo. Essa patologia, traz em seu quadro clínico um sinal de grande relevância que é o cansaço, seguido de palidez das mucosas e face, irritabilidade e respiração ofegante. A anemia ferropriva apresenta-se de maneira mais agressiva nos anos iniciais

de vida, podendo ser a causadora das mortes neonatais e o baixo peso dos bebês ao nascer. Considerada uma doença hematológica com característica microcítica e hipocrômica, necessita de uma hipótese diagnóstica, seguida de investigação e tratamento rapidamente estabelecido. Diante disso, os estudos selecionados discorrem do papel essencial do ferro no crescimento do cérebro, para a mielinização e para a ação de neurotransmissores, o que pode acarretar um déficit comportamental e cognitivo nas crianças com anemia ferropriva, podendo também afetar o sistema imune. Comprometendo o desenvolvimento cognitivo e intelectual, interferindo no desenvolvimento físico e crescimento, assim como diminuindo a atividade física e produtividade, causando queda na resistência à infecção e aumento da incidência. A anemia ferropriva também pode causar problemas como desatenção, letargia, queda no rendimento escolar e declínio mental. Assim, é necessária a prevenção da mesma através de uma alimentação rica em ferro, utilização de ferro profilático, evitar alimentos que atrapalhem a absorção de ferro e, realizar a triagem da doença aos 12 meses de vida. Conclui-se, que a anemia ferropriva pode ser considerada um problema de saúde prevalente, principalmente com crianças, a qual necessita de tratamento e prevenção adequados, para que não ocorram danos ao desenvolvimento (psicomotor, social e cognitivo) e à saúde das crianças acometidas.

PALAVRAS-CHAVE: Anemia carencial, Anemia ferropriva, Carencia de nutrientes, Crianças.

Cuidados de enfermagem ao paciente com Síndrome de Down em uso de gastrostomia

Autor: Oélika A. Torres Banaletti; Aline Vanessa de Ávila

RESUMO: A Síndrome de Down (SD), também conhecida como trissomia do cromossomo 21, é uma condição genética e não uma doença, que pode estar associada a alterações clínicas diversas, incluindo comprometimento da deglutição e da capacidade de alimentação oral. Nessas situações, a gastrostomia (GTT) constitui um recurso terapêutico essencial, permitindo a administração direta de dieta e medicamentos ao estômago, com segurança e efetividade. Contudo, seu manejo exige cuidados de enfermagem específicos e capacitação adequada dos familiares cuidadores para evitar complicações e assegurar qualidade de vida ao paciente. Este trabalho teve como objetivo descrever os principais cuidados de enfermagem ao paciente com Síndrome de Down em uso de gastrostomia, destacando o papel do enfermeiro na prevenção de complicações, na sistematização da assistência e na orientação para o cuidado domiciliar. A metodologia adotada foi uma revisão integrativa de literatura, com análise de artigos científicos e diretrizes oficiais, consultados em bases como SciELO, BVS e portais governamentais, utilizando os descritores “gastrostomia”, “Síndrome de Down” e “cuidados de enfermagem”. Os resultados evidenciaram que as complicações associadas ao uso da GTT po-

dem ser classificadas em menores (infecção do estoma, obstrução, extravasamento gástrico, retirada acidental) e maiores (pneumonia aspirativa, peritonite, fascíte necrosante). Os cuidados de enfermagem incluem higiene e rotação da sonda, manutenção da permeabilidade, posicionamento adequado do paciente durante a administração da dieta e monitoramento contínuo de sinais de complicações. Além disso, destacam-se os diagnósticos de enfermagem segundo a NANDA-I, como risco de infecção, risco de aspiração, integridade da pele prejudicada e conhecimento deficiente do cuidador. O enfermeiro desempenha papel fundamental em todos os níveis de atenção: na atenção primária, orienta e acompanha os familiares quanto ao manejo da sonda e à prevenção de complicações; na atenção secundária, realiza capacitação pré-alta, troca de sondas quando necessário e assegura o cumprimento de protocolos institucionais. Conclui-se que a assistência de enfermagem ao paciente com Síndrome de Down em uso de gastrostomia deve ser integral, técnica e educativa, voltada não apenas ao procedimento, mas também à promoção da autonomia familiar, prevenção de complicações e fortalecimento do vínculo cuidador-paciente. A prática baseada em evidências e o investimento em capacitação dos cuidadores são indispensáveis para garantir um cuidado domiciliar seguro e eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de Down, Gastrostomia, Cuidados de Enfermagem, Assistência Domiciliar.

Assistência de enfermagem aos pacientes adultos com convulsão: uma revisão integrativa

Cristian Douglas Antes; Neusa Mabel dos Santos Correa; Pablo Luís da Silveira; Nayane Alana dos Reis Schmitt; Gabriela Cristiane de Oliveira de Quadros; Susana Rafaela Miranda Neves

RESUMO: As convulsões acometem cerca de 1% a 2% da população e é mais comum em países de baixa renda. O diagnóstico e o tratamento demandam uma abordagem multidisciplinar das equipes de saúde. A atuação da enfermagem nas demandas de cuidados centrados no paciente com convulsão é essencial para a promoção de boas práticas e a educação sobre o autocuidado. Este estudo tem por objetivo analisar a assistência e os cuidados de enfermagem nos pacientes adultos com convulsões. Para tanto, foi utilizado pressupostos metodológicos da revisão integrativa da literatura, realizando buscas dos últimos cinco anos no site do google acadêmico e no scielo. O conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre os cuidados de pacientes com convulsões foi superior a 60%, e a assistência de enfermagem teve um impacto positivo no auxílio ao diagnóstico, na adesão ao tratamento, na satisfação do paciente e no controle das crises, mesmo assim é importante buscar melhorar esse índice com treinamentos e palestras sobre o assunto para que mais profissionais estejam prepa-

rados para agir da maneira mais correta com condutas precisas e que possam ter autonomia em ensinar as pessoas a como gerenciar possíveis crises e procurar assistência quando for necessário. Portanto mesmo havendo a necessidade de ampliação dos conhecimentos dos profissionais da enfermagem já existem uma demanda de profissionais bem preparados e com amplo conhecimento para prestar os cuidados necessários e ampliar o conhecimento das pessoas que precisam prestar algum tipo de cuidado a pessoas que possam sofrer de convulsões.

PALAVRAS-CHAVE: Ataque Convulsivo, Assistência de enfermagem, Enfermeiro.

Crise de dor vaso-oclusiva na anemia falciforme

Ana Vilma Koch da Silva; Dyéssi Mozara Johann De Paula; Liliane Fachiochi;
Alexandre Ehrhardt

RESUMO: Na anemia falciforme, dois problemas clínicos principais são observados: anemia hemolítica e vaso-oclusão. A vaso-oclusão não é apenas causada pela mudança na forma dos glóbulos vermelhos, mas também envolve interações entre essas células, o revestimento interno dos vasos sanguíneos, plaquetas, glóbulos brancos e proteínas no sangue. **Objetivo:** Apresentar a causa da crise vaso-oclusiva decorrente da anemia falciforme. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica de caráter exploratório, nas bases de dados Google Scholar e SciELO, utilizando os seguintes descritores e seus cruzamentos: anemia falciforme, crise vaso oclusiva, glóbulos vermelhos, vaso-oclusão. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos publicados em língua portuguesa publicados de 2002 a 2021, excluindo artigos duplicados e que não apresentavam relação com o tema. **Resultado e discussão:** Os principais sinais clínicos observados são decorrentes da forma afoiçada das hemácias devido a hemólise. Esse formato influencia intensamente no fluxo do sangue da microcirculação, pois a irregularidade da superfície de contato das hemácias alteradas permite reações químicas interativas entre

estas e as células endoteliais, fazendo-as aderir à parede do vaso sanguíneo. As consequências da aderência são caracterizadas pela vaso-oclusão, com redução do fluxo do sangue nos capilares, causando estases venosa e hipóxia, que acarreta crises agudas intensamente dolorosas e lesão tecidual orgânica crônica e progressiva. O primeiro episódio pode ocorrer logo aos 6 meses de idade e recorrer durante toda a vida e a intensidade é variável e a duração geralmente é de 4 a 6 dias. Estudos recentes apontam que a inflamação crônica, a ativação plaquetária e o aumento da viscosidade sanguínea contribuem para a recorrência das crises. Órgãos como rins, fígado, pulmões e ossos estão entre os mais acometidos, levando a complicações graves, como síndrome torácica aguda, necrose óssea e insuficiência renal. Outro aspecto importante é o impacto psicossocial da doença, visto que as crises dolorosas frequentes comprometem a qualidade de vida dos pacientes. Considerações finais: A causa da crise vaso-oclusiva ocorre devido à aderência das hemácias falciformes às paredes dos vasos sanguíneos, ocasionando obstrução. Resultando em episódios de fortes dores agudas. Conclui-se que a compreensão desse processo é fundamental para o desenvolvimento de terapias direcionadas, como o uso de medicamentos que aumentam a produção de hemoglobina fetal, reduzem a inflamação e evitam a adesão celular. Ressalta-se a importância do diagnóstico precoce e do acompanhamento multidisciplinar para reduzir complicações, aumentar a sobrevida e melhorar a qualidade de vida dos portadores da doença falciforme.

PALAVRAS-CHAVE: anemia falciforme, crise vaso oclusiva, glóbulos vermelhos, vaso-oclusão.

Contenção mecânica de pacientes psiquiátricos: desafios e práticas de cuidado humanizado no contexto da saúde mental

Henrique Dill Ribas; Lisandra de Lima; Co-autor: Charlene Moraes; Susana Loureiro

RESUMO: A enfermagem é a principal responsável pelo primeiro contato com o paciente e frequentemente se depara com situações de alteração comportamental que exigem manejo adequado. Tais alterações podem estar associadas a transtornos mentais ou a condições clínicas diversas, como intoxicações e doenças neurológicas. O uso de contenção mecânica e química, embora necessário em alguns casos, envolve implicações éticas e legais, exigindo da equipe um cuidado humanizado e embasado em princípios técnicos. Diante do aumento dos casos de transtornos mentais e da necessidade de intervenções seguras, torna-se essencial discutir essas práticas sob uma perspectiva ética e profissional. **OBJETIVO:** Analisar o uso da contenção mecânica pela equipe de enfermagem em pacientes psiquiátricos, ressaltando a importância da humanização do cuidado e a observância dos princípios éticos durante sua aplicação. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada em bases de dados como Scielo e Google Acadêmico, com busca de artigos publicados entre 2019 e 2024. Foram selecionados estudos

que abordam o uso da contenção em pacientes psiquiátricos e as implicações éticas e humanas dessa prática no ambiente hospitalar. RESULTADOS: Os estudos analisados mostram que, embora a contenção seja um recurso de segurança em situações de risco, sua utilização inadequada pode acarretar em danos físicos e psicológicos aos pacientes. Verificou-se a falta de padronização e de capacitação das equipes, o que compromete a qualidade do cuidado. Ressalta-se a necessidade de empatia, comunicação e aplicação correta das técnicas, a fim de garantir a segurança e o respeito à dignidade do paciente. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se que a contenção mecânica em pacientes psiquiátricos deve ser utilizada como último recurso e com embasamento ético e técnico. O investimento na capacitação profissional e em protocolos institucionais é essencial para reduzir o uso dessas práticas e fortalecer o cuidado humanizado.

PALAVRAS-CHAVE: Contenção Mecânica, Ética, Cuidado Humanizado, Enfermagem.

Choque anafilático: um subtipo do choque distributivo

Genifer Finatto; Nicole Luíza Junges; Orientadora Susana Rafaela Miranda
Neves

RESUMO: O choque distributivo tem como fisiopatologia a vasodilatação periférica acentuada, levando a um mau aproveitamento do volume sanguíneo circulante. Além disso, no choque distributivo ocorre a perda da resposta simpática (resposta de luta/fuga) o que por sua vez torna este o tipo de choque mais grave e com grande potencial de mortalidade. Esta patologia pode ser originada por 4 subtipos distintos, dentre eles está o choque anafilático, resultante de uma hipersensibilidade a alguma substância. Objetivo: Evidenciar o choque anafilático como subtipo do choque distributivo e suas características fisiopatológicas, bem como sintomatologia e tratamento. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada em artigos científicos e diretrizes da área da saúde, com foco em publicações dos últimos cinco anos sobre o choque anafilático, visando reunir informações acerca de sua fisiopatologia e manifestações clínicas. Os dados utilizados foram obtidos em sites oficiais, como domínios .GOV, além de artigos publicados no Google Acadêmico e na base científica SciELO, assegurando a confiabilidade das fontes consultadas. Resultados e discussões: O choque anafilático é cau-

sado por uma reação alérgica através da exposição do paciente ao antígeno a que é previamente sensível, podendo ser causada por picadas de insetos, alimentos e uso de alguns medicamentos. Esse antígeno entra em contato com anticorpos mediados pela Imunoglobulina-E (IgE) onde irá liberar a histamina, que por sua vez causará venodilatação, vasodilatação arteriolar e aumento da permeabilidade vascular. Os sintomas mais comuns desta patologia são a dispneia, edema de glote, urticárias, tontura e sem uma intervenção precoce poderá evoluir para uma parada cardiorrespiratória. Seu tratamento é através de adrenalina intramuscular, anti-histamínicos, oxigenoterapia e suporte de avançado de vida em casos agravados. Considerações finais: O choque anafilático é uma condição clínica grave que integra o grupo dos choques distributivos e demanda intervenção rápida e eficaz, podendo ser potencialmente fatal se não tratado precocemente. O reconhecimento precoce dos sinais e sintomas, aliado à administração de adrenalina e outros fármacos juntamente com medidas de suporte, é determinante para a sobrevivência do paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Choque, Vasodilatação, Reação alérgica.

Choque cardiogênico: especificidades e cuidados de enfermagem

Bruna Muller Vieira. Co-autora; Luciane Kempfer. Susana Rafaela Miranda
Neves

RESUMO: O choque é uma condição clínica grave caracterizada por uma falha na perfusão tecidual adequada, resultando em risco de falência múltipla de órgãos. Entre seus tipos, o choque cardiogênico apresenta relevância significativa pela gravidade e alta mortalidade. Este trabalho apresenta uma síntese sobre suas especificidades, diagnóstico e cuidados de enfermagem. O choque cardiogênico é uma síndrome clínica grave caracterizada pela incapacidade do coração em manter débito cardíaco adequado às necessidades metabólicas do organismo. Geralmente é consequência do infarto agudo do miocárdio, mas também pode ser ocasionado por arritmias graves, miocardites, insuficiência cardíaca descompensada e ruptura de estruturas cardíacas. Apresenta elevada mortalidade e exige diagnóstico precoce e manejo imediato. As manifestações clínicas do choque cardiogênico incluem pele fria, úmida e pálida, dispneia intensa, congestão pulmonar, oligúria, alteração do nível de consciência e perfusão periférica reduzida. Os sinais vitais caracterizam-se por hipotensão persistente, taquicardia ou bradicardia grave e saturação de oxigênio reduzida. Exames diagnósticos recomendados: eletrocardiogra-

ma (ECG), ecocardiograma, biomarcadores cardíacos (troponina, CK- MB), gasometria arterial e radiografia de tórax. Objetivo: Analisar as manifestações clínicas, diagnóstico e principais cuidados de enfermagem no choque cardiogênico. Metodologia: Revisão bibliográfica de artigos científicos, livros e protocolos clínicos atualizados. Resultados e discussões: A enfermagem desempenha papel central no monitoramento rigoroso, reconhecimento precoce das manifestações e comunicação imediata à equipe médica. Essas ações impactam diretamente no prognóstico e sobrevida do paciente. Considerações finais: O reconhecimento precoce pela enfermagem e o manejo adequado são fundamentais para melhorar o desfecho clínico, reduzindo complicações e aumentando as chances de sobrevida. O choque cardiogênico configura-se como uma emergência médica de elevada mortalidade, exigindo atuação rápida e precisa da equipe multiprofissional.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidados de Enfermagem, choque cardiogênico, manejo.

Anemia ferropriva: marcadores laboratoriais

Brenda Costa de Oliveira; Bruna Pinzon; Fabiula dos Santos Orientador
Alexandre Ehrhardt

RESUMO: O diagnóstico preciso e a monitorização eficaz da anemia ferropriva dependem de uma avaliação criteriosa dos marcadores laboratoriais associados à deficiência de ferro. Ao compreender os marcadores laboratoriais associados à anemia ferropriva, os profissionais de saúde podem desempenhar um papel fundamental na prevenção, diagnóstico precoce e tratamento eficaz dessa condição, melhorando assim a qualidade de vida e o prognóstico dos pacientes afetados. Objetivo: O objetivo deste estudo é realizar uma pesquisa abrangente sobre os marcadores laboratoriais, com ênfase nos exames mais indicados para o diagnóstico da anemia causada pela deficiência de ferro. Metodologia: A metodologia utilizada para a pesquisa segue uma abordagem bibliográfica através da busca de artigos científicos nos bancos de dados online, como Google Acadêmico e Scielo. Usando como critério de refinamento da pesquisa artigos em português e inglês, publicados entre 2020 e 2024, utilizando os descritores: “Anemia ferropriva” AND “Marcadores laboratoriais”, selecionando trabalhos que tivessem objetivos semelhantes ao da presente pesquisa. Sendo encontrados 110 artigos e destes 3 foram escolhidos

para inclusão no presente estudo. Resultado: A anemia ferropriva surge devido à diminuição dos depósitos de ferro, resultando em baixos níveis de hemoglobina e hematocrito, microcitose e hipocromia. Seu diagnóstico é frequentemente feito por meio de marcadores laboratoriais como hemograma completo, dosagem de ferritina sérica, capacidade total de ligação do ferro, saturação da transferrina, concentração de hemoglobina corpuscular média e índice de saturação da transferrina. Esses marcadores ajudam a confirmar o diagnóstico e fornecer informações sobre os níveis de ferro no organismo, sendo essenciais para monitorar a eficácia do tratamento. A detecção precoce é crucial para iniciar uma terapia adequada e eficaz. Considerações finais: Conclui-se, através dessa revisão, que os exames mais recomendados para diagnosticar a anemia ferropriva são a medição da hemoglobina, a análise da ferritina sérica e a avaliação do esfregaço de sangue periférico, que de preferência devem ser utilizados em associação, para evitar dessa forma interpretações errôneas devido às particularidades de cada marcador apresenta.

PALAVRAS-CHAVE: Anemia Ferropriva. Deficiência de ferro. Marcadores Laboratoriais.

Uso do ciclo PDCA na redução de não conformidades em amostras recebidas em laboratórios de análises clínicas

Andryelli Damiani; Eduarda Jandrey; Jorge K. Alves Da Silva

RESUMO: A qualidade dos resultados laboratoriais depende diretamente da correta recepção e triagem das amostras clínicas. Problemas como identificação incorreta, volume insuficiente e coleta inadequada geram não conformidades que comprometem a confiabilidade dos exames. O presente estudo teve como objetivo analisar a aplicabilidade do ciclo PDCA como ferramenta de gestão da qualidade para reduzir o número de amostras não conformes em laboratórios de análises clínicas, com base em evidências teóricas e práticas relatadas na literatura. A metodologia consistiu em uma pesquisa exploratória e qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de artigos científicos, manuais técnicos e materiais acadêmicos sobre gestão da qualidade e processos laboratoriais. Foram consultadas as bases de dados SciELO, PubMed e Google Acadêmico, considerando publicações entre 2014 e 2024 que abordassem o uso do PDCA na melhoria contínua de processos laboratoriais. A análise dos estudos revelou que a aplicação estruturada do PDCA contribuiu para a redução das não conformidades na fase pré-analítica, promovendo padronização, segurança e eficiência nos resultados laboratoriais. Obser-

vou-se também que a conscientização da equipe e o treinamento contínuo são fatores essenciais para o sucesso da ferramenta. Conclui-se que o PDCA, mesmo analisado sob enfoque teórico, mostra-se eficaz como estratégia de gestão da qualidade e melhoria contínua, reforçando sua importância na consolidação de práticas seguras e confiáveis no ambiente laboratorial.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão da Qualidade Laboratorial; Melhoria Contínua de Processos; Aplicação do Ciclo PDCA; Controle de Amostras; Processos Laboratoriais.

Análise microbiológica da *Listeria monocytogenes*: métodos de isolamento, identificação e diagnóstico

Andryelli Damiani; Eduarda Jandrey; Leticia Carolina Da Cruz

RESUMO: A listeriose é uma doença infecciosa causada pela bactéria *Listeria monocytogenes*, transmitida principalmente pelo consumo de alimentos contaminados. Embora seja considerada rara, apresenta elevada taxa de mortalidade, especialmente em gestantes, recém-nascidos, idosos e indivíduos imunocomprometidos. O objetivo do estudo é investigar e revisar os métodos de análise microbiológica utilizados na detecção de *Listeria monocytogenes*, enfatizando técnicas de isolamento, identificação e métodos moleculares, além de sua importância para o diagnóstico e prevenção da listeriose. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica narrativa, entre julho e setembro de 2025, em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo PubMed, SciELO, LILACS, Google Scholar e ScienceDirect. Foram utilizados os descritores em português e inglês: “*Listeria monocytogenes*”, “listeriose”, “diagnóstico microbiológico”, “food safety”, “*Listeria* detection methods”. Os critérios de inclusão compreenderam artigos publicados entre 2015 e 2025, em português e inglês, que abordassem aspectos microbiológicos, epidemiológicos, clínicos ou laboratoriais da *Listeria monocytogenes*, disponíveis

em texto completo e com acesso livre. Foram excluídos resumos sem dados completos, publicações repetidas entre as bases, estudos que tratassem de outras bactérias sem relação direta com a *Listeria* e artigos anteriores a 2015. Os resultados da análise mostram que os procedimentos laboratoriais envolvem etapas de enriquecimento seletivo em caldos específicos, isolamento em meios diferenciais como Oxford, PALCAM e Chromogenic *Listeria*, bem como identificação complementar por testes bioquímicos, incluindo catalase, motilidade e teste CAMP. Além disso, métodos moleculares como PCR e qPCR aumentam a precisão e a rapidez no diagnóstico, sendo fundamentais para a vigilância epidemiológica e o controle de surtos. Conclui-se que a análise microbiológica é indispensável para a detecção segura da *Listeria monocytogenes*, fortalecendo as medidas de segurança alimentar e prevenindo complicações em grupos de risco.

PALAVRAS-CHAVE: *Listeria monocytogenes*; listeriose; diagnóstico microbiológico; segurança alimentar.

Sistema Nervoso Autônomo: fisiologia, funções e relevância clínica

Adriana Oliveira da Rocha; Liliane Lopes; Joceane Alina Palmeira; Jorge
Kleber Alves da Silva

RESUMO: O Sistema Nervoso Autônomo (SNA) desempenha papel fundamental na regulação de funções vitais involuntárias, como batimentos cardíacos, respiração e digestão. Ele garante a homeostase e adapta o corpo a diferentes situações do ambiente, sem exigir controle consciente. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma visão geral do SNA, destacando suas divisões, funções principais e relevância clínica, de forma clara e acessível. Foi realizada uma revisão de literatura em livros clássicos de fisiologia, neurociência e farmacologia, selecionando conceitos fundamentais e de maior aplicabilidade no contexto educacional e clínico com achados no período de 2014 a 2021. O SNA é composto por três divisões: simpático, relacionado à resposta de “luta ou fuga”; parassimpático, ligado ao “repouso e digestão”; e o entérico, que controla a atividade gastrointestinal. O equilíbrio entre simpático e parassimpático assegura o funcionamento adequado do organismo. Os neurotransmissores acetilcolina e noradrenalina são os principais mediadores desse sistema, promovendo respostas rápidas e específicas nos órgãos-alvo. Alterações no SNA estão relacionadas a condições como hipertensão, asma

e distúrbios gastrointestinais, além de constituírem alvo de diversas terapias medicamentosas. O estudo do SNA é essencial para a compreensão das funções automáticas do organismo e suas alterações em doenças. Além de sua importância fisiológica, o sistema é alvo de muitas intervenções farmacológicas, o que reforça sua relevância para a prática clínica e para a formação em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Nervoso Autônomo.

A responsabilidade civil do Estado por omissão na fiscalização e combate à violência obstétrica no Sistema Único de Saúde

Maria Eduarda Schuika; Júlia Colussi

RESUMO: A violência obstétrica é a prática de desrespeito e abuso à saúde sexual e reprodutiva da mulher, práticas que causam dor, dano, sofrimento e constrangimento, podendo ser manifestada através da violência física, sexual e verbal. Tal violência configura violação dos direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988. O presente resumo busca analisar: qual a responsabilidade civil do Estado nos casos de omissão na fiscalização e no combate à violência obstétrica no Sistema Único de Saúde (SUS). Diante disso, o Brasil apresenta altos índices de práticas desumanizadas, agressivas e muitas vezes desnecessárias durante o trabalho de parto. Segundo pesquisas realizadas pela Fundação Oswaldo Cruz, determinados grupos apresentam maior vulnerabilidade à violência obstétrica, entre eles destacam-se mulheres com baixa escolaridade, em situação de pobreza, negras ou pardas, de menor faixa etária, sem companheiro ou com reduzido apoio social e rede de suporte; a incidência também é mais elevada entre aquelas que optam pelo parto vaginal, em razão do maior tempo de exposição ao contato direto com a equipe de saúde. Assim, a omissão do Estado na fiscalização e na falta de imple-

mentação de políticas públicas visando o combate desta violência, poderá caracterizar uma violação constitucional, passível de indenizações. Assim, pode-se mencionar como exemplo, a violação de direitos na ausência de acompanhante no momento do parto, direito garantido pela Lei no 11.108/05 (direito a acompanhante). Importante ressaltar que há outras violações legislativas que neste resumo não são possíveis de serem esgotadas, portanto, no futuro, será elaborada uma pesquisa no âmbito de trabalho de conclusão de curso para esgotar as violações desta violência e verificar os impactos causados na vida das mulheres. Portanto, conclui-se, de forma breve e singular, que há evidente falta de conhecimento entre as mulheres acerca da violência obstétrica, muitas vezes não identificada devido à ausência de programas estatais de informação, somada à dificuldade de realizar denúncias nos hospitais em razão do oligopólio político no qual se inserem os envolvidos dessas práticas. O método de procedimento adotado é a documentação indireta, o método de abordagem é o hipotético-dedutivo e a técnica de pesquisa a monográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Mulher; Omissão; Responsabilidade Civil; Violência Obstétrica.

A responsabilidade civil médica nos casos de erro de diagnóstico

Gabriele Dos Santos Ribeiro; Júlia Colussi

RESUMO: A responsabilidade civil médica relacionada aos erros de diagnóstico é um tema de grande importância tanto no mundo jurídico quanto na área da saúde, pois envolve a sociedade e diretamente a confiança do paciente, bem como a proteção de seus direitos fundamentais. O ato de diagnosticar não é apenas uma etapa técnica, mas também um processo humano, que requer atenção, sensibilidade e responsabilidade. Um diagnóstico equivocado pode gerar sérias consequências, desde atrasos no tratamento até danos irreversíveis à saúde do paciente. Nesse contexto, questiona-se: qual a responsabilidade civil do médico nos casos de erro de diagnóstico e seus impactos na saúde do paciente. O objetivo deste trabalho é analisar como o direito brasileiro trata os casos de erro de diagnóstico médico, evidenciando os limites da atuação do profissional e os elementos que caracterizam a responsabilidade civil. O método de abordagem adotado será o hipotético-dedutivo, o método de procedimento valer-se-á da documentação indireta com pesquisas bibliográficas, a obras doutrinárias, legislação nacional e artigos científicos que abordam a relação entre medicina e direito e a técnica de pesquisa será a monográfica. Em regra, a responsabilidade civil do médico

é de meio, isso significa que o profissional não garante a cura do paciente, mas deve agir com prudência, diligência e conhecimento técnico adequado. Para que haja responsabilização e possível reparação civil, é necessário comprovar três elementos: a conduta culposa do médico por negligência, imprudência ou imperícia; o dano efetivo sofrido pelo paciente e o nexo causal entre ambos. Observa-se, ainda, que quando o erro é inevitável, mesmo diante de conduta correta e fundamentada, não há que se falar em responsabilidade civil. Por outro lado, nos casos em que há falhas do profissional na avaliação de exames, ou, ainda, em sua interpretação, poderá haver o dever de indenizar, desde que, seja comprovada efetivamente o erro. Dessa forma, ressalta-se que a discussão sobre responsabilidade civil médica não deverá ser vista apenas como uma punição ao profissional, mas também como uma oportunidade de aprimorar a prática médica e fortalecer a relação de confiança entre médico e paciente. A humanização no atendimento, a clareza nas informações prestadas e a atualização constante do conhecimento técnico são fatores fundamentais para reduzir falhas diagnósticas e assegurar maior segurança ao paciente. Assim, o estudo buscou contribuir não apenas para a compreensão jurídica do tema, mas também para a construção de um sistema de saúde mais justo e confiável.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnóstico; Erro médico; Responsabilidade civil.

A importância da educação em saúde para a prevenção da gravidez na adolescência

Genifer Finatto; Mirele Padilha da Silva; Nicole Luíza Junges; Orientadora
Aline Vanessa de Avila

RESUMO: A educação em saúde é um processo contínuo e essencial para a promoção da saúde, prevenção das doenças e seus agravos, baseando-se na troca de conhecimentos entre profissionais da saúde e a comunidade. Pode ser realizada por meio de estratégias educativas em todas faixas etárias, compreendendo sempre a necessidade de cada público. Dessa forma, a educação em saúde assume papel central nas políticas públicas, configurando-se como uma estratégia fundamental para a prevenção da gravidez na adolescência, ao oferecer informações, promover o diálogo e incentivar escolhas conscientes entre os jovens. Objetivo: Evidenciar a importância da educação em saúde com adolescentes para a prevenção da gravidez na adolescência. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada em artigos científicos e diretrizes da área da saúde, com foco em publicações dos últimos cinco anos. Os dados utilizados foram obtidos em sites oficiais, como domínios .GOV, além de artigos publicados no Google Acadêmico, assegurando a confiabilidade das informações apresentadas. Resultados e discussões: No ano de 2023 o número de partos em meninas de 15 a 19 anos foi de 289.093 e em

meninas de 10 a 14 anos foi de 13.932, segundo o DataSUS. Esses dados mostram que o Brasil enfrenta um alto índice de casos de gravidez na adolescência. Além de gerar riscos à saúde da mãe pela pouca idade, ainda, pode gerar prejuízo na educação, danos na condição social e marcas psicológicas que serão levadas para o resto da vida. Por isso, a educação em saúde deve atuar como forma de prevenir a gravidez, podendo ser promovida através de palestras educativas nas escolas tendo como temas as mudanças hormonais após a menarca, educação sexual e reprodutiva, desenvolvendo o amadurecimento e consciência sobre a própria saúde, assim, preparando os jovens para a vida. Considerações finais: Diante do exposto, evidencia-se que a educação em saúde desempenha papel indispensável na prevenção da gravidez na adolescência, uma vez que possibilita o acesso a informações confiáveis e promove o diálogo aberto. Os elevados índices de gestações nessa faixa etária reforçam a necessidade de estratégias permanentes, especialmente no ambiente escolar, onde há maior possibilidade de alcance. Assim, investir na educação dos jovens contribui significativamente para melhoria da saúde pública, promovendo a construção de um futuro mais saudável e consciente.

PALAVRAS-CHAVE: Gravidez na adolescência, Educação em saúde, Prevenção.

A Autonomia do Idoso no Contexto Familiar Contemporâneo

Gabriela Aparecida de Oliveira Dias, Nayane Alana dos Reis Schmitt, Gabriela Cristiane de Oliveira de Quadros, Cristian Douglas Antes; Susana Ferrari Loureiro

RESUMO: O aumento da longevidade mundial representa uma das maiores conquistas da sociedade, resultado dos avanços na prevenção e no tratamento de doenças, bem como da redução da mortalidade. Entretanto, junto aos benefícios, surgem desafios relacionados à fragilidade, à dependência funcional e à perda de autonomia de muitos idosos no cotidiano. Analisar os fatores que comprometem a independência do idoso e discutir a importância da família na preservação da autonomia. Trata-se de uma revisão bibliográfica fundamentada em artigos da SciELO, com foco em publicações científicas recentes. A população idosa é o grupo etário que mais cresce no mundo, impactando diretamente as políticas públicas e exigindo novas estratégias de cuidado. Na velhice, lidar com perdas físicas, emocionais e sociais torna-se um dos maiores desafios. Situações como aposentadoria, declínio do papel social, doenças crônicas, dificuldades financeiras e superproteção familiar podem restringir o idoso, impedindo-o de realizar tarefas e tomar decisões. Por outro lado, o abandono familiar ou a institucionalização em casas de repouso intensificam sentimentos de solidão e incapacidade. A família, portanto, exerce função

central na preservação da autonomia, devendo compreender que o envelhecimento não deve ser visto apenas como fase de perda, mas como processo em que o idoso pode e deve manter suas atividades, respeitando seus limites naturais. A família é parte essencial da assistência em saúde em todas as etapas do ciclo vital. No entanto, a autonomia do idoso em algumas famílias ela é estimulada, enquanto em outras é restringida, resultando até em formas de violência velada. Negar o direito de decisão ao idoso pode acarretar depressão, isolamento social e queda na qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia pessoal; Pessoa idosa; Família.

Trichomonas vaginalis: diagnóstico e tratamento

Bárbara de Souza Nunes; Cesar Gilmar Trojahn Filho

RESUMO: O *Trichomonas vaginalis* é um protozoário flagelado, causador da Tricomoníase, uma das infecções sexualmente transmissíveis não virais mais prevalentes em âmbito mundial, responsável por cerca de 270 milhões de casos a cada ano. O objetivo deste estudo é avaliar as formas de diagnóstico da infecção, e as formas de tratamento, devido à grande resistência que o protozoário possui com relação a certos antibióticos. As pesquisas sobre este tema foram realizadas através de buscas no Google Acadêmico e PUBMED, utilizando como critério artigos em português e inglês, com publicações de 2010 a 2025, e com descritores: diagnóstico laboratorial, resistência, tratamento, *Trichomonas vaginalis*. O critério de inclusão para a escolha dos estudos analisados foi: estudos de literatura que abordassem as formas de diagnóstico e tratamento do *T. vaginalis*. Em homens, a infecção sintomática apresenta uretrite, secreção uretral, disúria e ardência após a ejaculação. Por serem muitas vezes assintomáticos, os homens acabam transmitindo o protozoário gradualmente, aumentando cada vez mais o número de casos de tricomoníase. Em mulheres, o parasita infecta principalmente a região vaginal, podendo atingir a uretra e o cérvix, causando

sintomas como corrimento abundante e fétido de cor amarelada ou esverdeada, disúria, inflamação cervical e, em casos mais graves, pode evoluir para doença inflamatória pélvica (DIP). O diagnóstico microscópico, através de amostra de secreção vaginal, é o mais comum método realizado, pois possibilita a observação do protozoário por meio de sua morfologia e motilidade. Porém, mesmo sendo a forma de diagnóstico mais comum, a microscopia ainda possui baixa sensibilidade, quando comparada a métodos de diagnóstico moleculares. O meio de Diamond para cultura do protozoário garante uma maior especificidade de diagnóstico, contudo, pode atrasar os resultados em uma semana. O PCR possui uma sensibilidade analítica imensamente maior do que os outros métodos de diagnóstico, já que utiliza sequência de primers e sondas de nucleotídeos exclusivas do organismo alvo. No tratamento, os principais antibióticos utilizados são o metronidazol e o tinidazol, com taxas de cura elevadas. No entanto, os casos de resistência são frequentes, representando de 4% a 10% dos casos de tricomoníase, que ocorrem principalmente devido a reinfecções e abandono do tratamento. Nesses casos, podem ser administradas maiores doses de metronidazol, o que pode gerar cronificação da infecção. Dessa forma, conclui-se que o diagnóstico rápido e preciso é fundamental para o controle da infecção, assim como o tratamento adequado é essencial para a redução da resistência do protozoário.

PALAVRAS-CHAVE: diagnóstico laboratorial, resistência, tratamento, *Trichomonas vaginalis*.

GT4

Educação, Linguagem, Cultura e Direitos Humanos

O GT4 reúne produções científicas que dialogam com a centralidade da educação, da linguagem, da cultura e dos direitos humanos na construção de uma sociedade democrática, plural e inclusiva. Os trabalhos aqui apresentados evidenciam como as desigualdades estruturais, os conflitos sociais, as transformações culturais e os desafios jurídicos impactam diretamente a efetivação da dignidade humana, exigindo do Estado e da sociedade respostas articuladas, interdisciplinares e comprometidas com a justiça social.

No campo dos direitos humanos e da proteção das vulnerabilidades, destacam-se as pesquisas sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, a violência vicária contra a mulher, a violência social na infância e adolescência e os impactos das desigualdades sociais sobre comunidades vulneráveis em contextos ambientais. Esses estudos evidenciam como práticas estruturais de violência, exploração e exclusão atingem, sobretudo, mulheres, crianças, adolescentes, populações empobrecidas e grupos historicamente marginalizados, revelando a necessidade de políticas públicas eficazes, educação em direitos humanos, redes intersetoriais de proteção e atuação firme do Estado no combate às violações de direitos fundamentais.

Na dimensão educacional e social, os trabalhos sobre o direi-

to à educação, a evasão escolar no Brasil e seus impactos sociais demonstram que o acesso e a permanência na escola permanecem profundamente atravessados pela pobreza, pela desigualdade social, pela falta de investimentos públicos e pela precarização das políticas educacionais. A evasão escolar é apresentada não apenas como um problema pedagógico, mas como uma violação direta de direitos fundamentais, com reflexos severos na inserção no mercado de trabalho, na renda, na cidadania e na reprodução das desigualdades sociais.

O GT4 também aborda temas centrais do Direito das Famílias, do Trabalho e dos Direitos Humanos contemporâneos, como o reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas, a dignidade do migrante no mercado de trabalho, a proteção da família anaparental, a guarda compartilhada, o racismo estrutural enfrentado por mulheres pretas no trabalho e os limites da atuação patronal na revista de pertences de empregados. Em conjunto, os trabalhos reforçam que educação, cultura e direitos humanos são indissociáveis, e que a produção científica aqui reunida reafirma o papel transformador do conhecimento na promoção da igualdade, da diversidade, da justiça social e da efetivação da dignidade da pessoa humana.

O tráfico humano de pessoas: a exploração sexual e o combate ao tráfico

Victória Marilene Kempfer de Mattos; Julia Colussi

RESUMO: O presente resumo trata do tráfico humano para fins de exploração sexual e dos desafios enfrentados em seu combate. Este crime grave envolve o recrutamento, transporte e exploração de pessoas, principalmente mulheres e adolescentes em situação de vulnerabilidade, por meio de ameaças, violência ou engano. A pesquisa busca responder: qual a responsabilidade do Estado brasileiro no combate ao tráfico humano de pessoas? O objetivo da pesquisa busca analisar a responsabilidade do Estado no combate ao tráfico, visto que o crime continua nos dias atuais. O tráfico humano fere gravemente os direitos humanos, destruindo a dignidade das vítimas. Muitas vezes, elas são atraídas por falsas promessas de emprego ou melhoria de vida e acabam forçadas à prostituição. Os aliciadores, também chamados de gatos, costumam ser pessoas próximas das vítimas, o que aumenta a eficácia das abordagens fraudulentas. Entre os meios mais utilizados para praticar o crime, destacam-se: fraude (50,69%), com falsas promessas de trabalho ou estudo; abuso de situação de vulnerabilidade (22,91%), em que exploradores se aproveitam da pobreza, desemprego e violência; e grave ameaça (4,16%), com o uso direto de coerção e intimidação, inclusive contra familiares. A

maioria das vítimas apresenta perfil socioeconômico fragilizado: baixa escolaridade, situação de pobreza, e em sua grande maioria são negras, o que pode-se refletir questões estruturais como o racismo, desigualdade social e falta de acesso a direitos considerados básicos. Dessa forma, o combate ao tráfico é dificultado pela atuação de redes criminosas organizadas, que operam clandestinamente e utilizam documentos falsos e estratégias de ocultação, dificultando assim, a atuação efetiva dos órgãos fiscalizadores. Embora existam leis nacionais e tratados internacionais que criminalizam essa prática, a aplicação efetiva dessas normas ainda é limitada. A complexidade do enfrentamento está ligada a fatores sociais, culturais, econômicos e institucionais, que exigem ações articuladas entre governos, instituições e sociedade civil. Mais do que uma questão de segurança pública, trata-se de uma luta por justiça social e proteção dos direitos humanos. Conclui-se que o enfrentamento ao tráfico humano demanda sensibilidade, comprometimento e políticas públicas eficazes, sendo, fundamental enxergar as vítimas como pessoas que necessitam de apoio e re-inserção social. O método de abordagem adotado é o dedutivo, o método de procedimento o monográfico e a técnica de pesquisa adotada é a documentação indireta.

PALAVRAS-CHAVE: Combate; Exploração Sexual; Tráfico.

Direito funerário e a responsabilidade civil sobre o serviço prestado

Eduardo Gunnar Machado dos Santos; Carina Lopes de Souza

RESUMO: O Direito Funerário é um ramo do Direito que trata dos aspectos legais relacionados à morte, incluindo os direitos e responsabilidades das partes envolvidas na organização e realização de serviços funerários. Essa área abrange uma variedade de questões, desde a regulamentação do processo de velório, a preparação para a cerimônia, o sepultamento e a cremação, até a proteção dos direitos dos familiares e herdeiros. Em muitos casos, existem leis específicas que regem os serviços funerários, visando garantir práticas seguras. Isso inclui requisitos para o licenciamento de empresas funerárias e normas ambientais aplicáveis ao manejo de restos mortais. Porém, as leis que regulamentam e asseguram os direitos dos familiares do falecido ainda são brandas e pouco debatidas no meio jurídico (Santos, 2022). Uma questão importante dentro do Direito Funerário é a responsabilidade civil pelos serviços prestados. Nessa perspectiva, questiona-se: empresas funerárias ou profissionais do setor podem ser responsabilizados civilmente por negligência ou má conduta durante a prestação de serviços funerários? O objetivo desta pesquisa consiste em analisar a possibilidade de responsabilização civil de empresas e profissionais da área pela prestação inadequada desses serviços.

Para tanto, será empregado o método de abordagem dedutivo, combinado com pesquisa bibliográfica. Na prestação de serviços funerários, podem ocorrer casos de embalsamamento inadequado, tratamento desrespeitoso dos restos mortais, atrasos na execução de serviços ou outras condutas que resultem em danos ou sofrimento para os familiares enlutados. A responsabilidade civil nesses casos é avaliada com base nos padrões profissionais aceitos e nas leis locais aplicáveis. Assim, as partes prejudicadas podem buscar compensação por danos materiais e morais por meio de ações judiciais cíveis (Silva, 2013). Os serviços prestados por empresas funerárias decorrem de contrato, o que garante direitos ao consumidor, tratando-se de contratos com obrigação de resultado. Dessa forma, espera-se que o serviço seja prestado com qualidade, sendo possível a responsabilização das empresas diante de eventuais danos causados aos familiares enlutados. Nesses contratos, devem constar as cláusulas acordadas entre o responsável legal pelo falecido e a empresa funerária escolhida, incluindo todos os itens físicos e serviços contratados, como caixões, flores, velas, embalsamamento, higienização, jardinagem, entre outros. Tais serviços devem ser prestados de forma digna, com o cumprimento integral das obrigações assumidas. Nesse sentido, o artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor estabelece que o fornecedor de serviços responde pela reparação de danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação de seus serviços.

PALAVRAS-CHAVE: Danos Materiais; Danos Morais; Familiares; Responsabilidade Civil; Serviços Funerários.

Prints de Whatsapp como prova: desafios e requisitos de validade no processo civil

Ramiro Krug Oliveira; Welington Alex Braganholi; Kétissia Santos Muniz;
Carina Lopes de Souza

RESUMO: Este resumo dedica atenção ao tema do valor probatório de prints de WhatsApp no âmbito do processo civil. A crescente digitalização das interações sociais e comerciais traz novos e complexos desafios para a produção de provas. A utilização de “prints” (capturas de tela) de diálogos do WhatsApp como meio de prova é o principal exemplo dessa situação, exigindo uma análise criteriosa acerca do seu valor probatório. Nesse sentido, questiona-se: qual o valor probatório de prints de WhatsApp no âmbito do processo civil? O objetivo é justamente analisar o valor probatório de prints de WhatsApp na óptica do direito processual civil. Para desenvolver a pesquisa, utiliza-se o método de abordagem dedutivo e o método de procedimento bibliográfico. O artigo 369 do Código de Processo Civil (CPC) estabelece o princípio da atipicidade dos meios de prova, autorizando o uso de todos os meios legais e moralmente aceitáveis, incluindo os eletrônicos, para comprovar fatos (Brasil, 2015). No ponto, os prints são, a princípio, aceitáveis. Apesar de sua admissibilidade inicial, a jurisprudência evoluiu para exigir cautela. Os prints possuem uma fragilidade intrínseca devido à extrema facilidade

de manipulação digital (alteração de conteúdo, datas ou horários). Essa vulnerabilidade confere à prova uma presunção relativa de veracidade, tornando-a suscetível a forte impugnação pela adversidade. Quando a autenticidade é posta em dúvida, o ônus de provar a integridade recai sobre quem a produziu. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem sido enfático ao exigir metodologia adequada na obtenção da prova digital. A simples captura de tela, sem mecanismos de certificação, pode ter sua validade anulada (Brasil, 2024). É fundamental que o processo de coleta observe as diretrizes técnicas para a cadeia de custódia, conforme estabelece a NBR ISO/IEC 27037 de 2013 da ABNT, que orienta a correta identificação, coleta e preservação da evidência digital. O Judiciário busca, assim, garantir que o material apresentado não foi modificado. Para garantir a robustez e a eficácia probatória dos prints de WhatsApp, a prática jurídica sugere a utilização de métodos que atestam sua integridade de forma incontestável como a ata notarial e a perícia técnica forense (ABNT, 2013). Em suma, a validade jurídica da prova obtida via print de WhatsApp está diretamente vinculada à confiabilidade técnica empregada na sua coleta e preservação. Assim, a ata notarial ou a perícia técnica são os instrumentos importantes para conferir valor probatório sólido à evidência digital.

PALAVRAS-CHAVE: Código de Processo Civil. Provas Digitais, Prints de WhatsApp.

Os desafios do Direito Internacional diante do avanço tecnológico: o uso de inteligência artificial em conflitos armados

Camila Caroline Amann; Carina Lopes

RESUMO: O Direito Internacional é responsável por organizar as relações entre países e promover cooperação em áreas como paz, comércio, meio ambiente e direitos humanos. Para isso, são criados tratados e convenções internacionais, que funcionam como acordos entre os Estados. Esses instrumentos são fundamentais para garantir regras comuns e resolver conflitos de forma pacífica. No entanto, apesar de sua importância, enfrentam desafios que dificultam sua aplicação prática e efetiva. Nesse contexto, busca-se investigar: como o Direito Internacional pode garantir a efetividade e a uniformidade na aplicação de suas normas em diferentes Estados frente aos avanços tecnológicos, especialmente quanto ao uso da inteligência artificial em conflitos armados? O objetivo desta pesquisa é analisar os contornos da aplicação das normas de Direito Internacional nos diferentes Estados diante dos avanços tecnológicos, sobretudo quanto ao uso da inteligência artificial em conflitos armados. Para conduzir esta pesquisa, adotar-se-á o método de abordagem dedutivo combinado com a pesquisa bibliográfica. No cenário internacional, conforme explica Rezek (2022), os tratados só funcionam bem quando os países realmen-

te querem respeitá-los, o que nem sempre acontece. Um desafio importante é a diversidade entre os países. Cada Estado tem sua própria cultura, sistema jurídico e interesses políticos e econômicos. Isso torna difícil criar regras que funcionem igualmente para todos. Muitas vezes, os tratados acabam sendo vagos ou abertos a várias interpretações. Mazzuoli (2023) destaca que essa diferença entre os países dificulta a aplicação uniforme das normas internacionais e pode gerar conflitos sobre o que foi realmente acordado. Além dos tratados, o costume internacional também é uma fonte importante do Direito Internacional. E esse costume não precisa ser seguido da mesma forma por todos os países. Ele pode ser regionalizado, ou seja, permite maior flexibilidade e respeito às particularidades locais, mas também podem gerar dúvidas sobre sua validade em contextos mais amplos. Daí surge uma questão crucial que desafia o Direito Internacional Humanitário: o uso da inteligência artificial em conflitos armados. Sistemas autônomos, como drones e armas inteligentes, levantam questões éticas e jurídicas sobre responsabilidade, proporcionalidade e proteção de civis. O Direito Internacional Humanitário, que busca limitar os efeitos da guerra, ainda não possui regras claras para lidar com tecnologias que tomam decisões sem intervenção humana. Bobbio (2004) já alertava que o sistema internacional precisa ser mais ágil e adaptável e isso se torna urgente diante da rápida evolução da inteligência artificial.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Internacional; Direito Humanitário; Diversidade; Inteligência Artificial; Tratados.

O sistema da persuasão racional no Código de Processo Civil de 2015: desafios e perspectivas na valoração das provas

Bruna Cristina de Freitas Kamiski; Franciele Cadore Moreira; Marilene Vogelmann Meira; Carina Lopes de Souza

RESUMO: A valoração da prova refere-se, em sua essência, ao juízo que o magistrado realiza sobre os elementos probatórios apresentados no processo, sem, contudo, se afastar dos parâmetros legais. A axiologia sustenta que os valores pessoais do julgador influenciam sua interpretação; ou seja, a prova pode ter maior ou menor valor conforme sua relevância, coerência e compatibilidade com os fatos, mas seus efeitos devem ser controlados pela racionalidade jurídica, conforme os parâmetros definidos pelo Código de Processo Civil. Nesse sentido, elencou-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: de que maneira o sistema da persuasão racional, adotado pelo Código de Processo Civil de 2015, assegura a objetividade e a segurança jurídica na valoração das provas pelo magistrado, diante das influências subjetivas e das lacunas existentes nos critérios legais de apreciação probatória? Assim, o objetivo geral é analisar de que o mencionado sistema contribui para a objetividade e a segurança jurídica na valoração das provas pelo magistrado. Para realizar a pesquisa utilizou-se o método de abordagem dedutivo, combinado com o

método de procedimento bibliográfico, a partir da pesquisa em artigos, livros e legislações. Destaca-se, que a valoração da prova está fundamentada em três sistemas principais: critério legal, livre convicção e persuasão racional. No primeiro, o magistrado está vinculado a regras legais que atribuem valor fixo a determinados meios de prova, como a confissão, que possui valor absoluto. Trata-se de um modelo considerado superado na esfera processual civil. O segundo sistema permite ao juiz decidir livremente, sem necessidade de embasamento legal, sendo, portanto, incabível no processo civil e aplicado especialmente no tribunal do júri. Por fim, a persuasão racional, consagrada pelo Código de Processo Civil de 2015, confere ao juiz a liberdade para valorar as provas, desde que fundamente sua decisão de forma clara e racional. É o sistema mais coeso na esfera civil, o que justifica seu uso nas decisões judiciais. Embora o sistema atual busque evitar decisões arbitrárias e promover maior segurança jurídica, diversos autores apontam que ainda existem lacunas legislativas e incertezas quanto aos critérios objetivos de valoração. Houve um avanço significativo ao longo do tempo; todavia, a doutrina contemporânea destaca a necessidade de maior uniformidade e racionalidade na aplicação das provas, especialmente em casos complexos ou com conteúdo contraditório. Assim, os critérios de valoração da prova ainda têm um caminho evolutivo a percorrer.

PALAVRAS-CHAVE: Código de Processo Civil; Prova; Racionalidade; Valoração.

Mulheres pretas e o racismo no mercado de trabalho

Grazielli Karine Dos Santos; Luciléia Izabel Ferreira Jacques; Joline Picini Cervi

RESUMO: Mulheres pretas ocupam um espaço pequeno no mundo do trabalho, trabalhando por muitas vezes mais do que as pessoas brancas e ainda em pleno século XXI, seguem ganhando menos, por conta disso a maioria delas acaba em empregos como domésticas, babás, serventes e auxiliares. Quais fatores estruturais e jurídicos explicam a persistência da desigualdade no acesso e na valorização da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro? Tem-se como objetivo analisar os fatores estruturais e jurídicos que contribuem para a desigualdade enfrentada pela mulher negra no mercado de trabalho no Brasil. Durante o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se o método descritivo-dedutivo, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Andrade (2022), discorre em sua obra, sobre as duras realidades enfrentadas pelas mulheres negras que atuam como empregadas domésticas no Brasil. A autora destaca que, apesar de ser uma atividade essencial, esse trabalho é historicamente desvalorizado e marcado por heranças de exploração e desigualdade. Outrossim, aduz que racismo e machismo andam juntos e tornam a vida da mulher preta no trabalho doméstico muito mais difícil. Além disso, no mercado de trabalho, apenas 52% das mulheres pretas estão

incluídas, uma diferença de 2% para mulheres brancas e de até 23% para os homens. No nosso país as mulheres são maioria e as pretas representam 28% do total, a verdade é que as mulheres como um todo, ainda continuam com pouco espaço em relação aos homens na sociedade, e quando a cor é considerada isso fica ainda mais evidente segundo agência Brasil IPEA 2024. O racismo continua sendo uma questão urgente a ser enfrentada, especialmente no que diz respeito à valorização das mulheres negras. A cor da pele jamais deve ser utilizada como critério para julgar a capacidade profissional, o desempenho no trabalho ou o nível de inteligência de uma pessoa. Tem-se que a trajetória da mulher preta no mercado de trabalho, principalmente no brasileiro, é marcada por profundas desigualdades, que são o reflexo de uma estrutura social e histórica de racismo e machismo. Conclui-se que é fundamental que a sociedade e as instituições reconheçam a urgência de debater e implementar políticas públicas eficazes na valorização da mulher negra no mercado de trabalho, que ultrapassem a simples inclusão e promovam oportunidades equitativas, desenvolvimento profissional e remuneração justa.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho; mulheres pretas; racismo.

A essencialidade do direito internacional na estruturação de normas de trânsito no cenário global

Micheli Anhaia Schuster; Carina Lopes de Souza

RESUMO: Este resumo aborda a essencialidade do Direito Internacional na estruturação de normas de trânsito no cenário global. Nesse sentido, destaca-se que a Convenção de Viena de 1968 estabeleceu normas para o reconhecimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) brasileira em outros países. Com base nesse tratado, motoristas brasileiros podem utilizar a Permissão Internacional para Dirigir (PID), em diversos países signatários. Essa é a realidade cada vez mais frequente em razão da globalização, do turismo e das relações comerciais. Nesse contexto, investiga-se: como o Direito Internacional estrutura o processo de utilização da CNH brasileira em outros Estados? O presente estudo tem por objetivo analisar como o Direito Internacional estrutura no processo de utilização da CNH brasileira em outros Estados, identificando as exigências para que motoristas habilitados no Brasil possam conduzir veículos em outros países. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de abordagem dedutiva. Foram analisados tratados internacionais, legislações brasileiras, o Código de Trânsito Brasileiro, além de resoluções do Conselho Nacional de

Trânsito. A Convenção de Viena sobre Trânsito Viário, ratificada pelo Brasil, estabeleceu normas para o reconhecimento recíproco das habilitações nacionais, possibilitando que motoristas brasileiros utilizem a PID em diversos países signatários. Essa permissão é emitida a partir da CNH válida, e tem validade de 03 anos, sendo exigida principalmente em viagens de turismo ou trabalho temporário. Nos países do Mercosul, em razão de acordos regionais, a CNH brasileira é aceita sem necessidade da PID, desde que acompanhada de documento de identidade válido com emissão menor que de 10 anos do tempo atual. Em contrapartida, países não signatários exigem a emissão de carteira de habilitação local após determinado período de estadia. Assim, o Direito Internacional influencia diretamente no reconhecimento e validade da CNH fora do Brasil, equilibrando soberania nacional e cooperação jurídica internacional. Entretanto, mesmo possuindo a PID, há países que somente permitem a condução de veículos para habilitações expedidas originárias em seu território, ou após a realização de testes práticos de volante em seu país. Conclui-se que a atuação do Direito Internacional é indispensável para garantir segurança e uniformidade no trânsito internacional. A CNH brasileira, embora válida em território nacional, encontra limites no exterior, dependendo de tratados multilaterais e acordos bilaterais. A exigência da PID ou da habilitação local reforça a necessidade de cooperação entre países para assegurar tanto a mobilidade quanto a segurança dos condutores e da coletividade.

PALAVRAS-CHAVE: Código de Trânsito Brasileiro; Direito Internacional; Habilitação.

Contrato de trabalho e suas modalidades

Michael Langaro; Virgínia Icle

RESUMO: O contrato de trabalho é o instrumento jurídico que formaliza a relação entre empregado e empregador, caracterizando-se por subordinação, pessoalidade, habitualidade e onerosidade. Seu objetivo é estabelecer direitos e deveres recíprocos, sendo a base da relação trabalhista. Este estudo tem como propósito analisar as modalidades contratuais previstas na legislação brasileira, destacando sua aplicação prática. A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica e análise normativa. O contrato por prazo indeterminado é a forma predominante, conferindo maior estabilidade ao trabalhador e segurança jurídica à relação de emprego. Já o contrato por prazo determinado, regulado pelos arts. 443 e 445 da CLT, é admitido em hipóteses específicas e possui limite de até dois anos. Dentro dessa categoria, o contrato de experiência se destaca por avaliar a adaptação do empregado à função, com prazo máximo de 90 dias. O contrato temporário, disciplinado pela Lei 6.019/1974, visa atender substituições transitórias ou demandas extraordinárias de serviços, sendo intermediado por empresa especializada. A Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) inovou ao regulamentar o contrato intermitente, permitindo a prestação descontínua de serviços, com remuneração proporcional ao período trabalhado. Constatou-se que cada modalidade contratual atende finalidades específicas, buscando

coniliar a flexibilidade necessária às empresas com a proteção social ao trabalhador. Conclui-se, portanto, que a diversidade de contratos reflete a adaptação do Direito do Trabalho às transformações do mercado, sem afastar princípios fundamentais como a primazia da realidade e a proteção ao empregado.

PALAVRAS-CHAVE: Contrato; Empregado; Modalidades; Trabalho; Vínculo.

Uberização do trabalho e os desafios jurídicos no Brasil

Matheus Schneider Aldebrand; Andreia de Arruda Machado; Maiara Balista;
Virginia Icle

RESUMO: A chamada “uberização do trabalho” representa uma das transformações mais marcantes do mercado laboral contemporâneo. Trata-se de um modelo de prestação de serviços mediado por plataformas digitais, como Uber, iFood, Rappi e 99, caracterizado pela autonomia aparente do trabalhador, flexibilização dos horários e ausência de vínculo empregatício formal. Esse fenômeno tem gerado intensos debates jurídicos e sociais. O objetivo deste estudo é analisar os impactos da uberização nas relações de trabalho e a forma como o Judiciário brasileiro tem enfrentado essa questão. A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise bibliográfica e jurisprudencial, com base na doutrina trabalhista e nas recentes decisões do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, do Tribunal Superior do Trabalho e, especialmente, no julgamento em curso no Supremo Tribunal Federal (STF). A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) define vínculo empregatício nos artigos 2º e 3º, exigindo pessoalidade, onerosidade, subordinação e não eventualidade. Entretanto, a chamada “subordinação algorítmica”, exercida por sistemas digitais sem supervisão humana direta, desafia esse conceito clássico. Verifi-

cou-se que o TRT-3 reconheceu vínculo entre motoristas e plataformas, destacando a ausência de autonomia real. Já o TST possui decisões em sentido contrário, entendendo pela autonomia dos trabalhadores. Essa divergência levou o STF a julgar os casos RE 1446336 (Uber) e RCL 64018 (Rappi), ambos com repercussão geral. Nas sustentações orais, as plataformas alegaram que são meras intermediadoras tecnológicas, enquanto os representantes dos trabalhadores denunciaram precarização e ausência de direitos básicos. A Advocacia-Geral da União defendeu a necessidade de uma proteção mínima, como contribuição previdenciária e acesso a direitos sociais. Conclui-se que a uberização, embora ofereça flexibilidade, tem intensificado a precarização das relações laborais, afastando os trabalhadores das garantias previstas na CLT. Esse modelo revela um descompasso entre a realidade social e a legislação trabalhista, cuja finalidade é proteger a parte hipossuficiente da relação. Assim, mostra-se fundamental a criação de regulamentação específica que concilie inovação tecnológica com a preservação de direitos básicos, como segurança, remuneração justa e proteção social. O julgamento do STF será decisivo para definir os rumos do trabalho por plataformas digitais no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Algoritmos; Plataformização; Precarização; STF; Uberização.

O reconhecimento jurídico das uniões estáveis homoafetivas e suas repercussões legais

Maiara Balista; Andreia de Arruda Machado; Carina Lopes de Souza

RESUMO: O presente resumo aborda o reconhecimento jurídico da união estável homoafetiva no Brasil e suas repercussões. Destaca-se que este reconhecimento representa um marco significativo no âmbito do Direito das Famílias, especialmente no que se refere à luta pela igualdade. Assim, pretende-se investigar: quais são as repercussões legais do reconhecimento da união estável homoafetiva no Brasil? O objetivo da pesquisa consiste em analisar as repercussões legais do reconhecimento da união estável homoafetiva no Brasil. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), por decisão unânime, reconheceu as uniões homoafetivas como entidades familiares, equiparando a mesma com a uniões heteroafetivas (Brasil, 2011). Esse avanço representa um compromisso com os princípios constitucionais, tais como a dignidade da pessoa humana, a igualdade e a proibição da discriminação, consagrados na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). A decisão possibilitou que casais homoafetivos passassem a usufruir dos mesmos direitos garantidos às uniões estáveis tradicionais, como herança, pensão por morte, adoção e partilha de bens. Essa equiparação representou não apenas um ganho jurídico,

mas também social, ao reforçar a ideia de que a família deve ser reconhecida como núcleo de afeto, independentemente da orientação sexual de seus integrantes (Dias, 2014). A pesquisa acerca do tema, de caráter qualitativo e descritivo, fundamenta-se em análise documental de decisões judiciais, legislação e literatura acadêmica. Os resultados indicam avanços significativos na efetivação de direitos e maior segurança jurídica. Contudo, ainda há desafios, ligados à resistência cultural e ao preconceito, que dificultam a plena aceitação social das famílias homoafetivas. Nesse contexto, percebe-se uma gradual transformação na concepção de família, com crescente valorização da pluralidade e do afeto como fundamentos legítimos. O reconhecimento jurídico da união homoafetiva foi um passo essencial para a inclusão, mas sua plena efetividade demanda a continuidade de políticas públicas, educação em direitos humanos e conscientização social. Conclui-se que a decisão do STF em 2011 representa um marco civilizatório no Brasil, ao reafirmar que dignidade, igualdade e respeito à diversidade devem orientar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Fundamentais; Igualdade; União Estável; União Homoafetiva

Litisconsórcio no Direito Processual Civil: eficácia e limites na garantia do acesso à Justiça

Kimberly Pasqualotto

RESUMO: O litisconsórcio, previsto nos arts. 113 a 118 do Código de Processo Civil de 2015, é um instituto que possibilita a participação de múltiplas partes em um mesmo polo processual, promovendo a economia processual, a uniformidade das decisões e a redução de riscos de julgamentos contraditórios. O problema de pesquisa que orienta este estudo é: “Como o litisconsórcio contribui para a efetividade do acesso à justiça e quais os desafios enfrentados na sua aplicação prática no sistema processual brasileiro?”. O objetivo é analisar as modalidades de litisconsórcio (facultativo, necessário, unitário e simples), destacando suas funções, vantagens e dificuldades na prática forense. A metodologia adotada é bibliográfica, com base em legislações, doutrinas e artigos jurídicos que discutem os impactos do litisconsórcio na eficiência do processo. Os resultados apontam que o litisconsórcio fortalece a garantia do contraditório e da ampla defesa, bem como promove maior racionalidade no sistema judicial, mas ainda enfrenta desafios, como a demora processual causada pela pluralidade de partes e a complexidade da instrução probatória. Conclui-se que a adequada aplicação do litisconsórcio é funda-

mental para a realização da justiça célere e eficaz, exigindo dos operadores do Direito atenção à sua correta configuração conforme os princípios do devido processo legal e da duração razoável do processo.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à Justiça, Código de Processo Civil, Efetividade Processual, Litisconsórcio, Processo Civil.

Fome Zero e Agricultura Sustentável: índice de desenvolvimento sustentável no município de Carazinho/RS

Kariele Gomes da Silva; Daniela Helena Fath; Railon Junior Rodrigues; Joline Picinin Cervi

RESUMO: Apesar dos avanços em diversas áreas sociais, ainda existem importantes problemas que demandam atenção para garantir o bem-estar coletivo, desta forma, buscando o bem da coletividade, este trabalho analisa os indicadores do desenvolvimento sustentável no município de Carazinho/RS, com foco no Objetivo 2 da Agenda 2030: fome zero e agricultura sustentável. Considerando a importância da erradicação da fome e da segurança alimentar para garantir uma vida digna, busca-se compreender, qual é o índice atual do município de Carazinho em relação ao Objetivo 2 da Agenda 2030? O objetivo do estudo é observar os indicadores de desenvolvimento sustentável e avaliar a situação atual de Carazinho/RS quanto à ODS 2. A pesquisa utilizou o método dedutivo, com base em revisão bibliográfica de obras jurídicas, legislações e análise de dados. A alimentação é um direito fundamental previsto no artigo 6o da Constituição Federal de 1988, assim como no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, além de estar garantida pela Lei no 11.346/2006. A ODS 2 visa acabar com a fome até 2030, entretanto, fatores como

a pandemia de COVID-19 e as recentes enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 podem impactar negativamente os resultados, causando atrasos no cumprimento desse prazo. Em Carazinho, o índice relativo ao Objetivo 2 é considerado baixo, situando-se na faixa de 0 a 39,99. Embora exista o COMSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional), não foram identificados projetos atuais voltados à mitigação da fome e ao incentivo da agricultura sustentável no município. Para enfrentar esse cenário, sugere-se maior atuação do governo municipal junto à sociedade, promovendo ações solidárias como programas de cozinha social e hortas sustentáveis. Conclui-se, portanto, com base nos dados analisados sobre a ODS 2 no município de Carazinho, conclui-se que a erradicação da fome até 2030, no cenário atual, é inviável. Para reverter esse quadro, o governo municipal precisa adotar medidas efetivas, com destinação de recursos e implementação de projetos sociais voltados à segurança alimentar e à agricultura sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Agenda 2030; Agricultura Sustentável; Direitos; Erradicação da Fome.

Imigração e Direito Internacional: entre a soberania dos Estados e a proteção dos Direitos Humanos no Brasil

Autor: Felix Rafael Thomas; Coautor: Marcelo Busch; Carina Lopes de Souza

RESUMO: A imigração constitui fenômeno global crescente, com mais de 280 milhões de pessoas vivendo fora de seus países de origem, refletindo em aspectos sociais, econômicos e jurídicos, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2022). No Brasil, em 2024, houve o registro da entrada de 194.331 migrantes, dos quais 94.726 venezuelanos acolhidos pela Operação Acolhida, evidenciando a relevância da questão migratória no país. Nesse sentido, questiona-se: como o Direito Internacional pode conciliar a soberania dos Estados com a proteção dos direitos humanos dos migrantes, diante de políticas migratórias muitas vezes restritivas e discriminatórias? Assim, tal questão revela a tensão entre o poder estatal de controlar fronteiras e o dever de assegurar direitos humanos, como dignidade, igualdade e não discriminação. A presente pesquisa tem por objetivo analisar, de forma crítica, os desafios na efetivação do direito internacional das migrações na realidade brasileira, com base na legislação brasileira e na jurisprudência. No Brasil, a Lei no 13.445/2017 (Lei de Migração) representou um avanço ao superar a visão exclusivamente centrada no controle de fronteiras, adotando abordagem humanitária

pautada na dignidade da pessoa humana conforme o artigo 1o, III, da Constituição Federal de 1988 e na função social (artigo 3o da Lei de Migração). Entretanto, sua efetividade enfrenta entraves significativos. No mesmo sentido, a Resolução Normativa no 126/2017 do Conselho Nacional de Imigração estabelece extensa documentação para concessão de residência temporária, criando entraves ao acesso à regularização migratória e contrariando o princípio da celeridade previsto no artigo 3º da lei de imigração. Também, dados do Observatório da Migração Internacional (OBMigra, 2024) mostram que, enquanto a Região Norte concentra 82,5% dos pedidos de refúgio de venezuelanos, a maior parte da estrutura de processamento está no Sudeste, gerando atrasos e desigualdades regionais. Nesse contexto, a jurisprudência, na Ação Cível Originária 3121 do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu decreto de Roraima que restringia serviços a venezuelanos, afirmando que medidas desse tipo ampliam o sofrimento humano e afrontam direitos fundamentais. Dessa forma, embora o arcabouço jurídico internacional e nacional busque promover governança migratória, ainda persistem desafios na prática. Conclui-se que a soberania estatal deve ser exercida juntamente com a dignidade da pessoa humana, mediante cooperação internacional, políticas inclusivas e atenção à efetividade das normas. O método de abordagem adotado é o hipotético dedutivo, o método de procedimento valer-se-á da documentação indireta e a técnica de pesquisa adotada é a monográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação internacional; Direitos humanos; Direito internacional; Imigração.

Quando a escola é deixada para trás

Bruno de Almeida Rodrigues; Helen Livia Pozza; Gustavo Konrath Kurz;
Joline Cervi

RESUMO: A evasão escolar tem crescido no Brasil de forma significativa, trazendo uma série de problemas, que comprometem não apenas a trajetória individual dos estudantes, mas também o desenvolvimento da sociedade como um todo. Para aqueles que abandonam a escola, enfrentam maiores dificuldades em encontrar um trabalho formal, e acabam restritos a atividades de baixa remuneração. Essa condição impacta diretamente a qualidade de vida do indivíduo, refletindo em limitações, como o acesso à moradia digna, a uma alimentação de qualidade, momentos de lazer e até mesmo à possibilidade de oferecer melhores condições para as suas famílias. Objetivo geral: Evidenciar as consequências da evasão escolar no Brasil, destacando seus impactos na vida do indivíduo, bem como o acesso a melhores condições de vida. Objetivo específico: Apontar possíveis medidas de política públicas capazes de reduzir seus efeitos, especialmente em estudantes de baixa renda. Metodologia: O presente trabalho, analisou as causas da evasão escolar com base em uma pesquisa realizada em sites como INEP, EJA, assim como no livro “Evasão escolar” escrito por Edilson Ribeiro, Resultados e discussões: Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019 a taxa de evasão no ensino médio chegou

a 11%, enquanto no ensino fundamental, essa taxa foi de 1,4%. No caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), os números são ainda mais alarmantes, com uma taxa de evasão que ultrapassa os 35%. Considerações finais: Perante o exposto, conclui-se que a evasão escolar resulta principalmente das desigualdades sociais, presente em nosso País. Para mitigá-la cabe ao Governo Federal direcionar capital que, por intermédio do Ministério da Educação, será revertido na ampliação de sistemas de auxílio financeiro para estudantes de baixa renda, assim como a fiscalização da destinação das verbas públicas.

PALAVRAS CHAVES: Brasil, consequências, evasão escolar.

Guarda compartilhada no Brasil: avanços, limites e desafios práticos

Laraine Lemos Costa; Kimberlly Pasqualotto; Carina Lopes de Souza

RESUMO: A guarda compartilhada, instituída pela Lei nº 11.698/2008 e consolidada pela Lei nº 13.058/2014, representa um marco no direito de família ao redefinir a forma de exercício do poder familiar após a dissolução conjugal. Essa modalidade busca garantir a convivência equilibrada entre filhos e genitores, em consonância com o princípio constitucional do melhor interesse da criança e do adolescente, bem como a diretriz da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Contudo, apesar dos avanços normativos e da evolução jurisprudencial, a aplicação prática da guarda compartilhada continua a enfrentar desafios relevantes, sobretudo diante das peculiaridades das relações familiares contemporâneas. O objetivo geral deste estudo consiste em analisar a evolução jurisprudencial da guarda compartilhada no Brasil, identificando seus avanços, limites e desafios. Como objetivos específicos, busca-se compreender as alterações legislativas que transformam a guarda compartilhada em regra no ordenamento jurídico brasileiro; examinar como a jurisprudência vem consolidando esse instituto; e avaliar os entraves práticos que dificultam sua efetividade na realidade das famílias. Para desenvolver a pesquisa, utiliza-se o método de

abordagem dedutivo combinado com a pesquisa bibliográfica e documental. Foram consultadas legislações pertinentes, como o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente, além de doutrinas de referência no campo do direito de família. A análise documental inclui também a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, que tem desempenhado papel fundamental na interpretação e aplicação das normas relativas à guarda compartilhada. Os resultados obtidos demonstram que a guarda compartilhada se consolidou como regra no sistema jurídico brasileiro, tendo a guarda unilateral caráter excepcional. Essa mudança normativa, somada à consolidação jurisprudencial, promoveu maior equilíbrio na divisão de responsabilidades parentais, reforçando o princípio da coparentalidade e evitando a concentração da autoridade familiar em apenas um dos genitores. No entanto, a prática forense evidencia obstáculos como a má comunicação entre os pais, a distância geográfica, as rotinas divergentes e a utilização do instituto como instrumento de litígio. Esses fatores limitam a plena concretização do modelo e, em alguns casos, podem comprometer o bem-estar da criança, contrariando o objetivo central do instituto. Conclui-se que a guarda compartilhada constitui um avanço importante na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, ao assegurar a convivência equilibrada com ambos os pais ao reforçar a corresponsabilidade parental. Entretanto, sua efetividade depende não apenas da previsão normativa, mas também de condições subjetivas, como o diálogo e a cooperação entre os genitores, e da atuação sensível do Poder Judiciário.

PALAVRAS-CHAVE: Corresponsabilidade Parental; Direito de Família; Guarda Compartilhada; Melhor Interesse da Criança.

Grupo econômico e sua responsabilidade solidária na defesa dos direitos do trabalhador

Camila Caroline Amann; Virginia Icle

RESUMO: A execução trabalhista é a etapa do processo em que o trabalhador busca receber os direitos reconhecidos pela Justiça. Em muitos casos, a empresa contratante não possui recursos suficientes para cumprir a decisão judicial, o que pode comprometer a efetividade de suas atribuições como empregador. Nesse cenário, o conceito de grupo econômico surge como uma ferramenta jurídica essencial para garantir que o trabalhador não fique desamparado. Previsto no artigo 2o, §2o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o grupo econômico é formado por empresas que atuam sob direção, controle ou administração comum, ainda que possuam personalidade jurídica própria. Quando esse vínculo é identificado, todas as empresas envolvidas podem ser responsabilizadas solidariamente pelas obrigações trabalhistas. Segundo Amauri Mascaro Nascimento (2007), essa solidariedade entre empresas protege os direitos do trabalhador, reconhecendo a unidade econômica entre elas. Vólia Bomfim Cassar (2019) reforça que o reconhecimento do grupo econômico é legítimo para evitar que a autonomia empresarial seja usada de forma abusiva, prejudicando os direitos sociais. A jurisprudência tem evoluído

para admitir a inclusão dessas empresas na fase de execução, desde que haja provas da atuação conjunta. Um exemplo prático é o caso julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho em abril de 2024, no qual a Oitava Turma reconheceu grupo econômico entre duas empresas da área educacional. Embora apenas uma delas tivesse vínculo direto com o trabalhador, a outra foi incluída na execução por atuar em conjunto e compartilhar interesses econômicos. Essa decisão garantiu o pagamento das verbas rescisórias ao professor dispensado. Ricardo Pereira de Freitas Guimarães (2020) destaca que a efetividade da execução depende da correta identificação dos responsáveis patrimoniais, e aqueles que atuam em grupo econômico. Dessa forma, o grupo econômico se consolida como um instrumento jurídico indispensável para assegurar que os direitos trabalhistas não sejam apenas reconhecidos, mas também cumpridos. Sua aplicação fortalece os princípios da proteção ao trabalhador e da função social do contrato de trabalho, promovendo justiça e responsabilidade nas relações trabalhistas.

PALAVRAS-CHAVE: Grupo econômico; execução trabalhista; responsabilidade solidária; direito do trabalho.

Fraudes na Saúde Pública: uma análise jurídica à luz da transparência e do controle social

Felix Rafael Thomas; Aline da Rocha Falcão; Fatima Alves Cezar; Julia
Escandiel Colussi

RESUMO: Atualmente, a corrupção e o desvio de verbas públicas comprometem as políticas sociais brasileiras. No setor da saúde, tais práticas afetam serviços essenciais e prejudicam os cidadãos de variadas formas. Logo, essas práticas ilícitas colocam à prova os mecanismos de fiscalização e transparência do Estado, necessitando de maior atenção ao controle social e à efetividade das políticas públicas. Com isso, o presente estudo tem como objetivo analisar a notícia referente à “Operação Descuidado”, conduzida pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, que investigou desvios de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) em nove municípios gaúchos. Dessa maneira, a problemática da pesquisa consiste em analisar: quais os impactos jurídicos e sociais causados por fraudes e quais são os mecanismos de fiscalização e transparência que podem ser aprimorados para prevenir casos semelhantes? Após a pesquisa, a fraude refere-se ao uso indevido de credenciais de servidores públicos para inserir documentos falsos no sistema estadual de saúde, possibilitando o desvio de verbas públicas. Assim, entre os principais desafios enfrentados,

destacaram-se a complexidade na validação das provas digitais, o sigilo judicial que limitou o acesso a informações detalhadas e a dificuldade de utilização dos portais de transparência. Conclui-se que, embora exista um conjunto de normas jurídicas e políticas voltadas à transparência, a constante sofisticação das fraudes demonstra a necessidade de maior integração entre órgãos fiscalizadores, poder público e sociedade. Nesse sentido, é necessário investir em tecnologias de monitoramento e educação fiscal para ampliar a participação social, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e uma sociedade melhor. Nesse sentido, propõem-se o desenvolvimento de uma plataforma digital educativa e de monitoramento dos gastos públicos. Através de um site informativo, interativo e que traduza dados públicos complexos em visualizações intuitivas, com interface simples e compatível com dispositivos móveis. Os dados do site seriam alimentados através da integração automática com os portais oficiais, assegurando a atualização constante. Também, a plataforma incluiria ainda um módulo de validação biométrica para validade a realização de atendimentos e um canal integrado para denúncias. Essa pesquisa foi realizada por meio da disciplina de Direito, Informação e Transparência Pública, visando o desenvolvimento de metodologias ativas que podem vir a serem inseridas nas plataformas oficiais, facilitando, assim, o acesso, conhecimento e monitoramento da população brasileira. O método de abordagem adotado é o hipotético dedutivo, o método de procedimento valer-se-á da documentação indireta e a técnica de pesquisa adotada será a monográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à Informação; Controle Social; Corrupção; Saúde Pública; Transparência.

Fundada suspeita e busca pessoal no Brasil: critérios legais e limites da atuação policial

Felix Rafael Thomas; Julia Escandiel Colussi

RESUMO: Atualmente, a busca pessoal é uma das ferramentas mais utilizadas pelas polícias brasileiras, especialmente em casos que exigem uma ação rápida para prevenir a criminalidade. Esse procedimento que afeta a vida privada, encontra limites na Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 5º, incisos X e XI, que garantem o direito a inviolabilidade da liberdade individual, intimidade e da privacidade. Nesse contexto, a busca pessoal exige a “fundada suspeita”, prevista no artigo 244 do Código de Processo Penal. Contudo, por ser um termo genérico, é objeto de intensos debates doutrinários e jurisprudenciais. Dessa forma, a problemática desta pesquisa consiste em: quais são os critérios que a lei estabelece para a fundada suspeita e quais os limites legais que são considerados basilares para a busca pessoal realizadas pelos agentes públicos? O objetivo é analisar o conceito e os limites da fundada suspeita, destacando critérios que justifiquem a intervenção policial e as consequências legais quando tais requisitos não são respeitados. De acordo com Aury Lopes Jr. fundada suspeita é “uma cláusula genérica, de conteúdo vago, impreciso e indeterminado, que remete à ampla e plena subjetividade (e arbitrariedade) do policial”. A jurisprudência busca

conferir contornos mais objetivos a esse conceito. No julgamento do Habeas Corpus 216.437/DF, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a busca pessoal pode ocorrer quando houver fundada suspeita da posse de elementos que constituam corpo de delito. Já no HC 158.580/BA, o STJ destacou que a fundada suspeita deve ser descrita com a maior precisão possível, analisada de modo objetivo e devidamente justificada pelos indícios e pelas circunstâncias da ocorrência. Observou-se que a fundada suspeita não deve ser confundida com percepções subjetivas ou meros “achismos” do agente, devendo ser sustentadas por indícios concretos, como condutas suspeitas em áreas de alta criminalidade ou denúncias qualificadas. Dessa maneira, a inobservância dos critérios pode resultar em nulidade processual, inutilização de provas e poderá o agente público ser responsabilizado pelo crime de abuso de autoridade, previsto na Lei n. 13.869/2019. O método de abordagem adotado é o dedutivo, o método de procedimento velear-se-á da documentação indireta e a técnica de pesquisa adotada a monográfica. Portanto, a fundada suspeita deverá ser uma ferramenta de equilíbrio entre o combate à criminalidade e a proteção dos direitos fundamentais, sendo necessária a adoção de critérios objetivos, capacitação contínua dos agentes e registros com detalhes nas abordagens.

PALAVRAS-CHAVE: Busca pessoal; Direitos Fundamentais; Fundada Suspeita; Polícia.

Evasão escolar no Brasil: impactos sociais e a responsabilidade estatal

Bruno de Almeida Rodrigues; Helen Livia Pozza; Gustavo Konrath Kurz;
Joline Cervi

RESUMO: A evasão escolar tem apresentado crescimento significativo no Brasil, gerando diversos impactos que comprometem não apenas a trajetória educacional dos estudantes, mas também o desenvolvimento social e econômico do país. Como a evasão escolar no Brasil impacta o direito fundamental à educação previsto na Constituição Federal, e quais são as responsabilidades jurídicas do Estado para garantir o acesso e permanência dos estudantes na escola? Este estudo tem como objetivo evidenciar as consequências da evasão escolar no Brasil, destacando seus impactos na vida dos indivíduos e no contexto social, além de apontar possíveis políticas públicas para reduzir seus efeitos, especialmente entre estudantes de baixa renda. A metodologia utilizada foi dedutiva, partindo da análise de princípios gerais para chegar a conclusões específicas, com base em revisão bibliográfica de obras jurídicas e educacionais. Estudantes que abandonam a escola enfrentam maiores dificuldades para inserção no mercado de trabalho formal, ficando restritos a ocupações de baixa remuneração, o que compromete diretamente a qualidade de vida e a garantia de direitos fundamentais, como moradia digna, ali-

mentação adequada e acesso ao lazer. Esses impactos evidenciam a relação entre evasão escolar e a violação do direito à educação previsto na Constituição Federal, que impõe ao Estado a responsabilidade jurídica de assegurar o acesso e a permanência dos estudantes na escola. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019 a taxa de evasão no ensino médio foi de 11%, enquanto no ensino fundamental ficou em 1,4%, e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) ultrapassou 35%. Esses números alarmantes refletem desigualdades sociais profundas que dificultam o exercício pleno do direito à educação. Diante desse cenário, conclui-se que cabe ao Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, implementar e fiscalizar políticas públicas eficazes, especialmente o aumento dos sistemas de auxílio financeiro e programas de apoio aos estudantes de baixa renda, para garantir a efetivação desse direito constitucional e promover maior justiça social.

PALAVRAS CHAVES: Educação; Evasão Escolar; Desigualdade Social; Políticas Públicas;

Efeitos da flexibilização da terceirização após a reforma trabalhista

Andria Vanessa Nunes dos Santos; Bruna Cristina de Freitas Kaminski; Valéria Puhl; Virgínia Icle

RESUMO: A terceirização amplamente utilizada no contexto brasileiro, consiste na contratação de empresa prestadora de serviço que fornece trabalhadores para atender demandas da empresa tomadora, um modelo organizado de trabalho. Por meio de análise bibliográfica e abordagem dedutiva, a presente pesquisa cinge-se nessa questão. Nessa senda, surge o questionamento: a terceirização representa um avanço na modernização na forma de trabalho ou um risco para trabalhadores e para as empresas? Pretende-se, como objetivo, analisar, diante disso como a terceirização influencia na relação de trabalho entre empresas e trabalhadores, observando ganhos em eficiência, redução de custos, foco na atividade de trabalho e os riscos assumidos pela empresa. O trabalhador tem vantagens nos aspectos de estabilidade, condição de trabalho, remuneração e oportunidade de inserção no mercado. O que antes gerava debates na Justiça do Trabalho quanto à licitude da terceirização em atividades-fim, através da reforma trabalhista de 2017, passou à permissão da prestação a quaisquer atividades, desde que respeitados requisitos formais. Nesse cenário, para Almeida (2019), não se forma vínculo empregatício

direto entre a empresa tomadora e os trabalhadores da prestadora, todavia, não devem estar presentes os requisitos da relação de emprego elencadas no art. 3º da CLT: pessoalidade, subordinação, habitualidade e onerosidade. Ainda, embora, a flexibilização facilita o cenário da contratação, a tomadora deve mitigar os fatos que a coloquem em risco reputacional através de falhas na contratação da prestadora, os cuidados devem contemplar: contrato escrito claro, especificando objeto, prazo e responsabilidades, fiscalização dos comprovantes de pagamento de salários, férias, 13º, FGTS e contribuições previdenciárias, subordinação direta dos trabalhadores terceirizados e garantir condições de saúde e segurança equivalentes aos empregados celetistas. Todo cuidado é motivado para que a tomadora minimize a possibilidade de ser condenada ao pagamento de verbas trabalhistas caso a prestadora não cumpra suas obrigações, se ficar caracterizada a falha de fiscalização ativa. Como resultado final, do ponto de vista trabalhista, a terceirização é atualmente válida e consolidada no ordenamento jurídico, abrangendo qualquer atividade. Contudo, a tomadora assume riscos que podem expô-la subsidiariamente em caso de inadimplemento da prestadora, razão pela qual a fiscalização efetiva do contrato e a observância das normas de saúde e segurança são indispensáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Estabilidade; Modernização; Reforma Trabalhista; Risco.

Direito à educação

Guilherme Neuls Co-autor; Bianca Della Vecchia; João Kempfer; Joline Cervi

RESUMO: A educação é garantida pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205, sendo um pilar fundamental para que a sociedade seja construída de forma justa e democrática. No entanto, apesar de estar consolidado no plano jurídico, quais são os desafios enfrentados para o acesso à educação, levando em consideração as desigualdades sociais? Dessa forma, tem-se como objetivo analisar as desigualdades que dificultam o acesso e a permanência dos alunos nas escolas. No Brasil uma das maiores dificuldades que abrange a educação não é a falta de previsão legal, mais sim no que é vivido diariamente nas escolas, com a falta de inclusão. O direito a educação deve sempre ser de forma inclusiva, equitativa e universal. Uma das maiores dificuldades da educação é a inclusão dentro das escolas, a educação inclusiva se destaca como um direito fundamental de todos os indivíduos, assegurando que cada pessoa, independentemente de suas diferenças físicas, mentais, sociais ou culturais, tenha acesso a um ambiente educacional que promova a valorização da diversidade. Um ponto a destacar importante é que fatores sociais, como a pobreza e a necessidade de trabalho precoce, levam muitos jovens a abandonar a escola, grande falta de investimento na educação é percebida por todos alunos e professores nas escolas públicas e cada vez mais desafiador. Com o Estado cortando verbas es-

sências para o crescimento das escolas públicas e prejudicando de forma direta os alunos nas estruturas escolares, deslocamento e tecnologias para ensino, os alunos se dissipam cada vez mais e abandonando a escola para poderem trabalhar, já que o Estado não tem um plano estratégico para ajuda com os estudos e para melhor qualificação dos professores e valorização por meio de salários melhores. E isso demonstra que a educação não pode ser pensada de forma isolada. Estado deve prover esse direito as pessoas com bolsa de incentivo para diminuir a evasão escolar, o direito à educação não pode ser apenas um ideal jurídico ou um discurso político. Ele deve ser compreendido como condição de dignidade humana e de transformação social.

Direito à dignidade: o migrante no mercado de trabalho brasileiro

Evandro Franco; Lucas Lorenzo Grainer Kuhn; Paulo Ricardo Barroso; Joline Picinin Cervi

RESUMO: O respeito à condição humana é a base do Estado Democrático de Direito e representa um princípio essencial nas relações de trabalho, devendo ser garantido a todos, independentemente da nacionalidade. Contudo, diante do princípio da igualdade perante a lei, como assegurar que migrantes tenham acesso às mesmas condições laborais que os cidadãos nativos? No cenário internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) definem critérios de proteção e igualdade como também oportunidades para trabalhadores migrantes. No cenário Brasileiro, a Constituição Federal de 1988 assegura tais direitos, assim como a lei n 13.445/2017 (Lei da Migração) que delimita tratamento sem distinção entre brasileiros e estrangeiros. O objetivo deste trabalho é investigar se a eficácia das normas jurídicas voltadas à proteção dos migrantes se concretiza nas práticas cotidianas do mercado de trabalho brasileiro. A metodologia utilizada foi dedutiva, com pesquisa bibliográfica e documental, avaliando legislações nacionais e tratados internacionais. A pesquisa mostra que, ainda que a legislação garanta a igualdade de direitos, sur-

gem dificuldades como o alto índice informalidade nas relações laborais, obstáculos de validação de diplomas e preconceito étnico racial. Tais circunstâncias dificultam o acesso do migrante ao mercado de trabalho formal, desrespeitando o princípio fundamental garantido pela constituição, como também em tratados e convenções. Um exemplo claro do exposto é a migração de venezuelanos que apresenta os seguintes dados coletados pela ONU: “A população venezuelana interiorizada no Brasil apresenta grau de informalidade laboral relativamente alto (32,4%), sendo maior entre mulheres (37,3%) do que entre homens (29,4%)” (ONU, 2022). A Organização Internacional do Trabalho dá orientações sobre trabalho decente e combate à discriminação, ajudando na orientação na criação de políticas públicas. Mas, para ser efetivado, é preciso fiscalização constante, coordenação entre órgãos e programas que incluam de fato os migrantes no mercado. Portanto, garantir a dignidade dos trabalhadores migrantes vai além da existência de leis. É fundamental desenvolver políticas públicas eficazes, promover campanhas de conscientização e assegurar o acompanhamento contínuo, para que os direitos já reconhecidos no papel se concretizem na prática.

PALAVRAS-CHAVE: Dignidade, Mercado de trabalho, Migrante.

Desigualdade social e os impactos ambientais sobre comunidades vulneráveis

Elis Regina Pires; Leonardo Luiz Oliveira; William Douglas Lauer; Joline Picinin Cervi

RESUMO: Durante o desenvolvimento deste trabalho serão analisados os principais impactos causados por desastres ambientais, considerando que esses eventos não afetam todas as pessoas da mesma forma. Desta forma, busca-se investigar se os grupos vulneráveis são mais suscetíveis a sofrer consequências negativas sob um dano ambiental? Tem-se como objetivo principal analisar como a desigualdade social influencia a vulnerabilidade das comunidades diante dos impactos ambientais, identificando os principais efeitos sofridos por esses grupos e discutindo a necessidade de políticas públicas que promovam justiça ambiental e proteção aos direitos das populações mais vulneráveis. Este estudo utiliza método dedutivo, baseado em revisão bibliográfica e análise documental. Para responder a essa questão, este trabalho analisa o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho/MG, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, considerado uma das maiores tragédias socioambientais do país. O desastre resultou em 272 mortes, destruição de áreas produtivas, contaminação do rio Paraopeba e graves prejuízos à saúde, economia e estrutura social local (UFSM, 2024). A contaminação do rio prejudicou

o principal sustento dos moradores locais, que viviam da pesca, além de afetar a travessia de canoas (UFMG, 2021). Os resultados indicam que os grupos mais pobres foram os mais afetados, tendo seus meios de subsistência, moradias e familiares diretamente impactados, além de enfrentarem maiores dificuldades na reparação e no acesso à justiça. Conclui-se que a desigualdade social amplifica os efeitos dos desastres ambientais, fazendo com que as comunidades vulneráveis sejam as mais afetadas, tanto em seus meios de subsistência quanto no acesso à reparação e à justiça. Essa situação evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que promovam a justiça ambiental e garantam os direitos fundamentais dessas populações, em conformidade com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial para a dignidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Dano ambiental; Direitos humanos; Desastres naturais; Desigualdade social.

Obrigações de meio e responsabilidade do advogado: um estudo sobre a perda de prazo processual e suas consequências jurídicas

Daniela Helena Fath; Elana Brizolla de Oliveira; e Carina Lopes de Souza

RESUMO: Este resumo busca esclarecer a natureza da obrigação assumida pelo advogado ao aceitar a condução de um processo e comprometer-se com a defesa dos interesses de seu cliente. Nesse contexto, destaca-se que o advogado deve agir com diligência e zelo no acompanhamento processual. No entanto, não são raros os casos de perda de prazos processuais que podem ocasionar consequências jurídicas adversas ao cliente representado. Assim, pretende-se investigar: qual é a natureza da obrigação assumida pelo advogado na condução de um processo e quais são as consequências jurídicas da perda de prazos processuais? O objetivo do resumo é analisar a natureza da obrigação assumida pelo advogado e as consequências jurídicas da perda de prazos processuais. Para desenvolver a pesquisa, utiliza-se o método de abordagem dedutivo e o método de procedimento bibliográfico. De acordo com Gagliano e Filho (2023), a advocacia é caracterizada como uma obrigação de meio, não de resultado. Isso significa que o advogado não garante vitória na causa, mas tem o dever de em-

pregar todos os meios técnicos e processuais disponíveis para a defesa dos interesses de seu cliente. Entre esses deveres, destaca-se a observância rigorosa dos prazos processuais, afinal, o descumprimento de prazo pode comprometer de forma irreversível direitos da parte representada (Tartuce, 2025). Quando ocorre a perda de prazo por negligência, descuido ou desorganização, a falha do advogado pode acarretar responsabilização civil por eventuais danos materiais e morais sofridos pelo cliente. Além disso, o profissional poderá responder disciplinarmente perante a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que zela pela ética no exercício da advocacia. Conforme o art. 15 do Código de Ética, o advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo as causas sob seu patrocínio (CFOAB, 2015). Ademais, são deveres do advogado preservar, em sua conduta, a honra, a nobreza e a dignidade da profissão, zelando pelo caráter de essencialidade e indispensabilidade da advocacia. O advogado deve ainda atuar com honestidade, decoro, veracidade, lealdade, dignidade e boa-fé (CFOAB, 2015). Conclui-se que a falha do advogado em cumprir os prazos processuais é conduta grave, capaz de prejudicar o acesso à justiça e a confiança que lhe foi depositada pelo cliente, podendo ocasionar a extinção de ações e a perda de recursos que comprometem diretamente os direitos do cliente, viabilizando, assim, a responsabilidade civil e disciplinar do profissional. Portanto, é possível processar o advogado, buscando a reparação por danos causados em decorrência da perda de prazo processual.

PALAVRAS-CHAVE: Advocacia; Ética profissional; Obrigação de meio; Perda de prazo; Responsabilidade Civil.

Empresas transacionais: sujeitos invisíveis à luz do Direito Internacional

Bruna Cristina de Freitas Kaminski; Valéria Puhl; Carina Lopes de Souza

RESUMO: Este resumo dedica atenção ao tema das empresas transacionais no âmbito direito internacional. Destaca-se que os sujeitos no Direito Internacional são titulares de direitos e deveres na ordem jurídica global. Em regra, entre esse conjunto de sujeitos estão: os Estados soberanos, os organismos internacionais, as organizações não estatais e os indivíduos. Nessa senda, surge o questionamento: as empresas transacionais são consideradas sujeitos dotados de capacidade jurídica para adquirir direitos e contrair obrigações no plano internacional? Por meio de análise bibliográfica e abordagem dedutiva, a presente pesquisa cinge-se nessa questão. A título de comparação histórica o indivíduo tradicionalmente, não era considerado sujeito. Sua relevância no âmbito internacional o elevou de posição. Paralelo a isso, as empresas transacionais exercem significativo papel, fomentando a economia e estimulando as mais diversas estratégias comerciais. Para Mazzuoli (2021), tais empresas, de alguma forma, participam da sociedade internacional na qualidade de atores das relações internacionais. Atualmente, a doutrina não estabelece diretrizes para essas sociedades mercantis possuírem personalidade jurídica internacional. As discussões sobre o tema, repassam

desde as salas de aula até os mais renomados autores no âmbito internacional, enquanto uns consolidam a invisibilidade de tais empresas como sujeito, outros defendem que esse reconhecimento da personalidade possibilitaria a inclusão no rol de sujeitos internacionais. É correto afirmar que, embora não reconhecidas como sujeitos plenos, têm de fato enorme influência na economia global. Portanto, o reconhecimento de sua personalidade jurídica, não apenas as sujeitariam à ordem jurídica internacional, permitindo responsabilização e propiciando um cenário mais igualitário aos demais sujeitos, mas, também possibilitaria que defendessem seus interesses em jurisdições de forma global.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeitos; Direito Internacional; Empresas Transnacionais.

As novas faces da violência contra a mulher: um olhar jurídico

Elisabete de Oliveira; Júlia Colussi

RESUMO: Nos últimos anos no Brasil, a violência contra a mulher apresentou um aumento significativo. Apesar das violências comumente conhecidas (violência física, sexual, psicológica e moral), com a implementação da Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, ainda há uma nova forma de violência, ainda pouco conhecida. Desta forma, questiona-se: quais os impactos da violência vicária e seus desdobramentos legislativos no Brasil? Conhecida como violência vicária, é uma violência de gênero. Atualmente presenciou-se muitos exemplos revoltantes desta violência. Essa nova forma de violência utiliza-se do filho para atingir a mãe, gerando um intenso sofrimento; geralmente são crianças e adolescentes. A palavra vicário é originária do latim e significa substituto. Representa a agressão indireta no momento em que os filhos passam a sofrer agressões no lugar da mãe, que é, assim, punida de maneira dolorosa e covarde. Segundo a psicóloga argentina Sonia Vaccaro, criadora do conceito: “o que não é nomeado não existe”. Tudo começa pela nomeação: é necessário dar nome a essa violência para que ela tenha visibilidade e, assim, as autoridades passem a direcionar um olhar mais atencioso e cuidadoso. Recentemente, um projeto de Lei nº 3.880/2024, de autoria da de-

putada Laura Carneiro, que busca reformular e incluir no artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) essa nova forma de violência, sendo possível elaborar medidas preventivas com efetividade e segurança. Dessa forma, a violência vicária poderá ser confundida com a alienação parental, o que dificulta a tomada de medidas pelas autoridades competentes, fazendo com que a vítima direta (a mãe) sinta-se insegura para denunciar, com medo de perder a guarda do filho. Assim, o agressor ganha tempo para aperfeiçoar suas torturas psicológicas e praticar seus atos cruéis. Abordar esse tipo de violência, em sua complexidade, necessita de uma equipe capacitada, com assistentes sociais, psicólogas, agentes do direito e da segurança, orientando e efetivando ações de proteção e amparo, além de medidas punitivas, quando necessário, para evitar a propagação de mais essa forma de violência. Portanto, conclui-se que há muito para evoluir nos sistemas de proteção e apoio contra a violência sofrida pela mulher, que deveria estar regredindo e não ampliando as formas de controle e abuso. O método de abordagem adotado é o dedutivo, o método de procedimento é a documentação indireta e a técnica de pesquisa a monográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Filho; Vicário; Trauma

Os meios probatórios atípicos no Direito Processual Civil: o uso de mensagens de Whatsapp como prova

Andreia de Arruda Machado; Carina Lopes de Souza

RESUMO: Este resumo aborda os meios probatórios atípicos no contexto do Direito Processual Civil, em especial, o uso de mensagens trocadas via WhatsApp como meio de prova. Sobre o tema, vale mencionar que as mensagens de WhatsApp se tornaram uma realidade frequente no processo civil brasileiro. Assim, elencou-se como problema de pesquisa a seguinte questão: o uso de mensagens de WhatsApp como prova é admitido no âmbito do Direito Processual Civil? O objetivo da pesquisa é examinar a possibilidade do uso de mensagens de WhatsApp no processo civil. No processo de pesquisa, empregou-se o método de abordagem dedutivo e o método de procedimento bibliográfico. As mensagens de WhatsApp são consideradas provas digitais e enquadraram-se, via de regra, na categoria de prova documental (art. 441 do Código de Processo Civil) (Theodoro Júnior, 2025). Elas são admitidas para demonstrar fatos, comunicações e acordos, desde que sua integridade possa ser comprovada. O principal desafio no uso dessas mensagens é a fragilidade da autenticidade, visto que o conteúdo digital pode ser facilmente manipulado, editado ou forjado. A simples captura de tela (screenshot) é, muitas vezes,

considerada prova fraca e unilateral. Para conferir maior segurança e eficácia probatória às mensagens de WhatsApp, o sistema jurídico brasileiro exige métodos de validação que atestem sua integridade, sendo a ata notarial um dos meios mais seguros. O interessado deve comparecer a um Cartório de Notas e solicitar que o tabelião acesse o dispositivo e registre o conteúdo das conversas (texto, áudios, vídeos, data e hora) em um documento público, conferindo-lhe fé pública (Brasil, 1994). Por fim, ressalta-se que a mensagem raramente é aceita como prova única. O ideal é que ela esteja corroborada por outros elementos probatórios (testemunhas, documentos tradicionais, e-mails, etc.). O entendimento predominante nos tribunais, incluindo o Superior Tribunal de Justiça (STJ), é que a prova obtida por meio de captura de tela de conversas de WhatsApp é aceitável, mas requer complementação ou corroboração por outros elementos ou a formalização via ata notarial para ter seu valor probatório maximizado (Brasil, 2025). Portanto, a prova que não oferece segurança quanto à sua origem e conteúdo pode ser invalidada pelo juiz.

PALAVRAS-CHAVE: Ata Notarial; Processo Civil; Provas; Whatsapp.

A responsabilidade civil nas obrigações de meio: limites, critérios e desafios

Gabriely Barros Kuchnir; Elis Regina Pires; Kaline Pinheiro de Oliveira; Carina Lopes de Souza

RESUMO: A responsabilidade civil nas obrigações de meio se trata de tema que desperta um dos debates mais relevantes no âmbito do Direito das Obrigações, especialmente em razão de sua influência direta na configuração da responsabilidade civil. Considerando essa temática, questiona-se: em que medida o devedor de uma obrigação de meio pode ser responsabilizado pelo insucesso da prestação quando não há garantia de resultado? O objetivo deste resumo consiste em examinar em que medida o devedor de uma obrigação de meio pode ser responsabilizado pelo insucesso da prestação, nas situações em que não há garantia de resultado. A metodologia adotada para o estudo da matéria baseia-se no método de abordagem dedutivo e na pesquisa bibliográfica e documental, considerando as principais contribuições doutrinárias e os precedentes do Superior Tribunal de Justiça, que exerce papel relevante na consolidação do tema. A distinção entre obrigações de meio e de resultado constitui tema central na doutrina e na jurisprudência, uma vez que, nas primeiras, o devedor se compromete a empregar diligência, prudência e técnica adequadas, sem assumir a garantia de alcançar determi-

nado efeito. Assim, a aferição do cumprimento não se pauta no resultado obtido, mas na conduta adotada, o que diferencia esse tipo de obrigação daquelas em que a simples ausência do efeito prometido caracteriza inadimplemento. Exemplos recorrentes de obrigações de meio são verificados em atividades como as exercidas por médicos, advogados e professores, profissões nas quais o êxito depende de fatores externos e, muitas vezes, imprevisíveis, alheios ao controle do prestador. A análise da responsabilidade civil, nesse contexto, exige a verificação de culpa, sendo necessário comprovar eventual descumprimento dos deveres de diligência inerentes à função desempenhada. Os resultados obtidos demonstram que, embora a doutrina apresente critérios objetivos para a distinção entre obrigações de meio e de resultado, a jurisprudência nem sempre revela uniformidade, especialmente em situações de elevada sensibilidade social, como a responsabilidade médica, em que a expectativa do paciente tende a se confundir com a promessa de êxito. Nesse contexto, a previsibilidade dos riscos e a análise da conduta diligente do devedor constituem critérios adequados para orientar a responsabilização, evitando que obrigações de meio sejam equivocadamente tratadas como obrigações de resultado. Conclui-se, portanto, que o equilíbrio entre a proteção do credor e a segurança jurídica do devedor mostra-se essencial para a coerência do sistema obrigacional, assegurando que a responsabilidade civil seja aplicada de forma justa e compatível com os limites da atividade exercida.

PALAVRAS-CHAVE: Diligência; Obrigação de Meio; Responsabilidade; Resultado.

A proteção jurídica da família anaparental e suas repercussões no direito de família

Camila Caroline Amann; Carina Lopes

RESUMO: A família anaparental se constitui sem a presença de pais ou figuras ascendentes, sendo formada por outros parentes, como irmãos, tios e sobrinhos, ou mesmo pessoas sem parentesco, que convivem e se apoiam mutuamente. Esse tipo de família tem se tornado cada vez mais comum no Brasil, mas ainda enfrenta muitos desafios. Mesmo com o avanço das leis que reconhecem diferentes formas de família como, por exemplo, a família monoparental, a família anaparental segue sem uma proteção legal clara e específica. Nessa linha, questiona-se: de que forma o ordenamento jurídico brasileiro pode reconhecer e assegurar proteção legal efetiva à família anaparental, garantindo-lhe os mesmos direitos e amparo conferidos às demais entidades familiares? O objetivo da pesquisa consiste em analisar como a legislação brasileira pode reconhecer e proteger as entidades familiares anaparentais, assegurando-lhes os mesmos direitos e amparo conferidos às demais estruturas familiares. Para desenvolver a pesquisa, utilizar-se-á o método de abordagem dedutivo aliado à pesquisa bibliográfica em livros e periódicos. Inicialmente, destaca-se a falta de regras que garantam à família anaparental os mesmos direitos que outras famílias têm. Isso pode causar difi-

culdades em situações como divisão de bens, pensão, herança e acesso a benefícios. A falta de apoio do governo, como creches, ajuda financeira ou atendimento psicológico, torna tudo ainda mais difícil. Alguns estudiosos do Direito acreditam que é preciso mudar essa situação. Maria Berenice Dias (2023) defende que todas as formas de família devem ser reconhecidas e protegidas pela lei, não importa como são formadas. Flávio Tartuce (2024) propõe que a Constituição seja interpretada de forma mais ampla, para incluir a família anaparental como uma entidade familiar com direitos iguais. Silvio Rodrigues (2022) também afirma que o Direito deve acompanhar as mudanças da sociedade e se adaptar às novas formas de convivência. Sem políticas públicas específicas e sem reconhecimento legal, essas famílias ficam mais vulneráveis. É comum que enfrentem preconceito e tenham mais dificuldade para garantir seus direitos. Por isso, é importante que o governo, os juízes e os estudiosos do Direito trabalhem juntos para mudar essa realidade. A família anaparental merece respeito e proteção, assim como qualquer outra. O Direito de Família deve ser um instrumento para incluir e valorizar todas as formas de amor, cuidado e convivência.

PALAVRAS-CHAVE: Direito de Família; Diversidade Familiar; Família Anaparental; Responsabilidade Parental; Políticas Públicas.

A possibilidade de revista aos bens do empregado por parte do empregador e seus limites

Felipe Martins; José Voss; Darlan Gonçalves; Virginia Icle

RESUMO: O presente resumo aborda a possibilidade de o empregador realizar revistas em pertences e bens do empregado, destacando a diferença entre revista em bens e revista íntima, bem como seus limites. Nesse contexto, questiona-se a legalidade da revista pessoal e a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade diante de possíveis violações à intimidade do trabalhador. A pesquisa utiliza o método de abordagem dedutivo, aliado ao procedimento bibliográfico. No ambiente de trabalho, a revista é instrumento de fiscalização do empregador, que, entretanto, encontra limites nos direitos fundamentais do empregado. Conforme Dallegrave Netto (2008, p. 16), existem três espécies de revistas: a) íntimas sobre a pessoa do empregado; b) íntimas sobre os bens do empregado; e c) não íntimas. A Consolidação das Leis do Trabalho, em seu art. 373-A, VI, proíbe a revista íntima em empregadas e funcionárias, vedação que, com base no princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF), deve ser estendida também aos trabalhadores do sexo masculino. Alexy (1985, p. 78) sustenta que qualquer restrição a direitos fundamentais requer razões fortes e proporcionais, sem

discriminação ou exposição indevida. A principal controvérsia envolve a caracterização da revista meramente visual em bolsas e pertences, considerada pela doutrina e jurisprudência como revista não íntima, e, portanto, manifestação legítima do poder diretivo previsto no art. 2º da CLT. Amauri Mascaro Nascimento destaca que a revista é direito de fiscalização do empregador, mas se torna abusiva quando ultrapassa os limites do respeito e da moderação necessários à sua finalidade. Nesse mesmo sentido, o Tribunal Superior do Trabalho decidiu que “a revista pessoal em bolsas e pertences dos empregados, realizada de forma impessoal, moderada e sem contato físico, não caracteriza dano moral, pois não configura violação à intimidade do trabalhador” (TST,2010). Conclui-se que a revista realizada pelo empregador é legítima enquanto instrumento de fiscalização decorrente do poder diretivo, desde que respeitados os direitos fundamentais do trabalhador. A revista íntima, por implicar contato físico ou exposição do corpo, é prática vedada, enquanto a revista meramente visual, feita de forma impessoal, moderada e sem constrangimento, é admitida pela jurisprudência. Assim, a legalidade da revista depende do respeito aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, garantindo o equilíbrio entre o poder do empregador e a dignidade do trabalhador.

PALAVRAS-CHAVE: Dignidade da pessoa humana; intimidade do trabalhador; revista íntima.

A natureza jurídica das dívidas decorrentes de apostas digitais e sua exigibilidade no âmbito do Direito Civil

Andréa Löser; Carina Lopes de Souza

RESUMO: As apostas esportivas têm crescido significativamente através das plataformas digitais nos últimos anos, provocando reflexões sobre a natureza jurídica da obrigação existente nesses casos. Assim, o presente resumo elencou como problema de pesquisa o seguinte questionamento: a dívida que se origina em apostas junto às plataformas digitais pode ser cobrada judicialmente ou se trata de obrigação natural? O objetivo geral desta pesquisa é analisar a natureza jurídica das dívidas decorrentes de apostas realizadas em plataformas digitais. A pesquisa adota o método de abordagem dedutivo combinado com a pesquisa bibliográfica e documental. Destaca-se que o Código Civil brasileiro, em seu artigo 814, dispõe que as dívidas de jogos e apostas não obrigam ao pagamento. Contudo, a Lei no 13.756/2018 e a Lei no 14.790/2023 criaram regras específicas para as apostas, levantando dúvidas sobre se essas apostas poderiam ser legalmente permitidas ou se poderiam gerar obrigações exigíveis. Ao aprofundar a pesquisa, verificou-se que as apostas esportivas online ainda são tratadas como obrigações naturais, sem possibilidade de cobrança judicial. Ou seja, configuram-se como obrigações

civis imperfeitas. A partir de pesquisas bibliográficas, artigos acadêmicos e da análise da legislação vigente, observa-se que, segundo o Código Civil, as dívidas de jogo são inexigíveis — isto é, quem perde uma aposta não pode ser obrigado judicialmente a pagar. Entretanto, com a promulgação da Lei no 13.756/2018, esse cenário começa a mudar. Nesses casos, a obrigação deixa de ser apenas natural e passa a configurar uma obrigação civil, ou seja, exigível. A Lei no 14.790/2023 reforça essa ideia ao regulamentar o funcionamento das casas de apostas, exigindo sede no Brasil, autorização e fiscalização adequadas. Busca-se, assim, uma forma legalizada de garantir ao apostador maior segurança e permitir a cobrança e o pagamento de prêmios. Contudo, ainda há, no Brasil, muitas plataformas estrangeiras não legalizadas, o que não assegura proteção ao apostador, mantendo essa situação no âmbito da obrigação natural. É necessário, portanto, avançar na legalização, fiscalização e proteção do consumidor, para que as apostas esportivas sejam efetivamente reconhecidas como obrigações civis legalizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Apostas Esportivas; Exigibilidade; Obrigação Natural; Plataformas Digitais.

A função social da posse e sua proteção nas ações possessórias: uma análise jurisprudencial

Darlan Gonçalves; Felix Rafael Thomas; Carina Lopes de Souza

RESUMO: O século XX inovou a estrutura das relações sociais e econômicas, apresentando um direito de cunho muito mais social, ético e efetivo do que aquele que precedeu no século XIX, no qual a propriedade tinha significado fortemente econômico relacionado ao seu valor de uso ou troca, isto é, era um instituto principal do direito privado e regulava todos os bens (Silva, 2016). Nesse sentido, questiona-se: de que modo a função social da posse tem sido reconhecida e aplicada pelos tribunais brasileiros na resolução das ações possessórias? A presente pesquisa tem como objetivo analisar a função social da posse e sua proteção nas ações possessórias, com foco nas ações de manutenção, reintegração de posse e interdito proibitório. Para tanto, nesta pesquisa o método de abordagem é o dedutivo, o método de procedimento velear-se-á do monográfica e a técnica de pesquisa adotada será a documentação indireta. A posse refere-se ao controle físico de um bem ou propriedade, enquanto a propriedade envolve o direito legal de ser o dono daquele bem. Ter clareza sobre essa diferença é crucial para a resolução de disputas legais, pois a posse não implica necessariamente propriedade. Ao compreender essa distin-

ção, os indivíduos podem proteger seus direitos de propriedade, evitar conflitos desnecessários e buscar soluções justas em casos de disputas (Moreira, 2023). Embora o ordenamento jurídico não traga previsão expressa da função social da posse como requisito para a tutela possessória, tal princípio não pode ser ignorado diante da sua vinculação direta à dignidade da pessoa humana e à função social da propriedade (Barbosa, 2023). Na jurisprudência, percebe-se uma clara dicotomia, de um lado conjugando a função social da posse com outros princípios, tais como dignidade da pessoa humana, direito à moradia, como se ela só se revelasse em conjunto, de outro, a propriedade, tendo-a como princípio autônomo, que se basta por si só. Mas, percebe-se que ambos os pensamentos convergem para o mesmo fim, o de que a função social deve atender a melhor utilidade comum (Silva, 2016). Portanto, embora a função social da posse seja um princípio constitucional implícito, sua aplicação ainda é limitada, prevalecendo muitas vezes a celeridade processual na concessão de liminares sem análise da realidade fática. Essa prática pode violar garantias fundamentais como moradia e dignidade da pessoa humana. Assim, é importante que aconteça um avanço jurisprudencial, de modo a consolidar a função social como um elemento essencial à justa composição dos conflitos possessórios.

PALAVRAS-CHAVE: Ações Possessórias; Função social da posse; Propriedade.

Violência social na infância e adolescência: o Estado na garantia dos direitos fundamentais e a proteção do vínculo familiar

Camyle Corrêa; Júlia Escandiel Colussi

RESUMO: A violência social produz impactos significativos no desenvolvimento de crianças e adolescentes, podendo comprometer a sua integridade física, emocional e social. Nesse contexto, buscando a proteção de seres humanos em formação, o Estado desempenha papel fundamental na proteção dos direitos fundamentais previstos no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim, garantindo que a possível violência existente seja cessada. O presente trabalho tem como problemática: como o Estado poderá garantir os direitos fundamentais e proteção à criança e adolescente, sem promover o afastamento do núcleo familiar? Apesar da existência de políticas públicas e programas de proteção, ainda há desafios significativos quanto à efetividade das ações estatais, sobretudo no que tange à preservação da unidade familiar, uma vez que quando se busca a cessação da possível violência social, o acolhimento institucional de uma criança ou adolescente promove o afastamento do mesmo do núcleo familiar. Em diversos

casos, a vulnerabilidade social da família se torna obstáculo no fortalecimento e manutenção do vínculo familiar. As estatísticas divulgadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), realizadas em março de 2012 e março de 2013 em 2.370 entidades de acolhimento institucional e familiar (86,1% das existentes no Brasil), onde estão mais de 30 mil crianças e adolescentes afastados do convívio familiar; os dados apontam que em 75% das entidades verificou-se a presença de acolhidos que não recebem visitas há mais de dois meses dos pais ou responsáveis. De forma breve e singular, a análise demonstrou que intervenções baseadas apenas na retirada da criança ou adolescente do ambiente familiar podem gerar efeitos adversos, reforçando a necessidade de medidas integrativas que considerem não apenas a proteção imediata, mas também o fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Percebe-se que há necessidade do Estado em buscar estratégias intersetoriais, abrangendo educação, saúde, assistência social e segurança pública, a fim de garantir a proteção integral, conforme previsto no artigo 227 da Constituição Federal. Conclui-se que a atuação estatal eficaz deverá aliar a proteção e a prevenção a esse tipo de violência, com políticas públicas que visam o apoio às famílias, de modo a assegurar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes sem comprometer seus vínculos afetivos e familiares. A pesquisa se exaurirá no trabalho de conclusão de curso. O método de procedimento empregado na pesquisa será a documentação indireta, o método de abordagem o dedutivo, e a técnica de pesquisa o monográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente; Criança; Direitos Fundamentais; Família; Violência Social.

GT5

Gestão e Políticas Públicas

O GT5 congrega pesquisas que analisam criticamente a atuação do Estado, a formulação de políticas públicas, os mecanismos de gestão, controle, responsabilização e a efetividade das normas jurídicas no enfrentamento de problemas estruturais da sociedade brasileira. Os trabalhos evidenciam que a concretização de direitos depende não apenas da existência formal das leis, mas de sua aplicação efetiva, da transparência institucional, da eficiência administrativa e do compromisso político com a justiça social.

No eixo penal e constitucional, destacam-se os estudos sobre a teoria da coculpabilidade às avessas nos crimes de colarinho branco, os limites constitucionais da penhora salarial e o magnicídio como fenômeno político-criminal. Essas pesquisas evidenciam a seletividade do sistema penal, a desigualdade na aplicação das sanções, os conflitos entre proteção ao crédito e dignidade da pessoa humana, bem como os riscos institucionais relacionados à instabilidade política e à segurança do Estado, apontando para a necessidade de revisão crítica das estruturas punitivas e de fortalecimento das garantias constitucionais.

No campo do controle público e da gestão dos recursos estatais, os trabalhos sobre fraudes na saúde pública, transparência, controle social e uso de tecnologias na fiscalização revelam como a corrupção e a má gestão impactam diretamente o acesso a direitos fundamentais, especialmente na área da saúde. As

pesquisas demonstram que a eficiência das políticas públicas está diretamente relacionada ao uso de instrumentos tecnológicos, à atuação integrada dos órgãos de controle e ao fortalecimento da participação social como mecanismo de prevenção de desvios e de qualificação da gestão pública.

Este Grupo de Trabalho também contempla análises relevantes sobre direito de propriedade e sua função social, usucapião extrajudicial como política pública de efetivação do direito à moradia, crise ambiental e consumo responsável, além da exigibilidade das dívidas oriundas de apostas digitais, evidenciando como o Direito dialoga com políticas públicas de desenvolvimento social, urbano, ambiental e econômico. Esses trabalhos demonstram que a atuação estatal precisa ser orientada por critérios de justiça social, sustentabilidade, eficiência e proteção dos direitos fundamentais.

Em conjunto, os estudos do GT5 reafirmam que gestão pública, políticas estatais e efetividade dos direitos são dimensões indissociáveis. A produção científica apresentada revela a urgência de aprimorar os mecanismos de governança, responsabilização, fiscalização e formulação de políticas públicas capazes de enfrentar desigualdades históricas, proteger os cidadãos e promover desenvolvimento social com base na dignidade da pessoa humana, na transparência e na justiça.

Teoria da coculpabilidade às avessas e a relatividade da aplicação da pena aos crimes de colarinho branco

Felipe Martins Schettert; Júlia Colussi

RESUMO: Este resumo dedica atenção ao tema teoria da coculpabilidade às avessas e a relatividade de sua aplicação aos crimes de colarinho branco. Nesse contexto, questiona-se: quais os critérios legislativos para não aprovar leis mais severas para reprimir os crimes de colarinho branco? No direito penal, estuda-se a culpabilidade, elemento esse que é um juízo de reprovabilidade na exteriorização de uma conduta de um agente que pratica um fato típico e ilícito. A teoria da coculpabilidade foi proposta pelo autor argentino Eugenio Raúl Zaffaroni, e fundamenta-se em uma ideia de corresponsabilidade entre o Estado e o indivíduo cometedor da infração penal, reconhecendo uma omissão estatal no cumprimento de seus deveres constitucionais, como por exemplo, a garantia do acesso efetivo a direitos sociais, saúde, educação, moradia. Por outro lado, a coculpabilidade às avessas defendida pelo professor Gregore Moura, parte do contrário. O autor realiza uma crítica doutrinária na seletividade do sistema penal e a desigualdade na aplicação das punições, evidenciando, assim as desigualdades do sistema penal em três dimensões principais. Primeiro, há a criminalização da vulnerabilidade, quando o Esta-

do pune condutas típicas de grupos marginalizados, como as antigas contravenções de vadiagem, reforçando a seletividade penal. Em seguida, observa-se o abrandamento em favor dos privilegiados, que recebem penas menores ou benefícios legais em crimes de colarinho branco, como a extinção da punibilidade em certos casos como no artigo 9º da Lei n.º 10.684/2003 (possibilitou-se que o contribuinte acusado do cometimento de um crime fiscal possa requerer a extinção da punibilidade quanto adimplido com o tributo devido). Portanto, a teoria defende a maior reprovação dos incluídos, sustentando que indivíduos que possuem maiores oportunidades sociais e ainda assim cometem crimes deverão ser punidos com mais rigor, em respeito ao princípio da isonomia material. Por fim, conclui-se que as teorias da coculpabilidade e da coculpabilidade às avessas, em que pese proponham uma maior severidade para os crimes de colarinho branco, tal solução esbarra em um obstáculo estrutural: os próprios políticos que são os responsáveis pela elaboração e aprovação da grande maioria das leis. Nesse cenário, a desigualdade punitiva se mantém, já que não é viável esperar que quem detém poder e privilégios crie mecanismos mais rigorosos contra si mesmo. O método de abordagem adotado é o dedutivo, o método de procedimento valer-se-á da documentação indireta e a técnica de pesquisa será a monográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Coculpabilidade às Avessas; Colarinho Branco; Obstáculo Estrutural; Políticos.

Os limites constitucionais da (im)penhorabilidade salarial

Gisele dos Santos; Júlia Colussi

RESUMO: O objetivo deste estudo, é informar e alertar, acerca da penhora salarial. Dessa forma questiona-se: quais os impactos e os limites da aplicação da Constituição Federal de 1988 e do artigo 833, IV e X, do Código de Processo Civil? A pesquisa tem caráter qualitativo, com análise bibliográfica, documental e jurisprudencial, utilizando o método dedutivo para examinar a aplicação dos princípios constitucionais nas decisões judiciais sobre penhora salarial. e a aplicação controversa do artigo 833, do Código Processual Civil nas decisões judiciais brasileiras. A Constituição Federal estabelece como fundamento da República a dignidade da pessoa humana e assegura direitos sociais mínimos, incluindo a proteção ao salário, conforme prevê o art. 7º, CF/88. Nesse contexto, o Código de Processo Civil, em seu artigo 833, IV e X, regulamenta a impenhorabilidade absoluta de salários, vencimentos, aposentadorias e pensões. Contudo, o Superior Tribunal de Justiça tem autorizado a penhora de até 30% desses rendimentos em determinadas situações, desde que preservada a subsistência do devedor. Fato é que, mesmo o CPC estabelecendo a impenhorabilidade de salários, aposentadorias e benefícios governamentais, o Supremo Tribunal de Justiça autorizou a penhora de 10% a 30%

dos vencimentos, desde que preservada a subsistência do devedor. Dessa forma, essa decisão gera conflito entre dois princípios: o direito do credor em receber o seu crédito, e a impenhorabilidade salarial. Em que pese a ausência de parâmetros legais claros sobre o mínimo existencial, que abrange moradia, alimentação, transporte e outras necessidades básicas, permite interpretações divergentes pelos magistrados, que aplicam a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça mesmo contrariando o texto expresso do CPC. Essa flexibilização interpretativa gera insegurança jurídica, pois cada caso é analisado individualmente. Ainda, agrava-se o problema com o uso do Sisbajud, ferramenta que realiza bloqueios automáticos nas contas do devedor, sem distinguir conta-salário de conta-corrente, obrigando o devedor a comprovar posteriormente a impenhorabilidade dos valores, enquanto enfrenta juros e inadimplências. Conclui-se que, embora legítimo o direito do credor de buscar seu crédito, as decisões judiciais sobre penhora salarial revelam contradições significativas que, em diversos casos, podem violar o princípio da dignidade da pessoa humana e comprometer a subsistência do devedor. A negligência quanto ao art. 833, IV e X, do CPC e art.7º da CF/88, e a sequência da penhora salarial, por um lado, pode ser bom para o credor, mas, por outro, gera dúvidas e insegurança para o devedor.

PALAVRAS-CHAVE: Impenhorabilidade; Penhora; Salário.

Limites e restrições ao Direito de Propriedade

Kaline Pinheiro de Oliveira; Elana Oliveira; Joline Picinin Cervi

RESUMO: O direito de propriedade, assegurado pela Constituição Federal de 1988, é um dos pilares do Direito Civil e direito fundamental do cidadão brasileiro. Entretanto, a discussão sobre a propriedade não se limita à simples posse de bens. Nesse contexto, surge, uma pergunta fundamental: como conciliar o direito individual de propriedade com o interesse coletivo e a função social exigida pela Constituição? Primeiramente devemos saber que este direito não é absoluto, pois possui limites e restrições estabelecidos pelo sistema jurídico, principalmente por possuir a obrigação de cumprir com a função social da sociedade. (Moraes, 2014). É importante conciliar e atender o interesse pessoal do proprietário e o bem-estar da sociedade. Temos como objetivo o interesse de aprofundar o conhecimento do Direito à Propriedade, destacando que a propriedade não é vista apenas como algo de interesse individual, mas sim traz uma responsabilidade social, sendo regulada por normas de interesse público e coletivo. Essa pesquisa utiliza método dedutivo, baseado em revisão bibliográfica e análise documental. Tem inúmeras leis que impõem restrições à propriedade sendo uma medida necessária para garantir o equilíbrio entre os interesses individuais e coletivos. Podem ser

considerados como o principal instrumento jurídico limitador, as seguintes medidas: a desapropriação por interesse público, a proteção ambiental, as restrições urbanísticas e a usucapião como meio de acesso de assegurar que a função social seja atendida (Código de Mineração, Código Florestal, Lei de Proteção ao meio ambiente etc.). Esse cenário, transforma o direito em uma função social que atua como um critério orientador, garantindo que a utilização da propriedade favoreça o desenvolvimento sustentável e a justiça social. O ideal, defendido pela Constituição e pelos estudiosos como, Montesquieu, em sua obra *De l'esprit des lois*, é que a propriedade é uma criação do direito positivo, pois “existe porque a lei a criou e a garante”, enquanto a teoria da natureza humana entende que ela é inerente à condição humana, antecedendo ao Estado e às suas leis (Gonçalves, 2025). Compreende-se que, apesar de ser essencial, o direito de propriedade não é absoluto. Seus limites e restrições são ferramentas jurídicas fundamentais para assegurar a função social, equilibrando todos os interesses individuais e coletivos. Assim, a propriedade adquire uma dimensão ética e social, que ajuda em uma construção mais justa, igualitária e sustentável da sociedade e suas propriedades.

PALAVRAS-CHAVE: Função social; Propriedade; Restrições.

Magnicídio: um assassinato especial e suas nuances

Felipe Martins; Paulo Saraiva; Carina Lopes de Souza

RESUMO: O presente resumo tem como temática o magnicídio. Inicialmente, cumpre esclarecer que o termo magnicídio é utilizado para designar o assassinato de pessoa de alta relevância política (Sanches, 2020). Considerando que o magnicídio é uma prática histórica utilizada como instrumento político de enfraquecimento de Estados e alteração de regimes, caracterizada pelo assassinato de líderes de grande relevância institucional, e que sua ocorrência gera instabilidade social, medo coletivo e impacto internacional, quais estratégias de prevenção podem ser adotadas pelos Estados para garantir a segurança de seus governantes e, ao mesmo tempo, respeitar os limites legais e democráticos? O objetivo da pesquisa é justamente identificar as medidas de segurança e inteligência utilizadas pelos Estados para prevenir magnicídios. O estudo utiliza o método de procedimento bibliográfico e documental, fundamentando-se em obras doutrinárias, artigos acadêmicos e registros históricos sobre magnicídio. A abordagem é dedutiva, partindo da conceituação geral do fenômeno até a análise das estratégias de prevenção aplicadas pelos Estados. A pesquisa evidenciou que o magnicídio, embora seja um crime antigo, ainda se apresenta como ameaça política e so-

cial relevante. Os dados mostram que, historicamente, esse tipo de assassinato fragiliza Estados, gera instabilidade e pode ser utilizado como propaganda por grupos insurgentes (Souza, 2014; Maquiavel, 2006). Verificou-se que as principais estratégias de prevenção envolvem segurança física — como escoltas, veículos blindados e protocolos em eventos — e inteligência estatal, por meio de monitoramento, infiltração e cooperação internacional. Contudo, permanece o desafio de equilibrar segurança máxima e respeito às garantias democráticas (Sanches, 2020). Por fim, resalta-se que o magnicídio se distingue do homicídio comum por atingir líderes políticos e comprometer a estabilidade de um Estado (Sanches, 2020). Desde os registros do Egito Antigo e da dinastia persa até as reflexões de Maquiavel, percebe-se que eliminar líderes foi, historicamente, instrumento de poder (Maquiavel, 2006). Atualmente, esse crime pode ser motivado por interesses políticos, vingança ou propaganda terrorista. Por isso, os Estados buscam combinar proteção direta com ações de inteligência, sem ultrapassar os limites legais (Souza, 2014). Conclui-se, portanto, que o magnicídio representa ameaça política e social, pois o assassinato de líderes gera instabilidade estatal, exigindo a adoção de medidas de segurança física e inteligência.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Magnicídio; Poder; Prevenção.

Contaminação de amostras em laboratórios de análises clínicas: identificação de causas

Eduarda Henrich; Júlia Nicole Keller; Jorge Kleber Alves da Silva

RESUMO: A contaminação de amostras em laboratórios de análises clínicas é um grande desafio para a qualidade dos resultados, podendo ocorrer desde a coleta até a análise. Ela compromete a confiabilidade dos exames e pode causar erros diagnósticos. As principais causas incluem falhas humanas, uso inadequado de materiais, falta de padronização, deficiência de treinamento e condições ambientais inadequadas. Para evitar esses problemas, é essencial adotar boas práticas laboratoriais e controles rigorosos de qualidade. Este estudo teve como objetivo analisar as principais causas de contaminação de amostras em diferentes setores de um laboratório de análises clínicas, propondo ações preventivas que contribuam para a melhoria da qualidade e confiabilidade dos resultados laboratoriais. A metodologia consistiu em uma revisão de literatura com abordagem descritiva, a pesquisa foi realizada nas bases Google Acadêmico, PubMed, consultas a documentos oficiais do Ministério da Saúde, manuais oficiais de controle de qualidade reconhecidos nacional e internacionalmente e documentos normativos. Utilizando descritores como: controle de qualidade, fase pré analítica. Como critérios de inclusão foram selecionadas publicações coerentes com o objetivo

proposto, e como critérios de exclusão foram eliminadas publicações que não condiziam com o objetivo. Os resultados mostram que a contaminação de amostras pode ocorrer em qualquer etapa, sendo causada principalmente por falta de padronização, falhas humanas e condições ambientais inadequadas. Em diferentes áreas, destacam-se erros como coleta e armazenamento incorretos, falta de assepsia e uso de materiais vencidos, pipetagem e armazenamento inadequados, mistura de amostras e limpeza deficiente de equipamentos. O treinamento insuficiente e a ausência de monitoramento de qualidade agravam o problema. Conclui-se que a contaminação é multifatorial e compromete os resultados, exigindo boas práticas laboratoriais, capacitação contínua, manutenção preventiva e auditorias internas para garantir a integridade das amostras e a segurança do paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Análises clínicas; Biossegurança; Boas práticas laboratoriais; Contaminação de amostras; Controle de qualidade;

Crise ambiental: consumo e produção responsável

Elana Brizolla de Oliveira; Kaline Pinheiro de Oliveira; Gabriely Barros
Kuchnir; Joline Picinin Cervi

RESUMO: Durante o desenvolvimento deste estudo, identificou-se a relevância da preservação do ecossistema, conforme previsto no artigo 225 da Constituição Federal, que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988). Diante disso, surge a seguinte indagação: as atividades de consumo excessivo e produção em larga escala violam o direito constitucional ao meio ambiente equilibrado? O objetivo deste trabalho é analisar as causas da crise ambiental vinculadas ao avanço das atividades consumeristas e aos padrões de produção intensiva, que contribuem para o aumento da degradação ambiental. A pesquisa utilizou o método dedutivo, com base em revisão bibliográfica de obras jurídicas, fontes legislativas e documentos internacionais. A análise evidenciou que fatores como industrialização, desmatamento, perda da biodiversidade, poluição do solo, do ar e da água, além da mineração descontrolada, têm gerado impactos ambientais severos, resultando em consequências sociais, ecológicas e econômicas. Entre elas estão as mudanças

climáticas, escassez de recursos naturais, comprometimento da saúde pública, aspectos diretamente relacionados aos direitos humanos fundamentais. Dessa forma, ressalta-se a importância da Agenda 2030 da ONU, especialmente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 12, que propõe metas para assegurar padrões de consumo e produção responsáveis. Tais metas reforçam a urgência em repensar práticas econômicas atuais e adotar medidas sustentáveis eficazes. Conclui-se que a crise ambiental está diretamente relacionada a ações humanas desequilibradas, especialmente no modo de produção e consumo. Para garantir o direito constitucional ao meio ambiente equilibrado, torna-se indispensável a implementação de políticas públicas sustentáveis, fiscalização eficaz e a conscientização da sociedade sobre seu papel na preservação do planeta.

PALAVRAS CHAVES: Agenda 2030; Crise ambiental; Direitos fundamentais.

A usucapião extrajudicial com instrumento de efetivação do direito à moradia

Loidemar Antonio Oliveira; Joline Picinin Cervi

RESUMO: A Constituição Federal de 1988 consagrou, em seu artigo 6º, o direito à moradia como um direito social fundamental. Este direito está ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao conceito de função social da propriedade, pilares que exigem do Estado medidas ativas para garantir o acesso à habitação e à regularização fundiária. Nesse contexto, o presente trabalho investiga o problema central: a usucapião extrajudicial pode ser um meio eficaz de efetivar o direito à moradia e a função social da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro? O objetivo desta análise é demonstrar a usucapião extrajudicial como um mecanismo célere e eficaz para a aquisição originária da propriedade. Ao facilitar a regularização fundiária, este instituto promove diretamente o direito fundamental à moradia e a satisfação do princípio da função social da propriedade, conforme exigido pela Carta Magna. A pesquisa adotou o método dedutivo, partindo da análise do arcabouço normativo para examinar a aplicação prática da usucapião na esfera administrativa. A principal fonte de análise foi a Lei nº 13.465/2017, que introduziu a inovadora possibilidade de o procedimento de usucapião ser realizado por via administrativa, aliviando a carga do Poder Judiciário. Este proce-

dimento se desenrola diretamente nos Cartórios de Registro de Imóveis. Ele permite que o possuidor, que cumpre os requisitos legais de posse mansa, pacífica e ininterrupta, regularize a situação de fato do imóvel, transformando-a em uma situação jurídica plenamente reconhecida. A grande vantagem dessa modalidade é sua agilidade e desburocratização, pois elimina a necessidade de uma morosa ação judicial, que, na Justiça comum, pode se arrastar por anos e gerar custos elevados. Um ponto crucial da desjudicialização é a interpretação do silêncio dos titulares de direitos reais e dos confrontantes como anuência tácita ao pedido, o que acelera significativamente o processo. Em conclusão, a usucapião extrajudicial emerge como uma alternativa viável e eficiente à via judicial tradicional, garantindo a efetividade dos direitos. Ao permitir a aquisição da propriedade por meio da posse qualificada de forma administrativa, este instituto atende aos princípios constitucionais da eficiência e da desjudicialização. Além disso, configura-se como um instrumento de grande impacto social. Ao transformar situações precárias de posse em propriedade legalmente reconhecida, ele promove inclusão social, segurança jurídica e dignidade às famílias que vivem há décadas em seus lares sem formalização documental. Assim, o mecanismo cumpre efetivamente seu papel na concretização do direito fundamental à moradia e na satisfação da função social da propriedade.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à Moradia; Função Social; Políticas Públicas; Usucapião Extrajudicial.

ESTE LIVRO FOI COMPORTO EM
MINION PRO PELA ACERVUS EDITORA



ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br



O FÓRUM DE EXTENSÃO, PESQUISA E ENSINO DA ULBRA CARAZINHO REAFIRMA O COMPROMISSO DA NOSSA UNIVERSIDADE COM A INTEGRAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO CIENTÍFICO, FORMAÇÃO ACADÊMICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL. ESTE EVENTO ANUAL É UM ESPAÇO DE ENCONTRO E DIÁLOGO QUE PROMOVE A PRODUÇÃO COLETIVA, APROXIMANDO ESTUDANTES, PROFESSORES E COMUNIDADE DAS EXPERIÊNCIAS QUE CONECTAM TEORIA E PRÁTICA, CIÊNCIA E TERRITÓRIO. CADA TRABALHO APRESENTADO REFLETE A DEDICAÇÃO, O ESTUDO E A SENSIBILIDADE ÀS DEMANDAS DA NOSSA REGIÃO. SÃO EVENTOS COMO ESTE QUE MOSTRAM, NA PRÁTICA, O PAPEL DA UNIVERSIDADE, PRESENTE E COMPROMETIDA COM O DESENVOLVIMENTO DOS ACADÊMICOS NAS MAIS DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO.

